

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

SORAYA COLARES LEÃO CARVALHO

**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
- PRONATEC: ESTUDO DE CASO SOBRE O ABANDONO ESCOLAR NO CURSO
DE ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO OFERTADO NO
IFPR**

JUIZ DE FORA

2015

SORAYA COLARES LEÃO CARVALHO

**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO –
PRONATEC: ESTUDO DE CASO SOBRE O ABANDONO ESCOLAR NO CURSO
DE ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO OFERTADO NO
IFPR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Alexandre Chibebe Nicolella

JUIZ DE FORA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

SORAYA COLARES LEÃO CARVALHO

**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
– PRONATEC: ESTUDO DE CASO SOBRE O ABANDONO ESCOLAR NO
CURSO DE ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO
OFERTADO NO IFPR**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Alexandre Chibebe Nicolella – Orientador

Membro da banca

Membro da banca

Juiz de Fora, de de 20.....

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro por me mostrarem o caminho nas horas difíceis, sendo meu amparo e força para que eu conseguisse continuar.

Ao meu marido Paulo Augusto pela paciência e compreensão pelas minhas ausências durante esta longa trajetória. Sem o seu companheirismo e incentivo ficaria muito mais difícil chegar até aqui.

Aos meus pais, irmãos e amigos que compreenderam minhas ausências e sempre torceram por mim.

Ao meu cunhado Elton pelas suas preciosas contribuições.

Ao Prof. Alexandre Nicolella pela orientação e contribuição no momento adequado.

À toda a equipe de orientação, Mayanna Martins e Leonardo Mattos pelo incentivo, dedicação, e intervenções pontuais e precisas.

Aos colegas de Mestrado, os amigos da turma 'C' que compartilharam comigo esta caminhada, principalmente, nas etapas presenciais quando vivenciamos muitos momentos de alegria e descontração.

À Gestão da PROEPI e à Coordenação Geral do PRONATEC no IFPR que contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho, que sempre torceram por mim.

O meu especial agradecimento à direção e aos profissionais do *Campus* Campo Largo, aos meus amigos de trabalho, pela disponibilidade em abrir suas portas e colaborarem em todos os momentos em que precisei, possibilitando esta pesquisa. Especialmente à Samanta Ramos que, de maneira muito carinhosa e profissional, sempre contribuiu com dados, documentos, informações e palavras de carinho, fundamentais para o meu sucesso.

À equipe do PRONATEC no *campus* e aos alunos, pela fundamental contribuição ao participarem da pesquisa de campo.

Por fim, deixo o meu agradecimento aos meus amigos, Flávia, Zé Luiz, Arthur e Waltinho pelo carinho com que me acolherem em Juiz de Fora nos períodos presenciais.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o fenômeno do abandono escolar nos cursos de Formação Inicial e Continuada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, com ênfase no Curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado no Instituto Federal do Paraná – IFPR, *Campus* Campo Largo, no período de 2012 a 2014. O objetivo foi investigar os principais motivos causadores do abandono escolar, analisar as percepções dos diferentes atores envolvidos no Programa e no *campus* sobre o fenômeno investigado, bem como conhecer as ações que a equipe do Programa tem feito para evitá-lo. Por meio de uma pesquisa qualitativa, na forma de um estudo de caso, o trabalho foi embasado pelo referencial teórico que discute o abandono escolar na Educação Básica e no Ensino Técnico Profissional, a saber: Dore e Lüscher (2011), Neri (2012), Pelissari (2012), Rumberger (2004, *apud* Dore e Lüscher, 2011), Soares (2010), Steimbach (2012), dentre outros. Para a realização da pesquisa, foram coletados dados por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica, além de aplicação de questionário aos alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão nos anos de 2012, 2013 e 2014 e entrevistas semiestruturadas feitas aos Gestores e Professores do PRONATEC e aos Gestores do *Campus* Campo Largo. Os resultados mostraram que os motivos para o abandono escolar estão relacionados tanto a aspectos internos como externos à instituição, corroborando com o referencial teórico utilizado. Fatores como oportunidades na área profissional, processos e práticas pedagógicas aplicadas, dificuldade de aprendizagem, horário em que o curso foi ofertado, problemas sociais, pessoais e de saúde e também a estrutura familiar foram citados como motivos para o abandono do curso. Essas percepções foram ratificadas tanto pelos gestores e docentes, como pelos alunos, evidenciando, assim, que todos apresentam visões semelhantes sobre a temática estudada. O diagnóstico realizado foi fundamental para a elaboração de um Plano de Ação Educacional direcionado a propor ações para o enfrentamento dos motivos relacionados ao abandono escolar levantados pelos sujeitos da pesquisa. Dentre as ações propostas está a formação da equipe gestora e dos professores do Programa, a revisão da ementa do curso, a viabilização de espaços e profissionais para cuidarem das crianças das mulheres que estão realizando os cursos, o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes e o monitoramento e avaliação das ações. Além disso, também foi proposta a construção e implementação de um sistema computacional (software) para o desenvolvimento de um banco de dados na instituição, referente aos alunos do PRONATEC, permitindo, dessa forma, que o programa atenda com qualidade os alunos.

Palavras-chave: Abandono escolar. Curso de Formação Inicial e Continuada. PRONATEC.

ABSTRACT

This research investigates the school dropout phenomenon in both the preliminary and on-going training courses of the National Program for Access to Technical Education and Employment, henceforth, PRONATEC (Portuguese acronym) with a particular focus on the low-voltage electrical contractors course, which was offered by the Federal Institute of Paraná, henceforth, IFPR – (Portuguese acronym) in Campo Largo – Brazil - from 2012 to 2014. The major objectives of this study are three-fold: (a) to carefully examine the main reasons for early school dropout, (b) to analyze PRONATEC staff's perceptions on the phenomenon under investigation, and (c) to detail PRONATEC staff's preventive measures towards curbing school dropout. Of a qualitative nature and founded on the analysis of a case study, this research has as its theoretical point of reference Dore and Lüscher's (2011), Neri's (2012), Pelissari's (2012), Rumberger's (2004, *apud* Dore and Lüscher's, 2011), Soares' (2010), Steimbach's (2012) discussions on school dropout in basic and professional technical education. This study was carried out by means of data collection from both document analysis and bibliographical research. Also, a questionnaire administered in the years of 2012, 2013 and 2014 was replied by the non-graduate IFPR low-voltage electrical contractors students and a number of semi-structured interviews were conducted by the PRONATEC managers, teachers, and professors on Campo Largo campus. The research results consistently demonstrate that the reasons for early school dropout at IFPR encompasses both internal and external factors related to this institution – facts corroborated by the theoretical point of reference. Thus, factors such as new job opportunities, applied pedagogical processes and practices, learning difficulties, course schedule, social, personal, family and health problems have contributed substantially to the increasing IFPR student dropout rates. These perceptions have been ratified by both IFPR managers and teaching staff, as well as IFPR own students – an evidence that they have similar views on the subject. The diagnostic questionnaire and interviews were instrumental in preparing an educational action plan with a view to confronting the recurring problem of early school dropout by improving both the teachers' and managers' professional development, by reviewing the course syllabus, by providing the IFPR students' children with a day care center, by monitoring the IFPR students' performance and development during the program and by assessing the above mentioned measures on a regular basis. Finally, it has also been proposed that a specific PRONATEC management software and a data bank be developed to help keep track of the students' academic life more effectively.

Keywords: School dropout. PRONATEC preliminary and on-going training courses.

LISTA DE ABREVIATURAS

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CGU – Controladoria Geral da União
COUN - Conselho Universitário
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DII – Diretoria de Informações Institucionais
EBTT – Ensino Básico Técnico e Tecnológico
EPT – Educação Profissional Tecnológica
EPCT – Educação Profissional Científica e Tecnológica
ET-UFPR – Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
FIC – Formação Inicial e Continuada
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFPR – Instituto Federal do Paraná
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES – Instituição Particular de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
NI – Nota Informativa
PAE – Plano de Ação Educacional
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PROEPI – Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PSAE – Pesquisa Sobre Abandono Escolar

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEED –PR - Secretaria de Estado da Educação do Paraná

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional do Transporte

SESU – Secretaria de Educação Superior

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SFC – Secretaria Federal de Controle Interno

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

UEP – Unidade de Ensino Profissional

UFPR – Universidade Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa das Unidades do IFPR no Estado do Paraná	32
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidades de Pré-Matrículas e Matrículas Efetivas nos anos de 2012, 2013 e 2014 no cursos de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo	67
Gráfico 2 - Matrículas por sexo da turma de 2012 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo	68
Gráfico 3 - Matrículas por sexo da turma de 2013 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo	68
Gráfico 4 - Gráfico 4 - Faixa Etária –Turmas 2012 e 2013 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo..	69
Gráfico 5 - Grau de Escolaridade – Turmas 2012 e 2013 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo..	70
Gráfico 6 - Faixa Etária – Turma 2014 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo	71
Gráfico 7 - Grau de Escolaridade – Turma 2014 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Demandantes do PRONATEC e seus públicos beneficiários	26
Quadro 2 - Servidores do <i>campus</i> Campo Largo	34
Quadro 3 - Cursos ofertados pelo campus Campo Largo, na Modalidade Presencial	35
Quadro 4 - Formas de Oferta da Educação Técnica Profissional	36
Quadro 5 - Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica	38
Quadro 6 - Efeitos sobre a taxa de Abandono Escolar	60
Quadro 7 - Causas do Abandono Escolar no Ensino Técnico Profissional	61
Quadro 8 - Caracterização do Grupo 2 - Gestores e Professores do PRONATEC no Campus Campo Largo	76
Quadro 9 - Gestores e Professores do PRONATEC	77
Quadro 10 - Caracterização do Grupo 3 - Gestores do <i>campus</i> Campo Largo.....	78
Quadro 11 - Gestores do <i>campus</i> Campo Largo.....	78
Quadro 12 - Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional (PAE)	115
Quadro 13 - Etapas e Ações de Implementação do Software.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Forma de oferta e nº de vagas do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão em 2012, 2013 e 2014 no <i>campus</i> Campo Largo.....	41
Tabela 2 - Matrículas e Percentual de não concluintes do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão do <i>campus</i> Campo Largo	43
Tabela 3 - Motivos para o Abandono Escolar.....	59
Tabela 4 - Idade e Sexo dos alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador predial de Baixa Tensão nos anos de 2012, 2013 e 2014 no <i>campus</i> Campo Largo	74
Tabela 5 - Atividade dos alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão nos anos de 2012, 2013 e 2014 no <i>campus</i> Campo Largo.....	75
Tabela 6 - Sujeitos da Pesquisa.....	79
Tabela 7 - Principais dificuldades enfrentadas para a realização do curso	98
Tabela 8 - Principais motivos para o abandono escolar	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO CASO	19
1.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX	19
1.2 A LEGISLAÇÃO SOBRE O PRONATEC	23
1.2.1 O PRONATEC no IFPR	29
1.3 HISTÓRICO DO IFPR	30
1.3.1 Campus Campo Largo	32
1.3.2 Curso Subsequente de Eletrotécnica	37
1.3.3 Curso FIC Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	39
2 EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	47
2.1 EVASÃO OU ABANDONO ESCOLAR?	47
2.1.2 Fatores Associados ao Abandono Escolar	51
2.1.3 Abandono escolar nos cursos profissionalizantes	55
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
2.2.1 Abordagem e tipo da pesquisa	63
2.2.2 Sujeitos envolvidos na Pesquisa	66
2.2.3. Instrumentos e coleta de dados	79
<i>2.2.3.1 Questionários</i>	<i>80</i>
<i>2.2.3.2 Entrevista Semiestruturada</i>	<i>81</i>
2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	83
2.3.1. Fatores associados ao abandono escolar nos cursos de Qualificação Profissional ofertados pelo PRONATEC, em especial Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.	83
<i>2.3.1.1 A escolha, a divulgação e a receptividade da comunidade em relação aos cursos do PRONATEC</i>	<i>84</i>
<i>2.3.1.2 Dificuldades enfrentadas para a execução do Programa</i>	<i>89</i>
<i>2.3.1.3 Estratégias Pensadas e Efetivadas frente aos desafios do PRONATEC</i>	<i>93</i>

2.3.2 A percepção dos diferentes atores em relação aos fatores que têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC	95
2.3.3 Estratégias utilizadas pelos segmentos do Programa para lidarem com o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.....	100
2.3.4 Resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	103
3 PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA MINIMIZAR E PREVENIR AS TAXAS DE ABANDONO ESCOLAR NOS CURSOS DO PRONATEC	107
3.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE).....	107
3.2 AÇÕES PROPOSTAS NO PAE	109
3.2.1 Realização de formação para a equipe gestora do PRONATEC no <i>campus</i>	109
3.2.2 Formação dos professores e discussão e revisão da ementa do curso adequando-a à realidade do público-alvo	110
3.2.3 Articular a viabilização de espaços para cuidado com as crianças das mulheres com filhos	112
3.2.4 Acompanhamento do percurso formativo do estudante	112
3.2.5 Monitoramento e avaliação das Ações.....	114
3.3 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES/BANCO DE DADOS	117
3.4 CUSTOS DAS AÇÕES.....	120
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICE A	133
APÊNDICE B	140

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa os principais motivos que levam os alunos ao abandono dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, em especial o Curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR, *campus* Campo Largo - com o intuito de evitar e/ou diminuir esse fenômeno.

O investimento na expansão da educação profissional e em programas de fortalecimento e apoio ao ensino técnico e de qualificação profissional, como é o caso PRONATEC, implantado recentemente, é uma política de destaque do Governo Federal. Isso pode ser comprovado pelo número de matrículas da educação profissional e tecnológica, apresentado pelo MEC, entre 2011 e 2013. Nesse período, foram realizadas 5,5 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. E, somente em 2013, foram efetuadas 1,5 milhão de matrículas, das quais 1,2 milhão em cursos FIC através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC que contribui para ampliação do acesso aos cursos (BRASIL, 2014). No entanto, o elevado índice de abandono escolar - em torno de 50% nos cursos de qualificação profissional – FIC – tem chamado a atenção para a necessidade de intervenção nesse Programa a fim de contribuir para que ele atinja seus objetivos.

Somente em uma unidade do IFPR, o *Campus* Campo Largo, de acordo com a secretaria acadêmica, todos os cursos ofertados pelo Programa em 2012, 2013 e 2014, apresentaram um índice de abandono escolar passando dos 35%. A situação demonstrou-se preocupante em relação ao curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, foco do trabalho, que em 2013 chegou a atingir o percentual de 60%.

Assim, embora o *campus* tenha reunido boas condições para a oferta dos cursos, não tem alcançado o resultado esperado, uma vez que os cursos ainda apresentam altas taxas de abandono escolar. Nesse caso, o PRONATEC deixa de alcançar a sua função que é oportunizar aos alunos qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho e ocasiona, assim, consequências negativas para o aluno e para a sociedade. Esta situação apresentada gerou uma inquietação em

busca de respostas para o entendimento do fenômeno, que deu origem à pergunta fundadora desta pesquisa: quais os reais motivos que levam ao abandono escolar do aluno no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão do *campus* Campo Largo?

Diante deste questionamento, percebe-se que são vários os motivos que levam ao abandono escolar e eles são evidenciados em pesquisas feitas na educação básica e superior. Contudo, na Educação Profissional ainda é um tema pouco explorado, pois são poucos os trabalhos que tratam sobre o assunto, principalmente no que se relaciona aos cursos de Qualificação Profissional, como é o caso do PRONATEC, que é uma política relativamente nova. Nesse caso, este trabalho visa contribuir para o entendimento dos motivos do abandono escolar nos cursos profissionalizantes. Na pesquisa realizada, ficaram evidentes fatores relacionados ao aluno, à escola, à família e até à comunidade corroborando, desse modo, os estudos de Rumberger (2004, *apud* DORE; LÜSCHER, 2011). É importante destacar que a equipe do PRONATEC e o *campus* já trabalham de forma conjunta em algumas estratégias com a finalidade de evitar o abandono escolar do aluno, mas são ações pontuais e que não têm sido suficientes para conter esses altos índices de abandono, principalmente no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

A escolha deste curso deu-se pelo fato de ter sido ofertado desde a implantação do programa, em 2012, e ainda permanecer na agenda dos cursos para 2015. Apresentando altas taxas de abandono escolar originou-se uma inquietação de saber os reais motivos para tal fenômeno.

No intuito de obter respostas para a pergunta dessa pesquisa, a presente dissertação tem como objetivo geral investigar os principais motivos para o abandono escolar no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo PRONATEC no IFPR, *campus* Campo Largo, localizado na região Metropolitana de Curitiba. Os objetivos específicos da pesquisa são: analisar as percepções dos diferentes atores envolvidos no Programa e no *campus* sobre o fenômeno investigado e estabelecer relação entre os principais motivos para o abandono escolar; analisar as ações que a equipe do Programa tem feito para evitar o abandono escolar e elaborar um plano de ações para o enfrentamento do

fenômeno a fim de evitar e/ou minimizar as altas taxas de abandono escolar presentes no curso.

Para alcançar os objetivos mencionados e investigar os motivos que levam estes alunos a abandonarem os cursos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso. Os instrumentos utilizados foram: pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico e revisão da literatura sobre o tema; pesquisa documental para a coleta de dados administrativos de matrículas, frequência e abandono dos alunos e a legislação do Programa e da Instituição; entrevista semiestruturada com professores e gestores do PRONATEC e com gestores do *campus* e questionários aplicados aos alunos do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão das turmas de 2012, 2013 e 2014 que não concluíram o curso, seja por reprovação por frequência ou abandono.

O estudo de caso é um modelo diferenciado de dissertação do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, de modo que apresenta uma proposta de oferecer aos gestores escolares o debate e o enriquecimento de sua prática em situações relacionadas ao cotidiano profissional, possibilitando, dessa forma, aprendizagem com a própria experiência.

Assim, o trabalho será estruturado em três capítulos. No capítulo 1 será descrita a educação profissional no Brasil, o PRONATEC, política pública do Governo Federal implementada no IFPR em 2012, o histórico do IFPR, o *campus* Campo Largo e as características do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Já no capítulo 2 serão apresentados os fatores relacionados ao abandono escolar nos cursos profissionalizantes de forma a apontar os principais motivos para o fenômeno. Além disso, os procedimentos metodológicos da pesquisa serão demonstrados, de forma a destacar os sujeitos participantes e os instrumentos utilizados. Ainda nesse capítulo, os dados serão analisados e interpretados à luz do referencial teórico utilizado no trabalho. Por fim, o capítulo 3 caracterizar-se-á por ser propositivo e apresentar um Plano de Ação Educacional, bem como a construção e a implementação de um sistema computacional (software) para o desenvolvimento de um banco de dados na instituição, referente aos alunos do PRONATEC, a fim de contribuir com estratégias para o enfrentamento do abandono escolar. E por fim, ainda no mesmo capítulo, serão apresentadas as considerações finais do trabalho,

que tratam do percurso do seu desenvolvimento, da verificação dos objetivos atingidos e da indicação de novos estudos sobre o abandono escolar.

1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO CASO

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre o abandono escolar no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), no *campus* Campo Largo. Para compreender esta política pública implementada no Instituto Federal do Paraná desde 2012, sua contextualização e seu papel na educação profissional do Brasil, o capítulo será subdividido em três seções, nas quais será feito um breve histórico da Educação Profissional no país, a partir do século XX até os dias atuais, com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como a expansão da Educação Profissional no estado do Paraná.

1.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, comemorou, em 2009, o seu centenário. Nesse sentido, a fim de demonstrar esta trajetória, com retrocessos e avanços, será apresentado, neste momento do trabalho, um breve contexto da educação profissional no país.

O Ensino Médio no Brasil é marcado pelas várias reformas que, ora tratavam o ensino como formação geral, propedêutico, acadêmico, ora tratavam como ensino profissionalizante. Para Dore (1999) essa dualidade de objetivos e de organização tem marcado a escola média no Brasil, desde a década de 1930 até a atualidade. Por um lado, buscou-se o ensino propedêutico visando a continuidade dos estudos no nível superior, de outro, evidenciou-se a formação profissional, visando o mercado de trabalho.

Dessa forma, em 1931 o ensino comercial passou a ser considerado como ramo especial do Ensino Médio, sem qualquer ligação com o ensino acadêmico-secundário, nem com o ensino superior (FIDALGO e OLIVEIRA, 2007). Foi entre os anos de 1942 e 1946 que o dualismo na educação ficou mais definido.

A educação brasileira estava estruturada nos níveis básico e superior, que visava formar intelectuais e trabalhadores. E viu-se, desse modo, a necessidade de formar mão de obra nas áreas industrial, comercial e agrícola, de forma a estimular a separação entre a educação profissionalizante e a educação secundária (DORE, 1999). Assim, a conclusão desses cursos não garantia aos alunos o ingresso no ensino superior, pois os cursos profissionalizantes acabavam sendo destinados apenas ao atendimento destes setores do mercado de trabalho (CANALI, 2009).

Desta forma, alinhada ao crescimento econômico do país, a educação profissional passou a ser considerada em termos acadêmicos, ainda que timidamente, pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961, como forma de obter mão de obra qualificada por meio do ensino técnico. Contudo, foi em 1971 que aconteceu uma profunda reforma da educação com a promulgação da lei nº 5.692/1971.

A lei constituiu-se em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio como profissionalizante e compulsória para todos, em substituição à equivalência entre os ramos secundário e propedêutico. Segundo Canali (2009), neste momento, houve a necessidade de mão de obra qualificada para atender ao crescimento da industrialização no Brasil. Porém, nem a profissionalização, nem o ensino propedêutico foram efetivamente consolidados, uma vez que a compulsoriedade aconteceu somente no âmbito público, pois as escolas privadas continuaram a atender às elites, com os currículos propedêuticos, voltados para as Ciências, Letras e Artes.

Desse modo, somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, é que a educação profissional passou a ser reconhecida dentro dos níveis educacionais, ganhou um capítulo destinado à sua regulamentação e, assim, tornou-se articulada com o ensino regular, integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia (BRASIL, 1996).

Em 1997, foi criado pelo decreto nº 2.208/97 o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que fundou as bases para essa modalidade de educação. O Programa estabeleceu o aumento do número de vagas para o ensino profissional, a diversificação da oferta e a demarcação de cursos para atender às demandas do setor produtivo e às exigências da tecnologia moderna (FIDALGO e OLIVEIRA, 2007). Porém, esse decreto ainda considerava a Educação Profissional uma modalidade separada do ensino médio.

Apenas em 2004, o Decreto nº 5.154/04 revogou o Decreto nº 2.208/97, de forma a possibilitar que a educação profissional fosse integrada ao ensino médio. Com a nova redação dada à Lei nº 9.394/96, pela lei 11.741/2008, foi atribuída uma nova concepção à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, os objetivos da educação nacional passam a integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a EPT veio redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, possibilitando, portanto, a formação de diferentes itinerários formativos. Além disso, a EPT também abrange cursos de formação inicial e continuada, qualificação profissional com articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia regulamentados pelo Decreto nº 8.268 de 18 de junho de 2014.

Em 2008, pela Lei nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país, com o objetivo de formar um novo modelo de educação profissional e oferecer educação superior, básica e profissional. Assim,

a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil e deve ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira, com recorte especial para aquelas voltadas à educação profissional e tecnológica e à rede federal (BRASIL, 2010, p. 19).

Os Institutos Federais têm como proposta político-pedagógica ofertar a educação básica, principalmente em cursos de ensino técnico em geral, cursos de ensino médio integrado à educação profissional, “sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores” (BRASIL, 2010, p.26). Desse modo, os institutos proporcionam aos estudantes e trabalhadores a possibilidade de inserção no mercado de trabalho com maior qualificação de modo a permitir sua elevação da escolaridade.

Através da expansão da Educação Profissional no Brasil, o Instituto Federal do Paraná (IFPR), nos últimos seis anos, também teve um crescimento significativo

da sua rede no Estado. Ampliou, dessa forma, os projetos e ações através do acesso a cursos de qualificação profissional ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC - Política Pública voltada para a Educação Profissional e Tecnológica instituída pelo Governo Federal, em outubro de 2011, pela Lei nº 12.513.

Porém, mesmo diante do crescimento e a implementação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica, como o PRONATEC, um fator que tem despertado preocupações junto à comunidade acadêmica é o alto índice de abandono escolar. Esse demonstra-se recorrente em alguns cursos de qualificação profissional, em especial no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo PRONATEC no *campus* Campo Largo. Muitos alunos que começam o curso não conseguem concluí-lo. O curso, nos três anos de oferta, tem apresentado índice de abandono que ultrapassa 50%, de modo que dos 65 alunos matriculados nesse curso, apenas 32 conseguiram concluí-lo.

O abandono escolar é um problema que tem afetado as instituições de ensino brasileiras e tem sido tema de diversas pesquisas na área da educação, por ser considerado um fenômeno complexo e estar associado a múltiplos fatores (LÜSCHER; DORE, 2011). No caso da educação profissional, Pereira (2013) destaca que a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar emprego e estudos são consideradas as principais causas de abandono da modalidade. A autora aponta também, como motivos para o abandono dos alunos dos cursos técnicos e profissionalizantes, a falta de base teórica, a insatisfação com o curso e até a falta de conhecimento sobre a área escolhida.

Portanto, para tentar minimizar o abandono escolar presente nos cursos do PRONATEC, em especial no curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, torna-se necessário investigar os reais fatores que possam estar relacionados à desistência dos estudantes. Para melhor entendimento sobre esta política pública e compreensão dos motivos das preocupações com o abandono escolar, temática deste trabalho, no tópico 1.2 será descrito o programa de qualificação profissional, o PRONATEC.

1.2 A LEGISLAÇÃO SOBRE O PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, criado pela lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, tem como finalidade “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2011) visando, desse modo, à expansão da oferta de cursos e programas de formação inicial e continuada ou Qualificação Profissional e à ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores, com formação e qualificação profissional.

Segundo a lei de criação do PRONATEC, o programa visa expandir a oferta de vagas em cursos de Educação Profissional Tecnológica (EPT), com a finalidade de ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores. Assim, deve atender prioritariamente aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; aos trabalhadores (agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores); aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda; aos estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; aos povos indígenas; às comunidades quilombolas; aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e às mulheres responsáveis pela unidade familiar que sejam beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação.

Para contemplar este público, o PRONATEC é desenvolvido através das seguintes ações:

- I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
- III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
 - a) Bolsa-Formação Estudante; e
 - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
- V - financiamento da educação profissional e tecnológica;
- VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
- VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

- VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.
- X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) (BRASIL, 2011).

Para efetivação do programa é utilizada a estrutura da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Redes Públicas Estaduais e Municipais de Educação Profissional e Tecnológica, através do programa Brasil Profissionalizado criado em 2007, e as unidades de serviços nacionais de aprendizagem como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do acordo de gratuidade assinado em 22 de julho de 2008.

A partir de 2013, com a nova redação, pela Lei 12.816, o PRONATEC passou a cumprir suas finalidades e objetivos também com participação voluntária de instituições privadas e públicas de ensino superior e de fundações públicas de direito privado dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos da lei. Segundo a Portaria nº 160, de 05 de março de 2013, a habilitação das unidades de ensino compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), condicionada aos seguintes requisitos:

- I - atuar em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas a do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; e
 - II - apresentar, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a lei nº 10.861, de 18 de fevereiro de 2004, mediante avaliação e cálculo pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) igual ou superior a 3 (três).
- Parágrafo único. Para as IPES que não possuem IGC estabelecido, poderá ser utilizado, em alternativa ao requisito explicitado no inciso II do caput deste artigo, a apresentação de Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual ou superior a 3 (três) em curso de engenharia ou curso superior de tecnologia (BRASIL, 2013).

São agentes de implementação da Bolsa-Formação a SETEC/MEC, responsável pelo planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das ações da Bolsa-Formação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pelo repasse de recursos financeiros, prestação de contas, bem como o

pagamento de mensalidades para execução da Bolsa-Formação. Além disso, participam do PRONATEC, na condição de ofertantes: as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que firmaram termo de cooperação; as instituições de educação profissional e tecnológica das Redes Estadual, Municipal e Distrital; as instituições do sistema S - SENAI, SENAC, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e SENAT – Serviço Nacional do Transporte; as instituições privadas de Ensino Superior e de educação tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos na modalidade subsequente cujos órgãos gestores firmaram termos de adesão com os parceiros ofertantes e as Secretarias Estadual e Distrital de Educação, responsáveis pela oferta dos cursos pactuados, conforme Portaria nº 168 de 7 de março de 2013 (BRASIL, 2013).

Ademais, também participam do Programa os Ministérios e outros órgãos da Administração Pública que aderiram à Bolsa-Formação na condição de demandantes, que são os responsáveis por fazerem a mobilização dos beneficiários, o processo de seleção, a pré-matrícula e o encaminhamento dos estudantes para a realização dos cursos. De acordo com o relatório de Gestão da SETEC/MEC, em 2013, atuaram como demandantes as Secretarias de Educação de todos os estados e do Distrito Federal e 13 ministérios que mantêm Acordos de Cooperação específicos com o MEC, conforme detalha o quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Demandantes do PRONATEC e seus públicos beneficiários

Demandantes do PRONATEC e seus públicos beneficiários específicos	
DEMANDANTES	PÚBLICO BENEFICIÁRIO
Ministério da Cultura	Trabalhadores para atender as demandas do mercado cultural
Ministério da Defesa	Praças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em prestação de Serviço Militar; praças que deram baixa e atiradores de tiro de guerra
Ministério da Justiça	Privados de liberdade em regime aberto e semiaberto e egressos de estabelecimentos penais
Ministério da Pesca e Aquicultura	Pescadores e aquicultores que atuam ou pretendem atuar nos setor pesqueiro e aquícola
Ministério da Previdência Social	Trabalhadores em processo de reabilitação profissional
Ministério das Comunicações	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nas áreas de produção, programação e distribuição de informações e dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecomunicações
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Público da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da reforma agrária
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pessoas incluídas no CadÚnico
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Trabalhadores para os setores relacionados ao Plano Brasil Maior
Ministério do Trabalho e Emprego	Beneficiários do Seguro-Desemprego; jovens desempregados de 18 a 29 anos de famílias com renda por pessoa de até um salário mínimo; adolescentes e jovens de 14 a 24 anos na condição de aprendiz; trabalhadores
Ministério do Turismo	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer
Secadi/MEC	Jovens que participam do ProJovem Urbano e estudantes da Educação de Jovens e Adultos
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e pessoas com deficiência
Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	Estudantes de Ensino Médio de rede pública

Fonte: Relatório de Gestão da SETEC/MEC 2013

Conforme o art. 9º da lei nº 12.513/2011, as instituições de educação profissional e tecnológica das Redes Públicas estão autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do PRONATEC. De acordo com a Resolução nº 4 de 16 de março de 2012, do FNDE/MEC, essas atividades deverão

ser exercidas em jornada extraordinária sem prejuízo das atividades laborais inerentes ao cargo que ocupam. Para isso, os profissionais deverão ter formação e experiência compatíveis com as responsabilidades relativas às atribuições de coordenador geral da Bolsa-Formação, coordenador adjunto, supervisor de curso, professor, apoio às atividades acadêmicas e administrativas e orientador (BRASIL, 2012).

Para os cargos de supervisor de curso, professor, apoio às atividades acadêmicas e administrativas e orientador, os profissionais são contratados via edital público e podem ser tanto servidores do quadro interno do IFPR, como servidores externos à instituição, todos pagos com recursos financeiros do Ministério da Educação destinados especificamente para o programa, através do FNDE. Os recursos recebidos pelas instituições ofertantes referem-se somente às vagas pactuadas com os demandantes.

O coordenador geral do programa é nomeado pelo reitor da instituição e exerce suas atividades na Diretoria de Projetos Especiais que integra a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do IFPR. Dessa forma, o coordenador geral tem o papel de coordenar todas as ações relativas à oferta da Bolsa-Formação, função que envolve atividades administrativas e acadêmicas nos diferentes cursos oferecidos nas unidades da instituição, a fim de garantir condições materiais e institucionais para o desenvolvimento das atividades. Já o coordenador adjunto é nomeado pelo diretor geral de cada *campus* do IFPR que oferta os cursos do PRONATEC. Sua função é assessorar o coordenador geral nas ações relativas à oferta da Bolsa-Formação no que tange ao desenvolvimento, à avaliação, à adequação e ao ajuste da metodologia de ensino adotada, assim como conduzir análises e estudos sobre os cursos ministrados. Além disso, exerce a função de coordenar e acompanhar os processos administrativos e as atividades dos professores e demais profissionais envolvidos nos cursos.

Todos os cursos oferecidos pelo Programa são gratuitos e os estudantes participantes recebem auxílio para custear o transporte e a alimentação. Conforme a Resolução nº 6 de 12 de março de 2013, o auxílio pode ser concedido pela oferta direta de alimentação e transporte ou pode ser prestado de forma pecuniária (BRASIL, 2013). Contudo, essa ajuda de custo somente é fornecida àqueles estudantes que tiverem 75% de frequência nos cursos. Além disso, ao efetivarem

suas matrículas, os estudantes recebem materiais escolares necessários para a formação profissional, tais como apostila, caderno, lápis, caneta, borracha e uniforme.

Nota-se, desse modo, que apesar de o aluno ser beneficiado com um curso gratuito, pôde-se perceber o abandono recorrente em alguns cursos, especificamente o curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo *campus* Campo Largo, do qual será falado mais adiante.

Além do PRONATEC, o Instituto Federal do Paraná também oferta o Programa Nacional Mulheres Mil, que constitui uma das ações do Plano Brasil sem Miséria. O programa foi instituído pela Portaria nº 1015 de 21 de julho de 2011 e tem por objetivo a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. A oferta do Programa deve seguir as seguintes diretrizes: possibilitar o acesso à educação, reduzir as desigualdades sociais e econômicas, promover a inclusão social, defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

Uma vez que o programa prevê formação inicial e continuada, em 2013 passou a integrar o PRONATEC, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, conforme previsto pela Portaria nº 168 de 7 de março de 2013, artigo 5º, § 3º. Para isso, o Programa deve manter as especificidades da metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, conforme Ofício Circular nº 51 de 10 de julho de 2013 (SETEC/MEC):

- a) o público beneficiado são mulheres de 16 anos a 70 anos ou mais, moradoras de comunidades vulneráveis socialmente e/ou baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes dos Territórios da Cidadania que apresentem quadro de exclusão social, educacional e econômica. [...]
- d) o processo de articulação com as demais redes de ensino e programas para estimular e viabilizar a elevação de escolaridade das beneficiadas;
- e) a participação no processo de busca e seleção das mulheres que serão beneficiadas pelo Programa.

Os cursos ofertados devem constar no Guia Pronatec de Cursos FIC e, na carga horária, devem ser integrados os conteúdos e processos, previstos no Guia Metodológico de Acesso Permanência e Êxito, entre eles: a) o reconhecimento dos saberes socioprofissionais e educacionais; b) o módulo educacional central, com temáticas que embasam o Programa (BRASIL, 2013).

Ao conteúdo técnico oferecido pelos cursos são agregados temas transversais para a formação cidadã, como comportamento sustentável, saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo, proteção ambiental, dentre outros, com o intuito de possibilitar sua inserção no mundo do trabalho (ROSA; MORESCHI, 2011).

Em Campo Largo, foi ofertada em 2014, uma turma de Mulheres Mil do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, que veremos mais adiante. Para entendermos melhor a oferta dos cursos FIC, mostraremos, a seguir, como é o PRONATEC no IFPR.

1.2.1 O PRONATEC no Instituto Federal do Paraná

Dentre os diversos setores que compõem o Instituto Federal do Paraná (IFPR), a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) tem como objetivo o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa científica e aplicada e empreendedorismo inovador em toda a rede formada pelos *campi* do IFPR distribuídos no Estado.

No que se refere aos programas desenvolvidos pela PROEPI, pode-se citar o PRONATEC que, sob responsabilidade da Diretoria de Projetos Especiais, tem a função de oportunizar a estudantes e trabalhadores qualificação profissional e ingresso no mercado de trabalho, a fim de alcançar um dos objetivos da Pró-Reitoria que é o desenvolvimento das políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica.

Através do compromisso assumido pelos Institutos Federais de formar um novo modelo de educação profissional, além da expansão e interiorização das ações de ensino, pesquisa e extensão, o IFPR tem como objetivo, por meio do PRONATEC, ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) a estudantes e trabalhadores. Esses cursos visam, assim, à capacitação, ao aperfeiçoamento e à atualização de profissionais nas áreas da educação profissional e tecnológica, desenvolvendo atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A adesão dos *campi* do IFPR ao PRONATEC ocorreu aos poucos, à medida que se constatou que o Programa compartilha dos objetivos da instituição. O Programa está presente em 14 *campi* do estado do Paraná, com exceção apenas de Bandeirantes, Guaira, Quedas do Iguaçu, Barracão e Jaguariaíva que, contudo, já apresentam planejamento para implantação em 2015.

A filiação do *campus* Campo Largo ao PRONATEC ocorreu a partir de maio de 2012, quando efetivou-se a pactuação entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Tiro de Guerra, através do Ministério da Defesa, para a oferta dos cursos do programa.

O Programa oferta cursos técnicos para aqueles que já concluíram ou estão matriculados no Ensino Médio da Rede Pública, com duração mínima de um ano. Além disso, são ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (doravante FIC) ou qualificação profissional para trabalhadores e/ou estudantes de Ensino Médio. Nessa modalidade, podem participar também beneficiários de programas federais de transferência de renda. Conforme Portaria nº 168, de 7 de março de 2013, os cursos FIC são ofertados por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, na modalidade presencial e possuem carga-horária mínima de 160 horas-aula, com aulas de 60 minutos (BRASIL, 2013). O Instituto Federal do Paraná só oferta o PRONATEC na modalidade FIC.

Para entender como o PRONATEC é executado no referido *campus* será feita uma breve descrição do IFPR para, posteriormente, discorrer sobre a problemática do abandono escolar dos estudantes em relação aos cursos ofertados pelo programa, em especial, no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, foco do trabalho.

1.3 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

O Instituto Federal do Paraná foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela lei nº 11.892, e teve origem na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR). De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPR, 2014) o Instituto Federal do Paraná, resume uma trajetória de grande contribuição para a Educação Profissional do Estado do Paraná. O percurso inicia-se com a Escola

Alemã, em 1869 e, posteriormente, com o Colégio Progresso que se transformou, em 1942, em Academia Comercial Progresso. Como aquisição da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, denominou-se Escola Técnica de Comércio.

Depois da federalização dessa Universidade, a Escola Técnica do Comércio continuou mantida pela Faculdade de Direito e em 1974 foi integrada à UFPR como órgão suplementar, tornando-se, em 1986, Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná e após 1990, Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ET-UFPR. (IFPR, 2014)

Em sessão do Conselho Universitário (COUN) da UFPR, realizada em 19 de março de 2008, a Escola Técnica foi autorizada a aderir ao Plano de Desenvolvimento da Educação, elaborado pelo Ministério da Educação, cujo principal objetivo foi a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Em dezembro de 2008 a instituição ganhou nova identidade e missão, com a lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

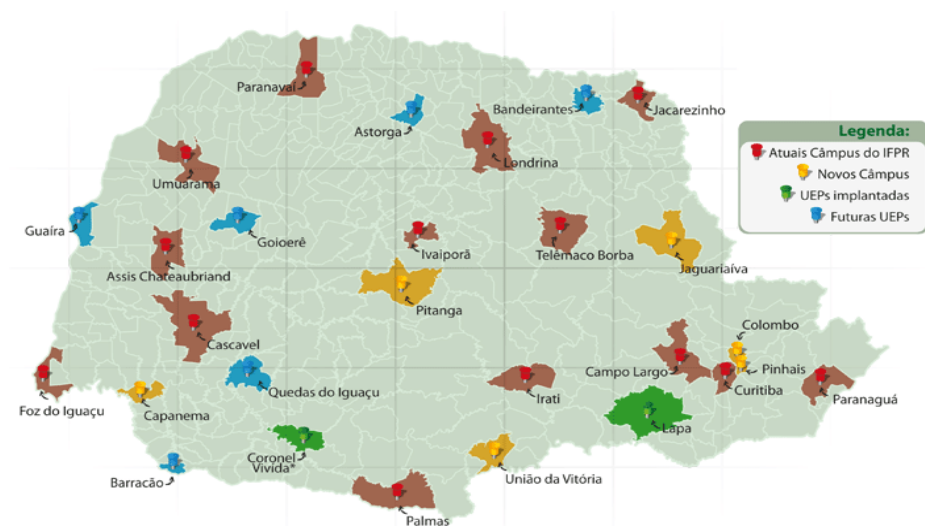
O objetivo foi formar um novo modelo de educação profissional, ao oferecer cursos técnicos em nível médio, pós-médio, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Assim, com autonomia administrativa e pedagógica, o IFPR assumiu o compromisso de atender às demandas sociais, ampliar a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnicos de nível Médio e Superiores, além de promover a inclusão – sua maior responsabilidade (IFPR, 2014).

O IFPR tem como compromisso a expansão do seu atendimento e, ao mesmo tempo, a interiorização das ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o acesso das pessoas que não estão nos grandes centros urbanos e contribuindo, dessa forma, para a ampliação da educação profissional no estado do Paraná. Esse compromisso considera, em especial, a importância de sua inserção regional e os preceitos de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

Assim, o Instituto Federal do Estado do Paraná - IFPR possui 20 *campi* distribuídos pelo estado, sendo que desses, seis foram consolidados no ano de 2014. Ademais, estão previstas também oito Unidades de Ensino Profissional (doravante UEP), também chamadas de unidades remotas, vinculadas pedagógica e financeiramente ao *campus* mais próximo. Dessas, duas já foram implantadas: Lapa,

vinculada ao *campus* Campo Largo e Coronel Vivida, vinculada ao *campus* Palmas, como podemos ver no mapa representado pela figura 1. Além do ensino na modalidade presencial ofertado pelos campi, as UEP's também são especializadas na oferta de cursos técnicos, cursos FIC e educação à distância, devendo atender prioritariamente aos cursos do PRONATEC (IFPR, 2014).

Figura 1 - Mapa das Unidades do IFPR no Estado do Paraná



Fonte: DII PROPLAN

Através, então, do compromisso assumido com a expansão e a interiorização das ações de ensino, pesquisa e extensão, o IFPR, também tem ofertado cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), pelo PRONATEC, a estudantes e trabalhadores em diversos *campi* espalhados pelo Estado. O *campus* Campo Largo é um deles, que a partir de 2012 passou a ofertar os cursos FIC do PRONATEC.

Sendo assim, passa-se agora a descrever um pouco do *campus* Campo Largo para, posteriormente, ponderar sobre o abandono escolar dos alunos nos cursos FIC do PRONATEC, em especial do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, objeto do trabalho.

1.3.1 *Campus* Campo Largo

O *campus* Campo Largo está localizado no município de mesmo nome, a 30 quilômetros de Curitiba, em sua região Metropolitana. É o 14º município mais rico do Paraná em PIB e possui a 152ª distribuição de renda. Por isso, é um dos municípios mais desiguais do Brasil, com IDH-M de 0,745 ocupando a 648ª posição. A

população estimada para 2014 é de 122.443 (IBGE, 2014). Soma-se a esse cenário o IDH Educação que, em 2010, registrou 0,664 (PNUD). Atualmente o município é conhecido como “Capital da Louça” por apresentar expressiva produção e exportação desse material (PORTAL PREFEITURA DE CAMPO LARGO, 2014).

Em 2009, o IFPR firmou parceria com a prefeitura de Campo Largo para a instalação de um núcleo avançado da instituição, por meio da abertura de cursos técnicos que atendessem à necessidade de qualificação profissional da região. O *campus* foi núcleo avançado do *campus* Curitiba por mais de um ano, iniciando suas atividades de ensino, administrativas e financeiras com o auxílio de professores lotados na capital. Assim, foram abertos os cursos Técnicos em Agroecologia, Eletrotécnica e Mecânica, na modalidade presencial e na forma subsequente. As aulas iniciaram-se em 24 de maio de 2010, com um total de 120 alunos distribuídos em 40 vagas para cada curso.

Em sua implantação, o Núcleo Avançado de Campo Largo iniciou suas atividades em uma Escola Municipal, que disponibilizou o uso de três salas de aula em 2010 e seis em 2011, além do uso do laboratório de informática para as atividades administrativas. Em agosto de 2010, iniciaram em um Colégio Estadual do município os cursos Técnicos em Administração e Secretariado, e em agosto de 2011, os cursos Técnicos em Eventos, Logística, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, todos na modalidade de Educação à Distância.

As atividades do Núcleo Avançado de Campo Largo, nas escolas Municipal e Estadual encerraram-se definitivamente no dia 26 de setembro de 2011, quando esse passou à condição de *campus* e suas atividades foram transferidas para a nova sede doada pela Prefeitura do Município, uma área de 35 mil metros quadrados, onde funcionava a antiga Cerâmica Iguaçu. Dessa forma, para que o *campus* Campo Largo iniciasse suas atividades, a prefeitura realizou uma reforma equivalente a 10% do prédio. Entretanto, a inauguração oficial do *campus* só aconteceu em 05 de dezembro de 2012, pela Presidente Dilma Rousseff (PORTAL IFPR, 2012).

A estrutura física do *campus* possui 6 mil m² de área construída e atende, atualmente, a 423 alunos dos cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio, além da oferta dos cursos FIC do PRONATEC (PORTAL IFPR, 2014). De acordo com a Diretoria de Informações Institucionais da Pró-Reitoria de

Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DII PROPLAN), o *campus*, atualmente, conta com um quadro de 71 servidores, divididos em 28 Técnicos Administrativos da Educação e 43 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Desse total de professores, sete encontram-se em afastamento para pós-graduação *stricto sensu*.

Atualmente, então, o *campus* conta com 38 professores no quadro efetivo, seis estão no cargo de professores substitutos e um no cargo de professor temporário, conforme apresentado no quadro 2 a seguir. Esse quadro será ampliado na medida em que novas turmas e novos cursos forem ofertados. Assim, quando o quadro de servidores estiver completo, a instituição contará com 60 docentes e 45 técnicos administrativos.

Quadro 2 - Servidores do *campus* Campo Largo

CARGO	Nº DE SERVIDORES
ASSISTENTE DE ALUNO	3
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	8
ASSISTENTE SOCIAL	1
AUX. EM ADMINISTRAÇÃO	2
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	2
BIBIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	1
CONTADOR	1
MÉDICO VETERINÁRIO	1
PEDAGOGO-ÁREA	3
PROF. ENSINO BÁSICO TÊC.TECONOLÓGICO	43
TEC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA	1
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	1
TÉCNICO EM SECRETARIADO	1
TRAD. INTÉRPRETE DE LINGUAGEM SINAIS	1
TOTAL	71

Fonte: DII PROPLAN com dados retirados do SIAPE.

O ano de 2014 foi especial para o *campus*, porque além de ampliar o quadro de servidores Técnicos Administrativos com a chegada de 14 novos técnicos aprovados no Concurso Público realizado em dezembro de 2013, também recebeu a primeira turma de Ensino Médio na forma integrada, para o curso de Eletromecânica.

O *campus* de Campo Largo tem sua proposta sustentada nos arranjos produtivos locais, e a oferta dos seus cursos tem seguido as necessidades da indústria local e da área de alimentos para a agricultura familiar. Aos poucos o *campus* está se inserindo nas ações do município e da região, através do diálogo com diversos segmentos da sociedade, seja do setor produtivo, público ou organizações sociais (IFPR, 2014).

A escolha dos eixos tecnológicos para a oferta dos cursos foi motivada pelo crescimento da indústria local no ramo automobilístico, equipamentos de terraplenagem, alimentícia e da produção de cerâmica, o que tornou a cidade conhecida como “Capital da Louça”, além da agricultura familiar muito presente na região. Com isso, a oferta dos cursos do *campus* Campo Largo seguiu os seguintes eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, com os cursos Técnicos de Eletrotécnica, Eletromecânica e Mecânica, o eixo de Recursos Naturais com o curso Técnico em Agroecologia e o eixo de Produção Industrial com o curso Técnico em Cerâmica, conforme demonstra o quadro 3:

Quadro 3 - Cursos ofertados pelo campus Campo Largo, na Modalidade Presencial

CURSO / TIPO DE CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	
TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	47
TÉCNICO EM CERÂMICA	25
TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA	78
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	133
TÉCNICO EM MECÂNICA	140
TOTAL	423

Fonte: DII PROPLAN com dados retirados do SISTEC de 01/06/2015

No quadro 4, serão detalhadas as formas de Educação Profissional de Nível Médio ofertadas no *campus* Campo Largo. De acordo com o § 1º do Decreto nº 5154/04, que revogou o Decreto nº 2208/97, a Educação Profissional Técnica de

Nível Médio passou a ser articulada com o Ensino Médio e é ofertada nas formas descritas a seguir:

Quadro 4 - Formas de Oferta da Educação Técnica Profissional

I. Integrada	Oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.
II. Concomitante	Oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de Inter complementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.
III. Subsequente	Oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Fonte: SOUZA, 2014

No que tange às instalações físicas de laboratórios existentes, a estrutura atual do *campus* Campo Largo, contempla dois laboratórios de informática, um laboratório de agroecologia e um complexo didático (750 m²) equivalente a oito unidades de laboratórios das áreas eletromecânica, eletrotécnica e mecânica (IFPR, 2014). No *campus* Campo Largo, além dos cursos técnicos nas modalidades subsequente e médio integrado, são ofertados também os cursos PRONATEC na modalidade FIC, que utilizam toda a infraestrutura que o *campus* oferece.

O *campus* já oferta o curso de Eletrotécnica desde o início de suas atividades e dispõe de laboratório montado para as aulas práticas, possuindo, desse modo, capacidade e infraestrutura necessárias para atender aos alunos. Ambos os cursos, o FIC, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão e o Técnico em Eletrotécnica

pertencem ao mesmo eixo tecnológico descrito no Guia de Cursos e algumas disciplinas ofertadas no Curso Técnico, são também contempladas no curso FIC.

A seguir, será discorrido sobre o Curso Técnico em Eletrotécnica por ser considerado como o principal fator na escolha do curso FIC Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, objeto do estudo sobre abandono escolar.

1.3.2 Curso Subsequente de Eletrotécnica

O curso de Eletrotécnica de Nível Técnico é ofertado na forma subsequente e faz parte do eixo tecnológico Controle e Processos Industriais, um eixo que está presente em várias unidades do IFPR. O curso foi escolhido pois considera-se importante a formação de estudantes capazes de suprir às necessidades do mercado de trabalho, como a demanda do setor industrial (indústria de conformação de plásticos, montadora de motores à combustão para a indústria automobilística, indústria de embalagens para o setor alimentício) e de empresas prestadoras de serviços (geração e distribuição de luz e energia), localizadas no município. É diante deste cenário que o IFPR

está direcionando sua prática educativa, com o objetivo de desenvolver conhecimento, competências e habilidades que permitam aos alunos se engajarem no mundo do trabalho, de uma forma crítico-reflexiva e humanizadora ao mesmo tempo (IFPR, 2013, p. 03).

Sendo assim, o Curso Técnico de Nível Médio de Eletrotécnica, objetiva qualificar profissionais para a execução de serviços técnicos, realização da manutenção de equipamentos e instalações residenciais e industriais (IFPR, 2013), além de preparar os estudantes para atuarem como profissionais liberais. O técnico em eletrotécnica tem a possibilidade de inserção imediata no mercado de trabalho, “por se tratar de um profissional que instala, opera e mantém elementos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, tão importantes em diversos setores da economia” (IFPR, *op. cit.* p.4).

O curso técnico subsequente em Eletrotécnica oferece no mínimo 30 e no máximo 40 vagas, ofertadas nos períodos matutino e noturno, com carga-horária de 1338 horas-aula. É destinado a todos os alunos que tenham concluído o Ensino

Médio e é realizado através de processo seletivo aberto ao público em geral, regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino da Instituição. O curso está estruturado em regime seriado anual e matriz curricular definida por componentes curriculares, dividido em dois anos letivos, conforme o quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica

COMPONENTES CURRICULARES	Carga-Horária Total 1*	Carga-Horária Total 2*	
		(horas-aula)	(horas-relógio)
PERÍODO LETIVO	1º ANO		
Eletricidade e Circuitos	3	120	80
Matemática Aplicada	4	160	107
Metodologia e Comunicação	3	120	80
Produção de Texto	2	80	54
Medidas Elétricas	3	120	80
Instalações Elétricas Prediais e Industriais	6	240	160
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	2	80	54
Projeto Integrador I	2	80	54
Total	25	1000	669
PERÍODO LETIVO	2º ANO		
Manutenção e Operação de Sistemas	3	120	80
Geração, Transmissão e Distribuição de Energia	3	120	80
Máquinas Elétricas	5	200	134
Automação	3	120	80
Eletrônica	4	160	107
Tecnologia, Sociedade e Trabalho	2	80	54
Acionamentos Elétricos	2	80	54
Projeto Integrador II	3	120	80
Total	25	1000	669

CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS		2000	1338
--------------------------------------	--	-------------	-------------

* A hora-aula corresponde a 40 minutos; 01* carga horária semanal; 02* carga horária anual

Fonte: PPC do Curso de Eletrotécnica, 2013.

Após a conclusão do primeiro ano, que compreende os componentes curriculares de formação geral, com ênfase em Instalações Elétricas Residenciais e Industriais, é conferido ao estudante certificação dos conhecimentos adquiridos, de forma que recebe o Certificado de Ajudante de Eletricista (CBO – 7156 -15). Ao finalizar o segundo ano, que é constituído por componentes curriculares de formação técnica e específicas da área de Indústria, o estudante concluinte recebe o Diploma de Técnico em Eletrotécnica do Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais (IFPR, 2013).

1.3.3 Curso FIC Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo PRONATEC possuem carga-horária mínima de 160 horas, são ofertados aos estudantes e/ou trabalhadores com o objetivo de aperfeiçoar suas atividades profissionais, dar continuidade aos seus estudos e estimular, assim, a elevação da escolaridade. Os cursos FIC podem ser ofertados a todos os níveis de ensino. Para o ingresso nos cursos é preciso que os estudantes possuam, no mínimo, o Ensino Fundamental I incompleto, além de considerar ainda os requisitos específicos de acesso para cada curso, definidos no Guia PRONATEC de Cursos FIC (IFPR, 2014).

Atualizado periodicamente, o guia tem contribuído para a consolidação de uma política cujo principal objetivo é aproximar o mundo do trabalho do universo da educação. O guia de cursos é elaborado e atualizado periodicamente pelo Ministério da Educação para direcionar a oferta dos cursos e estabelecer, assim, um referencial comum às suas denominações e à distribuição em eixos tecnológicos. Atualmente, conta com 518 opções de cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, conforme características científicas e tecnológicas.

O curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, até 2012, pertencia ao eixo tecnológico Infraestrutura, mas, a partir de 2013, passou a integrar o eixo de Controle e Processos Industriais, mesmo eixo tecnológico do curso Técnico Subsequente de Eletrotécnica, que é definido pelo Catálogo Nacional dos

Cursos Técnicos. Dessa forma, o *campus* Campo Largo começou a oferta desse curso em 2012, logo que a instituição aderiu ao PRONATEC. A escolha da oferta do curso, segundo a Coordenadora Adjunta do Programa em Campo Largo, foi feita juntamente com os demandantes, Direção de Ensino e Direção Geral do *campus*, de modo a atender principalmente às necessidades e possibilidades da comunidade quanto à inserção no mercado de trabalho. Também, foi verificada capacidade e infraestrutura do *campus* necessárias para atender aos alunos e à demanda específica do curso, que se tratava de uso de laboratório para as aulas práticas. Por já ofertar o curso Técnico subsequente em Eletrotécnica, o *campus* já dispunha desse laboratório montado.

Todos os cursos ofertados no programa são gratuitos e contam com assistência estudantil, que pode ser concedida aos alunos pela oferta direta de alimentação e transporte ou de forma pecuniária, em dinheiro, depositado na conta bancária do respectivo beneficiário (BRASIL, 2013).

No IFPR, os participantes dos cursos recebem a assistência estudantil na forma pecuniária, no valor de R\$ 2,50 por hora-aula assistida, sendo que a hora-aula corresponde a 60 minutos. Além desse auxílio, recebem também os materiais escolares necessários para a realização do curso e podem usufruir de toda a infraestrutura que o *campus* oferece. A carga-horária diária do curso é de quatro horas e pode variar de duas a quatro vezes por semana, conforme acordado com os demandantes dos cursos.

O curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão tem carga-horária de 200 horas e em 2012 foi ofertado quatro vezes por semana em parceria com os seguintes demandantes: Secretaria Estadual de Educação (SEED) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No que se refere ao público atendido, a turma foi formada por alunos provenientes das escolas da Rede Estadual de Educação, com faixa etária entre 17 e 18 anos, e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome com faixa etária entre 18 e 50 anos. Já em 2013, o demandante foi a Secretaria Estadual de Educação, ano em que o *campus* atendeu aos alunos provenientes das escolas da Rede Estadual de Educação, com faixa etária entre 17 e 24 anos com o Ensino Médio incompleto. No entanto, foram atendidos também os estudantes cadastrados no sistema pelo modo de cadastro reserva, com faixa etária entre 25 e 59 anos.

No ano de 2014, o demandante foi exclusivo, que atendeu a um público beneficiário de forma exclusiva em virtude das particularidades do perfil. É importante salientar que as modalidades de demanda exclusivas são excepcionalidades e devem ser previamente definidas junto ao MEC, pela Nota Informativa nº 08 de 31 de maio de 2013 (BRASIL, 2013). Nesse caso, o demandante foi o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assim, não puderam ser atendidos estudantes cadastrados no sistema pelo modo de cadastro reserva.

O curso foi ofertado exclusivamente às mulheres, em atendimento ao Programa Mulheres Mil, que passou a fazer parte do PRONATEC, a partir de 2013, como dito anteriormente. As mulheres apresentavam faixa etária entre 17 e 59 anos, todas participantes de comunidades vulneráveis socialmente e integrantes de Programas de Transferência de Renda. Elas foram encaminhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do município.

Nos três anos de oferta do curso, as aulas ocorreram nas dependências do IFPR, *campus* Campo Largo, no horário vespertino, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Forma de oferta e nº de vagas do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão em 2012, 2013 e 2014 no campus Campo Largo

Cursos	Carga Horária	Dias/horário	Vagas	Pré-Requisitos	Parcerias/Demandantes	Ano
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	200 h	2 ^a , 3 ^a , 4 ^a e 6 ^a 13:30 às 17:30	22	16 anos completos e Ensino Médio Incompleto	SEED MDS	2012
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	200 h	2 ^a , 3 ^a e 6 ^a 13:30 às 17:30	25	16 anos completos, Ensino Médio Incompleto	SEED	2013
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	200 h	2 ^a , 4 ^a e 6 ^a 13:15 às 17:30	20	Ensino Fundamental I Incompleto	MDS	2014

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria Acadêmica do *campus*

As unidades parceiras (os demandantes) têm a função de divulgação dos cursos, realização da pré-matrícula e encaminhamento dos alunos para efetivarem a matrícula no IFPR.

Foi realizada pela equipe do programa, ampla divulgação dos cursos no município através de visitas às escolas da Rede Pública Estadual, reuniões com os demandantes parceiros, chamadas nos jornais e rádios locais além de *folders* e cartazes de divulgação distribuídos nas escolas, aos parceiros demandantes e em pontos estratégicos da cidade, como o terminal urbano de transporte e praças públicas.

Conforme prevê a Resolução nº 4 de 16 de março de 2012 (FNDE/MEC), os profissionais que atuam no PRONATEC podem ser servidores ativos e inativos da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT) e são selecionados conforme Edital Institucional de Extensão. Os que não pertencem ao quadro de servidores da Rede Federal são selecionados por meio de Edital de Processo de Seleção Pública Simplificada. Para atuação no Programa, todos devem ter a comprovação da capacidade técnica e a formação adequada para o desempenho das suas atribuições. Exceto o coordenador adjunto que tem que ser servidor da Instituição e é nomeado pelo diretor geral do *campus*. Assim, atuaram no PRONATEC, nestes três anos, tanto servidores internos quanto externos à instituição.

No caso dos docentes que atuaram no curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, foram classificados tanto servidores do IFPR, como externos à instituição. No ano de 2012, os professores selecionados foram servidores do próprio *campus*. Mas, em 2013, foi selecionado também um professor externo à instituição, pois apenas um professor interno foi classificado no edital. Nas duas ocasiões o curso foi ministrado por dois professores, sendo a carga-horária total dividida entre eles.

Como no ano de 2014 o curso atendeu ao Programa Mulheres Mil e, assim, ocorreu uma peculiaridade, de modo que ao conteúdo técnico do curso foram integrados conteúdos e processos, previstos no Guia Metodológico de Acesso Permanência e Êxito, com temas transversais para a formação cidadã das mulheres, tais como Cidadania e Direitos Sociais, Cooperativismo e Empreendedorismo, Ética

e Direito do Trabalho, Práticas de Letramento, Produção Oral e Escrita, Relações Pessoais e Interpessoais, Noções de Informática, Saúde da Mulher e Sustentabilidade Financeira e Econômica. O objetivo era contribuir para que essas mulheres desenvolvessem sua autonomia e exercessem, de forma plena, a cidadania e, além disso, possibilitar a inserção delas no mundo do trabalho. Nesses componentes curriculares atuaram tanto servidores internos como externos à instituição, todos selecionados em editais.

Das 22 vagas ofertadas em 2012, foram efetivadas 22 matrículas e em 2013, das 25 vagas ofertadas, 100% foram efetivadas. No entanto, apenas 14 estudantes concluíram o curso em 2012 e somente dez estudantes concluíram em 2013. Já em 2014, das 20 vagas ofertadas, 18 matrículas foram efetivadas e somente oito alunas concluíram o curso, conforme apresentado na tabela 2:

Tabela 2 - Matrículas e Percentual de não concluintes do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão do *campus* Campo Largo

Ano	Vagas	Matrículas efetivas	Concluintes	Não concluintes por reprovação	Não concluintes por abandono	Percentual de alunos que não concluíram o curso
2012	22	22	14	8	0	36,36%
2013	25	25	10	13	02	60,0%
2014	20	18	8	0	10	55,55%

Fonte: Elaborado pela autora com dados retirados do SISTEC em 23/04/2015

Pela tabela 2, verifica-se nos três anos de oferta do curso, um percentual muito grande de alunos que não o concluíram, seja por abandono e/ou reprovação, conforme aparece no SISTEC. No ano de 2012, oito alunos não concluíram o curso, já no ano de 2013, quinze alunos, e em 2014, dez alunas não conseguiram concluir o curso. Sendo assim, torna-se necessária uma investigação para saber os reais motivos que levam esses alunos a desistirem do curso.

Até março de 2015, conforme Nota Informativa nº 474 de 10 de dezembro de 2014, era considerada como abandono a situação de matrícula de um aluno que descumpriu deveres expressos no termo de compromisso e as normas da instituição

de ensino, que apresentou documentação ou prestou informação falsa à unidade de ensino ou ao Ministério da Educação e o aluno que teve sua matrícula reconfirmada, mas deixou de frequentar o curso (BRASIL, 2014).

Porém, a partir de 13 de abril de 2015, o status do aluno mudou e através de nova Nota Informativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), a NI nº 66, é considerada como abandono escolar a situação de matrícula dos alunos que deixaram de frequentar as aulas e são classificados como reprovados quando não obtiveram desempenho acadêmico ou frequência mínima para a aprovação em um curso (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, ao buscar dados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), para atualizar a pesquisa, verificou-se alteração quanto ao status de matrículas nas turmas de 2012 e 2013. Conforme mostrado na tabela 2, no ano de 2012, nenhum aluno teve seu status de matrícula classificado como abandono escolar, somente “reprovado”. E no ano de 2013, somente 2 alunos tiveram seu status de matrícula classificado como abandono escolar. Além disso, ao procurar mais informações no sistema sobre a situação de matrícula das turmas referentes a 2012 e 2013, não foi possível encontrar, porque elas não apareciam mais no sistema.

Estas inconsistências apresentadas no SISTEC foram apontadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas feito pela Controladoria Geral da União (CGU) e Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) junto à SETEC. A auditoria constatou que “o SISTEC carece de mecanismos que assegurem a qualidade da informação, pois os dados são inconsistentes e o sistema não guarda o histórico das alterações efetuadas” (CGU, 2014, p.33) e, como recomendação, solicita da SETEC o ajuste do SISTEC de maneira a manter o histórico das transações efetuadas disponível aos seus usuários.

De acordo com o Art. 73 da Resolução nº 54 de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná, é obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do período letivo (IFPR, 2011). No caso dos cursos do PRONATEC, é obrigatória a frequência mínima de 75%, respeitando a carga horária total do curso.

Sendo assim, neste trabalho foram usadas como documentos para validar a situação do aluno as listas de frequência dos alunos, preenchidas pelos professores nos dias do curso e obtidas junto à Secretaria Acadêmica do *campus*. Nas listas de 2012 e 2013, os alunos reprovados foram aqueles que não atingiram 75% de frequência no curso, e não por relação ao desempenho acadêmico. No caso do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, com carga-horária de 200 horas, o aluno reprovado foi aquele que atingiu mais de 50 faltas, ou seja, oito alunos na turma de 2012 e 13 alunos na turma de 2013. Nesse caso, significa que esses alunos reprovados por frequência deixaram de frequentar as aulas e não conseguiram concluir o curso, caracterizando, assim, o abandono escolar. Desse modo, eles serão computados juntamente com aqueles que tiveram seu status classificado pelo sistema como não concluintes.

Como se pode perceber, nesses três anos de oferta do curso pelo PRONATEC, mesmo com número satisfatório de matrículas e turmas cheias no início dos cursos, ainda é presente o alto índice de abandono escolar no curso de Eletricista Instalador de Baixa Tensão. Uma das hipóteses levantadas é que, como o curso foi ofertado no período da tarde, muitos estudantes que iniciam os cursos e conseguem emprego, acabam por abandonarem o curso, por não conseguirem conciliar o horário de trabalho aos estudos. E também, no caso do IFPR, como o auxílio financeiro para transporte e alimentação é feito na forma pecuniária, alguns estudantes iniciam os cursos apenas interessados no valor a ser recebido e depois não se identificam com os cursos ofertados e os abandonam.

Ao destacar o foco deste estudo – o abandono escolar apresentado nos cursos ofertados pelo PRONATEC, em especial o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão – é importante analisar os dados referentes à pesquisa que será realizada com a equipe gestora do *campus* e do programa, os professores e os alunos para verificar os reais motivos que levam os estudantes a abandonarem o curso. Dessa forma, esta pesquisa tem a intenção de verificar os reais motivos que estão levando estes alunos a não concluírem os cursos e propor alternativas que auxiliem o *campus* e que possam contribuir para que os discentes permaneçam nos cursos ofertados pelo PRONATEC.

No capítulo 2 será tratado o abandono escolar, apoiando-se no referencial teórico sobre o assunto, usado para este trabalho. Será feita a análise dos dados

referentes ao PRONATEC, bem como dos dados referentes às entrevistas e questionários aplicados à equipe gestora do *campus* e do programa, aos professores e aos alunos a fim de aprofundarmos mais sobre a questão para propor ações e estratégias na tentativa de solucionar ou minimizar a problemática do abandono escolar.

2 EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dando seguimento ao estudo sobre a situação de abandono escolar dos cursos de qualificação profissional ofertados pelo PRONATEC, este capítulo tem por objetivo apresentar o referencial teórico que trata sobre o assunto e embasa a pesquisa, buscando compreender quais os principais fatores que estão associados à essa situação nos cursos técnicos profissionalizantes. Neste capítulo também serão apresentados aspectos relevantes da pesquisa como a metodologia aplicada, ou seja, a pesquisa, os sujeitos nela envolvidos e os instrumentos e procedimentos metodológicos usados, que serão importantes para o levantamento de dados e sua análise.

2.1 EVASÃO OU ABANDONO ESCOLAR?

Para uma melhor compreensão de quais fatores contribuem para o abandono escolar, buscou-se, a partir de estudos, pesquisas, publicações e documentos aqui utilizados, diferenciar a definição de evasão e abandono. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há uma diferença no conceito técnico dos dois termos. Para ele, “abandono” “quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema” (INEP, 2014 *apud* SOUZA, 2014, p. 53).

Em um curso de formação sobre o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a Secretaria de Educação do Paraná, conceituou o abandono escolar como o afastamento do aluno do sistema de ensino, sem solicitar transferência para outro estabelecimento, assim,

o abandono se caracteriza quando o aluno se afasta do Sistema de Ensino, desiste das atividades escolares que frequentava, sem solicitar transferência e a desistência supõe o afastamento do estabelecimento de ensino, não atendimento às exigências de aproveitamento e de assiduidade e não solicitação de transferência para outro estabelecimento (SEED-PR/FORMAÇÃO EM AÇÃO, 2012).

Em sua pesquisa de Mestrado intitulada “Juventude, Escola e Trabalho: Razões da Permanência e do Abandono no Curso Técnico em Agropecuária Integrado”, Steimbach (2012) opta pelo termo “abandono escolar” e não evasão escolar, pois acredita não ser uma ação única do aluno, podendo ser também, da escola,

[...] pois se entende evasão como sendo um ato solitário do sujeito, enquanto abandono dá uma noção ambígua de que a razão motivadora por tal ato poder ser do sujeito, assim como também o sujeito poder ter sido “abandonado” pela instituição (STEIMBACH, 2012, p. 88).

Sendo assim, outros fatores internos à instituição podem contribuir para o abandono escolar como, por exemplo, quando a escola não atende às expectativas do aluno, ou quando a escolha do curso é equivocada, ou quando o discente apresenta dificuldades de aprendizagem em alguns conteúdos e a escola não oferece suporte para o enfrentamento ou mesmo quando ele não se sente satisfeito com a estrutura que a escola oferece. Pelissari (2012) também opta pelo termo “abandono escolar” e afirma que

entendemos, pois, que a categoria que melhor expressa essa caracterização é o abandono escolar. O conceito de evasão tem sido utilizado pela literatura especializada, em alguns casos, ora com o viés subjetivista, responsabilizando única e exclusivamente o aluno pela “evasão” (nesses casos, partindo daquela concepção de juventude enquanto fase de delinquência que precisa ser controlada), ora com a concepção de construção social do fenômeno, porém considerando apenas fatores externos, caindo na armadilha do reprodutivismo das relações sociais na escola (PELLISSARI, 2012, p. 33).

Nesse caso, a responsabilidade pelo abandono escolar não é atribuída exclusivamente ao aluno ou exclusivamente a fatores externos, como é definido pelo conceito de evasão. Mas pode, inclusive, considerar os fatores internos e externos ao ambiente escolar. Em sua pesquisa, Soares (2010), apontou como motivos para o abandono escolar, a necessidade de trabalhar, gravidez e problemas familiares, sendo esse último, também apontado por Neri (2012), podendo assim classificar esses motivos como externos à instituição. Enquanto que, para os fatores internos, Soares (2010) elenca a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção e o programa pedagógico da escola. Desse modo, ao considerar fatores internos e externos à instituição como os responsáveis

pelo abandono escolar, entende-se, assim, que tal fenômeno não pode ser imputado somente ao aluno, corroborando com o que diz Steimbach (2012) e Pelissari (2012), mas a um conjunto de fatores que o levaram a tomar essa decisão.

Na tentativa de entender melhor o significado dos conceitos de “evasão” e “abandono”, Pelissari (2012) recorre à uma definição denotativa das palavras “evadir” e “abandonar” que pode ajudar na compreensão da questão: “Evadir: [...] 1. furtar(-se), a dizer e/ou realizar (algo) [...] 3. desaparecer, sumir-se [...] latim: [...] atirar-se para fora, [...]” “Abandono: [...] 3. renunciar a, desistir de [...] 4. perder o interesse por” [...] (HOUAISS e VILLAMAR, 2001, *apud* PELISSARI, 2012, P. 33-34).

Trazendo esses significados para o contexto escolar, pode-se perceber que através do conceito de evasão, o aluno tem a intenção de ‘desaparecer’, ‘sumir’ (da escola) por algum motivo que pode estar lhe incomodando. Já o abandono implica na ‘renúncia’ na ‘desistência’, ‘na perda de interesse’ (pela escola), uma vez que ao procurar a instituição ele tinha interesse em frequentá-la. Portanto, vários são os fatores que podem estar envolvidos, como a forma de organização da escola, a metodologia aplicada, o ambiente escolar. E esses são apenas alguns exemplos.

Segundo Ramos et. al. (2008, *apud* SOARES, 2010), podem contribuir para o abandono escolar: os fatores internos à instituição como a relação professor/aluno, seja ela nos aspectos físicos, humanos e/ou pedagógicos, que está cada vez mais distanciada da estrutura escolar, necessitando de discussões e de reformulação; o curto tempo para trabalho dos conteúdos de forma apropriada em sala de aula; a falta ou precariedade de recursos didáticos e pedagógicos, bem como salas superlotadas, além do despreparo do docente que, muitas vezes, desenvolve o conteúdo de forma descontextualizada e sem sentido para o aluno. Para Lüscher e Dore (2011) a prática docente acaba contribuindo para a permanência ou o abandono do aluno.

Para Kipnis (2000) não se trata apenas de encontrar uma definição para o termo utilizado na educação, mas entender como ela varia entre os diversos atores envolvidos. Ao se estudar abandono escolar, é importante considerar os diferentes grupos ou atores envolvidos no processo, com distintos interesses e visões. Assim, diante dos conceitos abordados, bem como das fontes utilizadas nesta pesquisa, e corroborando Steimbach (2012), Pelissari (2012) e os estudos de Rumberger (2004 *apud* Dore e Lüscher 2011), a responsabilidade pelo abandono escolar não pode ser

única e exclusivamente do aluno, pois vários são os fatores que podem estar associados, influenciando-o nesta tomada de decisão, que podem estar relacionados tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive. Por isso, optou-se, neste trabalho, pela utilização do termo abandono escolar.

As pesquisas sobre o abandono escolar realizadas no Brasil aconteceram mais especificamente na segunda metade da década de 1980, no que se refere ao Ensino Superior. Tais pesquisas aconteceram por iniciativa do Ministério da Educação e de universidades públicas. Foram compostas de levantamentos estatísticos e estudos de casos ou de análises localizadas de alguns cursos ou cidades (PEIXOTO *et al* 2003, *apud* ADACHI, 2009). Para Adachi (2009), essas pesquisas não alcançaram o real conhecimento do problema, impossibilitando o MEC e as universidades públicas de implantarem procedimentos e intervenções pedagógicas, políticas institucionais ou avaliações e acompanhamentos regulares que diminuíssem seu impacto.

Desse modo, somente a partir de 1995 as pesquisas sobre abandono escolar no Brasil tornaram-se mais frequentes, quando foi instituída a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão pela Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação (SESU/MEC), com o objetivo de desenvolver um estudo sobre o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior (VELOSO; ALMEIDA, 2002 *apud* COELHO, 2014).

No tocante ao Ensino Técnico Profissional, é importante ressaltar que são poucos os trabalhos que tratam sobre abandono escolar. A escassez de informações sobre abandono e permanência escolar no Ensino Técnico no Brasil envolve tanto o referencial teórico quanto o empírico, criando dificuldades na construção de indicadores corretos para investigações sobre esse problema (DORE; LÜSCHER, 2011 *apud* COELHO, 2014). Nesse contexto, conforme o último documento sobre as situações das matrículas dos cursos FIC do PRONATEC, a Nota Informativa nº 66 de 2015, é caracterizada como abandono a situação de matrícula do aluno que deixou de frequentar o curso (BRASIL, 2015).

Os cursos FIC do PRONATEC possuem carga-horária mínima de 160 horas, sendo assim, não existe a possibilidade de trancamento de matrícula. Nesse caso, quando os alunos deixam de frequentar as aulas e não conseguem concluir o curso,

seu status de matrícula é caracterizado como abandono escolar. Para entender melhor os motivos que levam os alunos a não concluírem os cursos ofertados pelo PRONATEC, é importante perceber quais os reais fatores que estão associados ao abandono escolar.

2.1.2 Fatores Associados ao Abandono Escolar

Alguns estudos e pesquisas têm tentando compreender quais os reais fatores que estão associados ao abandono escolar, recorrentes nas instituições de educação. Na tentativa de compreender e buscar soluções para esse fenômeno, esses estudos apresentam propostas de ações pedagógicas e políticas institucionais para serem implementadas nas escolas brasileiras.

O abandono escolar não está restrito somente à educação do Brasil, pois estudos mostram a existência desse fenômeno em outros países. Por exemplo, segundo Paixão (2013 *apud* Rocha, 2014) pode-se perceber nos relatórios EUROSTAT, em 2010, uma taxa de abandono em torno de 14,1% entre jovens de 18 e 24 anos na educação geral e profissional na União Europeia. Essa taxa que era de 17,6% nos anos 2000 sofreu uma redução de 20% em dez anos. A meta para 2020 é reduzir para, no máximo, 10%.

Nos Estados Unidos, segundo o relatório *US Report* de 2011, a taxa média de abandono anual na Escola Média, em 2009, foi de 3,4%. As taxas de abandono anuais sempre tenderam para baixo, passando de 6,1%, em 1972, para 3,4% em 2009. No que refere-se aos jovens na faixa etária entre 16 e 24 anos, a taxa se eleva para 8,1% de jovens que abandonaram a escola no referido ano, mas observa-se uma tendência decrescente nas últimas quatro décadas para essa atual taxa (PAIXÃO, 2013, *apud* ROCHA, 2014).

Os dados expostos sinalizam que tanto a União Europeia quanto os Estados Unidos vêm mobilizando políticas educacionais que têm conseguido reduzir as taxas de abandono escolar na escola média.

Falar sobre abandono e permanência escolar é defender a educação como um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988, art. 6º). É dizer que é garantido a todos, igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, art. 206º). A lei 12.852, que institui o Estatuto da Juventude,

aprovado em agosto de 2013, também assegura aos jovens, entre outros, os direitos:

Art. 7º(...) à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

Art. 9 (...) à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Assim, para Dore e Lüscher (2011), o abandono escolar é contrário à garantia constitucional, pois, para elas,

o abandono escolar confronta-se com o preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (DORE; LÜSCHER, 2011, p.779-780).

Em relação ao cenário nacional, a quantidade de pessoas fora da escola não apresentou mudanças significativas nos últimos anos. A situação requer atenção em relação aos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e apresenta situação alarmante em relação aos jovens entre 18 e 24 anos, em que 70% desses estão fora de qualquer processo educacional (BRASIL, 2014).

Dados do Censo do IBGE de 2010, já mostravam índices altos de abandono nas escolas brasileiras, 21,2% dos jovens de 18 a 24 anos de idade que não concluíram o Ensino Médio abandonaram a escola após ingressarem nesse nível. No entanto, uma parcela ainda maior, 52,9%, havia abandonado a escola sem completar o Ensino Fundamental. No futuro, esses jovens poderão estar mais suscetíveis à exclusão social (IBGE, 2010).

O relatório de desenvolvimento 2012, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelou que o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa taxa é de 24,3% (BUARQUE, 2013 *apud* ANZOLIN; KRELING 2013).

A escola no Brasil ainda concentra altos índices de abandono escolar precoce, tornando-se um indicador de permanência e insucesso na escolarização. No Brasil, em média, 30,5% dos jovens estão nesta situação, o que em números absolutos representa em torno de 7 milhões de pessoas (BRASIL, 2014, p.44).

Cerca de 14,8% dos jovens nessa faixa etária estudam e trabalham, condição que tende a levar ao abandono precoce.

Com relação aos cursos da Educação Técnica Profissional, o Plano Nacional de Educação para 2011-2020 (PNE, 2011) apresenta como uma das suas metas, ampliar gradualmente suas taxas de conclusão para 90% e o Termo de Acordo de Metas firmado pelos Institutos Federais prevê uma taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos. São metas ousadas a alcançar, já que o relatório de auditoria operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica realizado em 2011 pelo Tribunal de Contas da União apontou que “as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo” (TCU, 2012, p. 10), apresentando índices ainda considerados baixos.

O relatório aponta também a taxa de alunos que abandonaram a escola, sendo os cursos com pior situação, ou seja, com as maiores taxas, os de nível médio: principalmente cursos do PROEJA, com 24%, e cursos Médios Subsequentes, com 19% (TCU, *op. cit.*). O relatório mostra ainda que os cursos ofertados pelos Institutos Federais atendem a um público heterogêneo em termos acadêmicos e sociais e devem ser consideradas essas diferenças ao elaborar políticas específicas para cada segmento a fim de implementar estratégias de combate ao abandono.

Paixão, Dore e Margiotta (2012, p.5) afirmam que “há processos complexos envolvidos nos percursos juvenis de permanência ou abandono”. Assim, é preciso levar em conta todos estes processos para analisar o fenômeno. Conforme os autores, que se apoiam nos estudos de Newmann, Wehlage e Lamborn (1992), uma explicação de forma mais abrangente do engajamento dos jovens, o tipo de programas de apoio escolar destinados a eles e o trabalho dos jovens na escola precisa levar em conta, dentre outros aspectos, os efeitos de alguns fatores como

1. O background pessoal e social dos estudantes;
2. O contexto distrital e comunitário onde o mesmo vive, cujas normas e políticas afetam muitos aspectos da vida na escola;
3. Cultura escolar, refletida nas crenças e valores dos funcionários e alunos;
4. Organização escolar (tamanho, estrutura, divisão do trabalho);
5. Currículo;
6. Background dos professores e sua competência
- 7.

Interação professor-aluno, dentro e fora da classe (NEWMANN, WEHLAGE e LAMBORN, 1992, p.34 *apud* PAIXÃO; DORE; MARGIOTTA, op. cit. p. 05).

Para Dore e Lücher (2011), um fator importante no estudo sobre abandono escolar é analisar se o problema é do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino. Para as autoras, o abandono escolar pode ser associado também a diversas situações, como retenção e repetência, saída do aluno da instituição ou do sistema de ensino, reprovação em um determinado nível de ensino e abandono da escola e posterior retorno. Elas ainda chamam a atenção para outro fator que consideram relevante no caso de abandono que é o nível escolar em que ele ocorre, podendo interferir significativamente de acordo com níveis e modalidades educacionais.

Buscar identificar as causas do abandono representa uma informação necessária para a formulação de políticas que levem ao enfrentamento do problema. Para Dore e Lüscher (2011), com base nas pesquisas de Rumberger (2004), além da diversidade de situações que podem ser vistas como evasão, existe também o problema de entender as causas do abandono escolar, considerado chave para a busca de soluções para tal fenômeno, que pode ser influenciado “por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive” (RUMBERGER, 2004 *apud* DORE e LÜSCHER 2011, p.776). Rumberger (2004) identifica como principais cenários de estudo do problema a perspectiva individual, que engloba o estudante e as circunstâncias da sua trajetória escolar e a perspectiva institucional, que leva em conta a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos.

Na perspectiva individual, são considerados os valores, os comportamentos e as ações que favorecem para um maior ou menor engajamento do estudante na vida escolar. De acordo com essas pesquisas existem dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais integrantes da comunidade escolar. Para Rumberger (1987, *apud* Dore e Lüscher, 2011), a maneira como o estudante se relaciona com essas duas perspectivas da vida escolar interfere sobremaneira na sua decisão de abandonar ou permanecer na escola.

Ainda em relação à perspectiva do indivíduo, as autoras levam em consideração o nível educacional dos pais, a renda familiar e a estrutura da família e o *background* familiar, como sendo o fator isolado mais importante para o sucesso ou para o fracasso do estudante em algum ponto da sua trajetória escolar. Já ao analisar a perspectiva institucional, as autoras apontam como fatores para o abandono ou permanência escolar a composição do corpo discente, os recursos escolares, a infraestrutura da escola, bem como processos e práticas pedagógicas aplicadas. E por fim essas pesquisas mostram que a comunidade e os grupos de amigos também influenciam nos processos de abandono escolar.

Diante dos estudos e das pesquisas citadas aqui, percebe-se que o abandono escolar é um processo complexo e dinâmico que envolve ampla diversidade de circunstâncias individuais, institucionais e sociais externas e internas à instituição e que merecem cuidado em sua análise, visando compreender os principais motivos que contribuem para que ele ocorra. Assim, é importante conhecermos seus múltiplos fatores, principalmente nos cursos profissionalizantes, para que se busque estratégias no combate ao abandono e a elaboração de políticas educacionais capazes de auxiliarem na prevenção deste fenômeno.

2.1.3 Abandono escolar nos cursos profissionalizantes

De acordo com o Relatório de Gestão SETEC 2013 (Brasil, 2014), a expansão da Rede Federal permitiu chegar em 2013 com 470 unidades e ao final da sua expansão serão 562 unidades em mais de 500 municípios. Assim, em 2011, 132 mil alunos estavam matriculados nas unidades dos Institutos Federais e quando todas as novas unidades de ensino estiverem em pleno funcionamento, o total de alunos na Rede Federal passará de 300 mil para mais de 600 mil estudantes (BRASIL, 2012 *apud* CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Segundo o Censo Escolar 2013, levando em conta as matrículas da educação profissional nas modalidades, concomitante, subsequente e integradas ao Ensino Médio, o crescimento foi de 5,8%, alcançando 1,44 milhão de alunos atendidos em 2013, comprovando a manutenção de sua expansão, com destaque para a Rede Federal que aumentou 8,4% de 2012 para 2013. A Rede Federal, nos últimos seis

anos, teve um crescimento de 108% na oferta de matrícula na Educação Profissional (INEP, 2014).

A Educação Profissional representa uma política importante para o país, ao atuar na capacitação de diferentes segmentos da mão de obra nacional preparando os alunos com conhecimentos diferenciados para serem capazes de atuar em setores de ponta da economia. Seus cursos variam desde modalidades de curta duração, como os cursos de formação inicial e continuada para os quais os pré-requisitos são apenas níveis fundamentais de educação, até cursos de Mestrado. Dos alunos que ingressaram na Rede Federal, 63% foram em cursos de nível médio, 24,2% dos estudantes em cursos de nível superior, nos cursos de tecnólogo foram 12,2% dos alunos e os cursos de formação inicial e continuada atendem a 14,5% dos alunos (TCU, 2012).

Para Cassiolato e Garcia (2014), o PRONATEC passa a fazer parte de um conjunto de ações já executadas pela SETEC/MEC que possibilita aos estudantes e trabalhadores a elevação da escolaridade através da ampliação do acesso à educação profissional, bem como a inclusão social e a promoção da cidadania.

o programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p.34).

Referente ao número de matrículas da educação profissional e tecnológica, segundo o MEC, entre 2011 e 2013, foram realizadas 5,5 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. E somente em 2013 foram realizadas 1,5 milhão de matrículas, das quais 1,2 milhão em cursos FIC através do PRONATEC, que contribui para ampliação do acesso aos cursos (BRASIL, 2014).

No entanto, nesta fase de ajustes na implantação do programa, um fator agravante que deve ser levado em conta é o elevado índice de abandono, em torno de 50% nos cursos de qualificação profissional – FIC. Por isso, torna-se importante saber as causas desse abandono escolar, que tem comprometido bastante a efetividade das ações do PRONATEC (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Para Dore e Lüscher (2011), o abandono escolar nos cursos profissionalizantes vincula-se ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino. Pelo fato de esse nível de ensino não ser obrigatório, isso apresenta consequências significativas sobre o fenômeno do abandono, fazendo com que alguns pesquisadores do assunto enumerem três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar.

A primeira dimensão está relacionada aos níveis de escolaridade em que o abandono escolar ocorre como “a educação obrigatória, a educação média ou a superior” (JORDAN, LARA, MCPARTLAND, 1996 *apud* DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775). No caso do PRONATEC, os cursos não são obrigatórios, eles são ofertados com o objetivo de qualificação profissional de estudantes e trabalhadores. Nesse caso, os alunos têm a opção de cursá-los ou não. Assim, esse pode ser um fator que leva os discentes a abandonarem os cursos.

A segunda dimensão está relacionada à descontinuidade dos estudos, à interrupção dos estudos “como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva” (JORDAN, LARA, MCPARTLAND, 1996 *apud* DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775). No PRONATEC, os cursos são de curta duração, e não têm a opção de trancamento de matrícula. Nesse caso, o estudante, por não ter se identificado com o curso escolhido, pode decidir não dar continuidade aos estudos. Isso não significa que ele não vá retornar para o sistema escolar, mas que apenas decidiu escolher matricular-se em outro curso ofertado pelo programa.

Já a terceira dimensão está relacionada aos motivos que levam o aluno ao abandono escolar como, “por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais” (JORDAN, LARA, MCPARTLAND, 1996 *apud* DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775).

Um dos motivos que levam ao abandono escolar nos cursos do PRONATEC é o fato de o estudante não conseguir conciliar o horário das aulas com o emprego, uma vez que os cursos do *campus* Campo Largo foram ofertados no período vespertino. Outro motivo foi está relacionado a problemas sociais e pessoais, apresentados principalmente na turma de 2014. Neste caso do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, por tratar-se de uma turma formada exclusivamente de mulheres, todas em situação de vulnerabilidade social, problemas

sociais como, por exemplo, onde e com quem deixar os filhos no horário das aulas, além de problemas pessoais, podem ter sido fatores que contribuíram para o abandono do curso, como relatado pelos gestores do PRONATEC em entrevista:

Teve uma aluna, uma senhora, que queria continuar, mas o marido estava achando ruim e falava, onde ela ia deixar a criança. São essas dificuldades. E daí muitas vezes ela levava, no caso, a menina lá, porque não tinha com quem deixar, mas o marido não gostou e ela desistiu (GPO, entrevista concedida em 29/04/2015).

[...] a pressão familiar, ou não ter com quem deixar um filho pequeno, ter que trazer o tempo todo. E o filho fica aqui pelo *campus*. É claro que ela não consegue estar focada na aula enquanto o filho tá lá, esta foi uma das dificuldades (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

Segundo Dore e Lüscher (2011), na formação profissional, muitos são os fatores para o abandono escolar. De um lado, a existência de oportunidades na área profissional, de outro o aluno ter dúvidas quanto à escolha da sua carreira profissional. Ademais, quando o abandono escolar acontece na educação técnica profissional, torna-se motivo também para que jovens, nas suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho, apresentem baixa qualificação e habilitação profissionais (EUROPEAN COUNCIL, 2004 *apud* LÜSCHER; DORE, 2011).

Para Silva e Dore (2012) o estudo sobre o fenômeno do abandono escolar na educação profissional no Brasil ganha contornos de urgência. Pois, sem concluir a formação profissional, o estudante reduz suas chances de inserção de modo qualificado no mundo do trabalho.

Portanto, na tentativa de compreender melhor os motivos que têm levado os jovens ao abandono escolar, a seguir serão mostradas duas pesquisas referentes ao assunto. Uma refere-se ao abandono no Ensino Médio e a outra relaciona-se ao abandono na Educação Profissional. A primeira pesquisa trata da “Pesquisa sobre Abandono Escolar (PSAE): Determinantes do Abandono do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais” (SOARES, 2010). A tabela 3 mostra os principais motivos para o abandono escolar encontrados pela PSAE.

Tabela 3 - Motivos para o Abandono Escolar

Motivos	Percentual de Respostas
Conciliar os estudos com o trabalho	58,3%
Falta de interesse	10,0%
Gravidez	8,9%
Problemas familiares	4,1%
Desinteresse dos professores	1,4%
Excesso de matérias (conteúdo)	1,2%
Mudança para outra cidade	0,8%
Distância da Escola	0,8%
Professores muito exigentes	0,7%
Outros	13,7%

Fonte: Elaborado pela autora com dados levantados pela Pesquisa sobre Abandono Escolar (PSAE): Determinantes do abandono do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais" (SOARES, 2010).

Além destes dados, o relatório aponta também explicações para a ocorrência do abandono escolar, levando em consideração as variáveis ligadas à escola que serão elencadas no quadro 6, a seguir:

Quadro 6 - Efeitos sobre a taxa de Abandono Escolar

Efeitos sobre a Taxa de Abandono
Cada ano de atraso (Defasagem) no ingresso do Ensino Médio – 15anos é a idade recomendada – aumentará em 5% as taxas de risco de abandono;
As condições socioeconômicas mais altas estão associadas a menores taxas de risco de abandono
As taxas de risco de abandono aumentam em 352%, para as entrevistadas que engravidaram;
Trabalhar para ajudar a família tende a aumentar em 41% a taxa de abandono para o gênero feminino, enquanto para o gênero masculino, essa mesma taxa cresce de forma substancial, chegando a 245%;
Em famílias numerosas o risco de abandono é maior, mas é significativamente maior para os primeiros filhos. Em famílias pequenas esta associação não aparece de forma expressiva.
Pertencer ao gênero masculino aumenta a taxa de risco de abandono em 75%;
Efeitos sobre a Taxa do Abandono com variáveis ligadas ao contexto escolar
Ansiar por uma escola dinâmica/inovadora tende a aumentar a taxa de abandono;
Apresentar dificuldade geral nas disciplinas tende a aumentar a taxa de abandono;
Quando a família demonstra maior interesse e incentivo nos estudos a taxa de abandono tende a diminuir;
A percepção de melhores oportunidades no mercado de trabalho está associada a menores taxas de abandono;
Pretender fazer Faculdade tende a produzir menores taxas de abandono;
Quando a opção pela escola ocorre por qualidade/afinidade às taxas de abandono tendem a ser menores;

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados levantados pela Pesquisa sobre Abandono Escolar (PSAE): “Determinantes do abandono do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais” (SOARES, 2010).

A segunda pesquisa estudada é intitulada “As razões da Educação Profissional: olhar da demanda” e foi realizada por Neri (2012) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. A partir de micro dados do Suplemento Especial coletados da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (PNAD/IBGE), ela permite uma descrição detalhada da Educação Profissional, incluindo cursos de qualificação profissional, técnicos (Ensino Médio) e graduação tecnológica. Os resultados dessa pesquisa destacam as razões que levam os jovens de 15 a 29 anos e os jovens com mais de 30 anos a abandonarem um curso de Educação Profissional, a saber: a falta de interesse/motivação (40,7%); a insatisfação com o curso ou a incapacidade de

acompanhar as aulas (11,29%); problemas familiares (25,9%); razões econômicas (6,6%) e local distante dos cursos (1,4%);

Através de análise feita em auditoria nos Institutos Federais, o relatório do Tribunal de Contas da União apresenta algumas possíveis causas para o abandono escolar no ensino técnico da Rede Federal, conforme se pode observar no quadro 7, a seguir:

Quadro 7 - Causas do Abandono Escolar no Ensino Técnico Profissional

Problemas de desempenho acadêmico que começa nas etapas iniciais de escolarização dos estudantes (ensinos infantil e fundamental).
Características socioeconômicas das famílias dos estudantes;
Aspectos relacionados ao tamanho, nível de investimentos e gastos e infraestruturas das escolas.
Discrepância de conhecimentos e habilidades dos alunos no momento de sua entrada nos cursos.
Muitos alunos utilizam os Institutos como trampolim para ascender ao nível superior e abandonam o curso profissionalizante;
Cursos técnicos de nível médio e superior altamente especializados, que exigem conhecimentos sofisticados por parte dos alunos.

Fonte: Relatório de Auditoria - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, TCU, 2012

No caso da educação profissional no Brasil, Lüscher e Dore (2011) afirmam que a compreensão das pesquisas, sejam quantitativas ou qualitativas torna-se mais difícil, pois o abandono pode ser avaliado sob várias perspectivas de acordo com os percursos de formação profissional disponíveis no nível médio:

o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso (integrado, subsequente ou concomitante) e/ou a rede de ensino na qual estuda. Outra opção é a de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio (LÜSCHER; DORE, 2011, p.152-153).

Para as autoras, a complexidade desse fenômeno e a diversidade de causas que podem estar relacionadas ao abandono escolar necessitam de estudos e informações detalhadas sobre o assunto, sendo necessário o envolvimento de

diferentes atores sociais na busca de soluções que também são complexas e de difícil realização. Por isso a importância da prevenção e da identificação precoce do problema e o acompanhamento individual dos possíveis estudantes que estão em situação de risco de abandono escolar.

Segundo Relatório do TCU (2012), o abandono escolar representa um problema que alcança as diferentes modalidades de ensino e no Brasil a educação profissional também enfrenta este problema, impedindo que os alunos concluam seus cursos. Por ofertar cursos para públicos bem diferenciados, tanto em termos acadêmicos como sociais, e pela diversidade de fatores que causam o abandono escolar, desenhar políticas ou estratégias de combate a este fenômeno pode ser uma tarefa complexa para os Institutos Federais.

Como os Institutos Federais oferecem cursos que variam desde modalidades de curta duração, como os cursos FIC, nos quais os pré-requisitos são apenas níveis fundamentais de educação, até cursos de Mestrado, esses acabam recebendo estudantes com diferentes níveis acadêmicos. No caso do Ensino Médio Integrado, que recebe estudantes, em sua maioria adolescentes, não apresenta retenções consideráveis em seus históricos escolares. Já nos cursos de Nível Médio subsequente ou do PROEJA, os alunos são jovens ou adultos que, em sua maioria, estão há muito tempo afastados do sistema escolar, além de apresentarem histórico de retenções escolares.

Sendo assim, de acordo com o Relatório do TCU (2012), os Institutos Federais devem buscar a formulação de políticas de enfrentamento ao abandono escolar, específicas para cada segmento, preservando a qualidade de ensino. Dessa forma, compreender o abandono escolar envolve um estudo de todas essas perspectivas.

Diante das pesquisas e referenciais teóricos abordados neste trabalho, compreende-se que esse fenômeno é um problema social que deve ser analisado com atenção e responsabilidade, pois fatores institucionais e pessoais têm influência, seja na perspectiva do aluno, seja na da escola.

A fim de entender os fatores que levam os jovens ao abandono escolar, na próxima seção serão apresentados os procedimentos metodológicos usados para coletar dados juntos aos sujeitos da pesquisa, que são os gestores do *campus* e do Programa, os professores e os alunos. Assim, espera-se que através desses dados

coletados, se consiga chegar aos motivos para o abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de baixa Tensão, ofertado pelo PRONATEC, no *campus* Campo Largo.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção foi estruturada com o objetivo de apresentar e justificar os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados referentes ao abandono escolar, foco deste trabalho. Os procedimentos metodológicos foram divididos em quatro tópicos com a intenção de proporcionar uma melhor compreensão dos mesmos. No primeiro tópico, será apresentado o tipo de abordagem adotada na pesquisa; no segundo, serão destacados os sujeitos participantes; no terceiro, serão demonstrados os instrumentos de coleta de dados e no quarto tópico serão apresentadas a análise e a interpretação dos dados investigados de acordo com o referencial bibliográfico aqui utilizado.

2.2.1 Abordagem e tipo da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa sobre abandono escolar, que é um fenômeno social, optou-se por utilizar uma pesquisa qualitativa e sua escolha justifica-se por considerar que o assunto se enquadra nas cinco características básicas de uma pesquisa qualitativa, descrita por Ludke e André (1986). Para os autores, pesquisa qualitativa, chamada, às vezes, também de naturalística, apresenta as seguintes características: a) o ambiente natural como fonte direta de dados no qual o principal instrumento é o pesquisador; b) os dados coletados que prevalecem são os descritivos; c) a preocupação com o processo é maior do que com o resultado; d) preocupação do pesquisador com o significado que as pessoas atribuem às coisas e à sua vida; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Em sua maioria, as pesquisas qualitativas são feitas no local de origem dos dados. O trabalho de descrição da pesquisa é fundamental, pois é por meio dele que os dados são coletados. O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa, supõe um corte de tempo e espaço do fenômeno estudado pelo pesquisador e esse corte define onde o trabalho será desenvolvido e qual o seu tamanho, ou seja, o

espaço a ser mapeado (MANNING, 1979 *apud* NEVES, 1996). Além disso, a pesquisa qualitativa pode assumir diversas formas, dentre as quais, a do tipo etnográfico e o estudo de caso. O estudo de caso abrange um campo de trabalho mais específico, bem detalhado e com contornos bem definidos, destaca-se por se constituir em uma unidade dentro de um sistema mais amplo, de forma que pode ser qualitativo ou não.

Uma vez que concentra-se em um determinado contexto institucional, um *campus* do IFPR, essa pesquisa caracteriza-se como estudo de caso. Nesse método, o pesquisador parte de alguns pressupostos teóricos iniciais, que servirão para a busca de novos aspectos que poderão ser detectados para compreender melhor a manifestação geral de um problema. As compreensões, ações, atitudes e interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica em que ocorrem, ou à determinada problemática a que estão ligadas (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Para Ludke e André (1986), no estudo de caso podem ser observadas algumas características: os estudos de caso utilizam uma linguagem mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa; buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, procurando mostrar a variedade de dimensões presentes em uma determinada situação ou problema; usam diversas fontes de informação, sejam elas observações ou entrevistas; o pesquisador procura descrever as suas experiências durante o estudo de maneira clara para o leitor. Assim, para o desenvolvimento de um estudo de caso, três fases devem ser seguidas: a fase exploratória, a sistematização de coleta de dados e a análise e interpretação dos dados, seguidas da elaboração de um relatório. No que tange a este trabalho, será proposto um plano de ação.

Para alcançar todas as situações que envolvem um caso concreto, são utilizados diferentes instrumentos de coleta de dados, a fim de obter conhecimento mais profundo sobre o caso estudado. Por se tratar de fenômenos sociais mais complexos, no estudo de caso, a reunião de diferentes instrumentos, como entrevistas, observação, observação participante, pesquisa e análise documental e aplicação de questionários contribuem para melhor compreendê-lo (SOUZA, 2013).

Por meio dos instrumentos de pesquisa utilizados no trabalho, procura-se compreender as causas ou os múltiplos fatores do abandono escolar. A principal

motivação para o estudo deste caso foi a necessidade de entender o fenômeno a fim de propor estratégias de enfrentamentos por parte da instituição, para minimizar as altas taxas de abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, já enfatizado no capítulo I.

O recorte temporal da pesquisa iniciou-se a partir de 2012, ano em que o *campus* Campo Largo, *lócus* deste estudo, aderiu ao PRONATEC. O estudo foi feito até o final do segundo semestre letivo de 2014. Optou-se por esse recorte temporal porque nestes três anos foram oferecidas turmas do curso analisado.

Com relação aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados neste estudo a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e o questionário. A pesquisa bibliográfica foi usada para descrever o capítulo 1, bem como para embasar a análise do caso no capítulo 2, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto estudado além de, ao mesmo tempo, reforçar a análise da pesquisa ou a manipulação das informações (LAKATOS; MARCONI, 2010 *apud* SOUZA, 2013).

Foi usada, também, a pesquisa documental que, conforme Bravo (1991, *apud* SILVA *et al*, 2009, p.4556), “são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver”. Assim, é possível apontar vários tipos de documentos, desde os escritos até os de reprodução de som e imagem. Para Silva *et al* (2009), os documentos de linguagem verbal e escrita, constituem os principais tipos de documentos na área da pesquisa educacional.

No caso desta pesquisa, foram utilizados os documentos da Secretaria Acadêmica do *campus* e os dados disponibilizados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) no que se referiu a dados de matrículas dos alunos como concluintes, reprovados e os que abandonaram o curso.

O objetivo desta coleta de dados, é mostrar os indicadores educacionais no que se refere ao abandono escolar, com as percepções dos diversos atores que participam desta pesquisa, sobre o fenômeno estudado. Mais adiante, serão detalhados os outros procedimentos metodológicos usados na pesquisa.

2.2.2 Sujeitos envolvidos na pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa são alguns dos atores que estão diretamente envolvidos no dia a dia da escola e no PRONATEC. Esses sujeitos são divididos em três grupos. O grupo um é formado pelos alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo programa, com o objetivo de entender as causas que os levaram ao abandono do curso. O grupo dois é formado pelos gestores do PRONATEC, quais sejam, coordenador-adjunto, apoio acadêmico e administrativo, supervisor de curso, orientador e docentes das disciplinas da área Técnica e área de Temas Transversais ministradas nos cursos nestes três anos. Por fim, o grupo três é formado pelos gestores do *campus*, o diretor geral e o diretor de ensino.

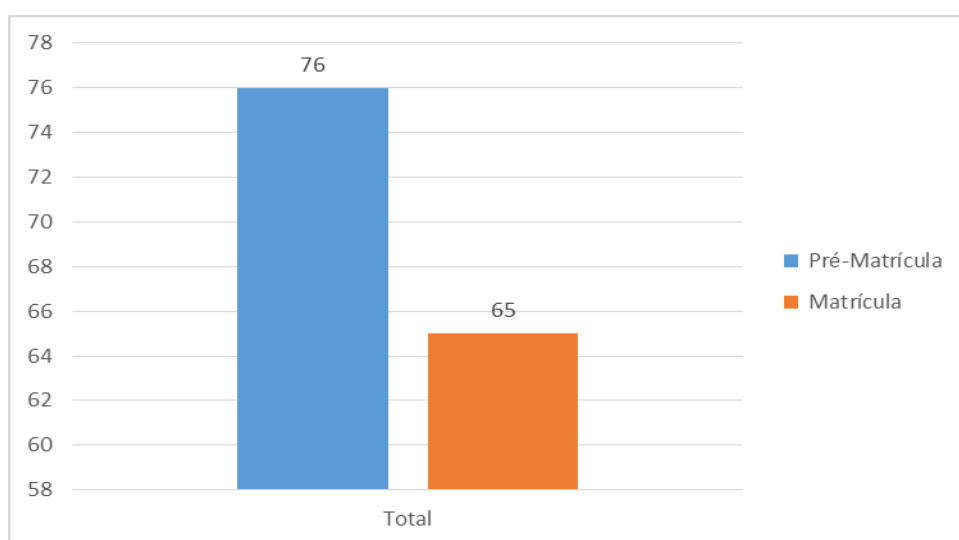
O curso foi ofertado no *campus* Campo Largo, lócus deste caso de gestão. Para compreender melhor quem são os sujeitos desta pesquisa, será apresentado um panorama das três turmas ofertadas pelo PRONATEC em 2012, 2013 e 2014 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão das quais os sujeitos participantes da pesquisa fizeram parte. Posteriormente, serão apresentados dados que foram coletados na Secretaria Acadêmica do *campus* e do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) com dados exclusivos do PRONATEC. Os dados são disponibilizados em números absolutos, coletados a partir do preenchimento dos formulários de pré-matrícula do estudante junto ao demandante e a matrícula junto à Secretaria Acadêmica do *campus* e após, lançados no sistema. As três turmas somam uma matrícula efetiva de 65 alunos.

Primeiramente, será feito o panorama das turmas de 2012 e 2013 juntas, somando 47 matrículas efetivas e, como dito anteriormente, por se tratar de uma turma do Mulheres Mil ofertada pelo PRONATEC e apresentar algumas peculiaridades, o panorama de 2014 será feito separadamente, a fim de realizar uma análise mais detalhada sobre ela.

Assim, a seguir serão apresentados dados que irão retratar o perfil destes alunos a fim de complementar a análise que posteriormente será feita através do questionário, na tentativa de conseguir entender quais fatores contribuíram para o abandono escolar de alguns deles. No gráfico 1 serão apresentadas as quantidades

de pré-matrículas e matrículas efetivas em relação às turmas do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, nos três anos de efetivação do programa no *campus*:

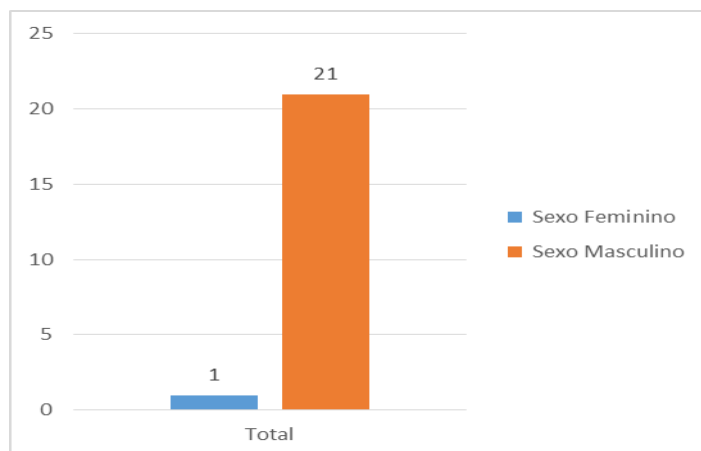
Gráfico 1 - Quantidades de Pré-Matrículas e Matrículas Efetivas nos anos de 2012, 2013 e 2014 no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo



Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISTEC

No gráfico 1, pode ser observado que já na fase das pré-matrículas das três turmas, 11 alunos nem começaram o curso, configurando uma taxa de 14,47% de desistência. A falta de interesse dos alunos pelo curso, antes mesmo do seu início, é um fator que deve ser considerado, porque esta falta de interesse pode estar presente também nos alunos que iniciaram o curso e configurar em abandono escolar logo após o seu início. Já no gráfico 2 são representadas as matrículas do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, referentes ao ano de 2012 separadas por sexo :

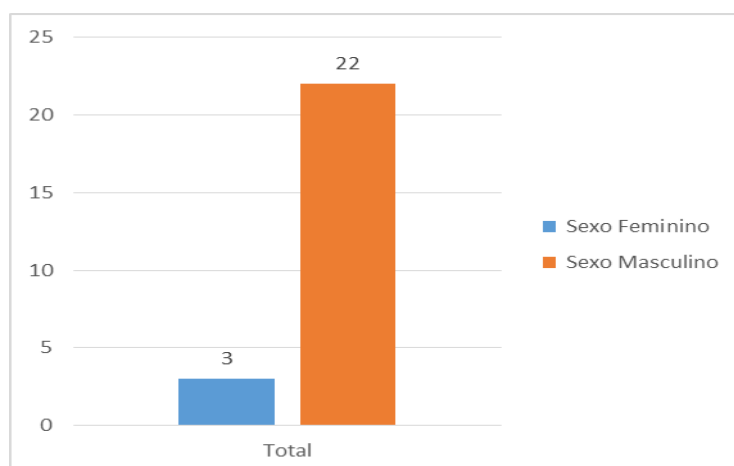
Gráfico 2 - Matrículas por sexo da turma de 2012 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo



Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISTEC

No gráfico 3 são representadas as matrículas do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão referentes ao ano de 2013, separadas por sexo:

Gráfico 3 - Matrículas por sexo da turma de 2013 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo

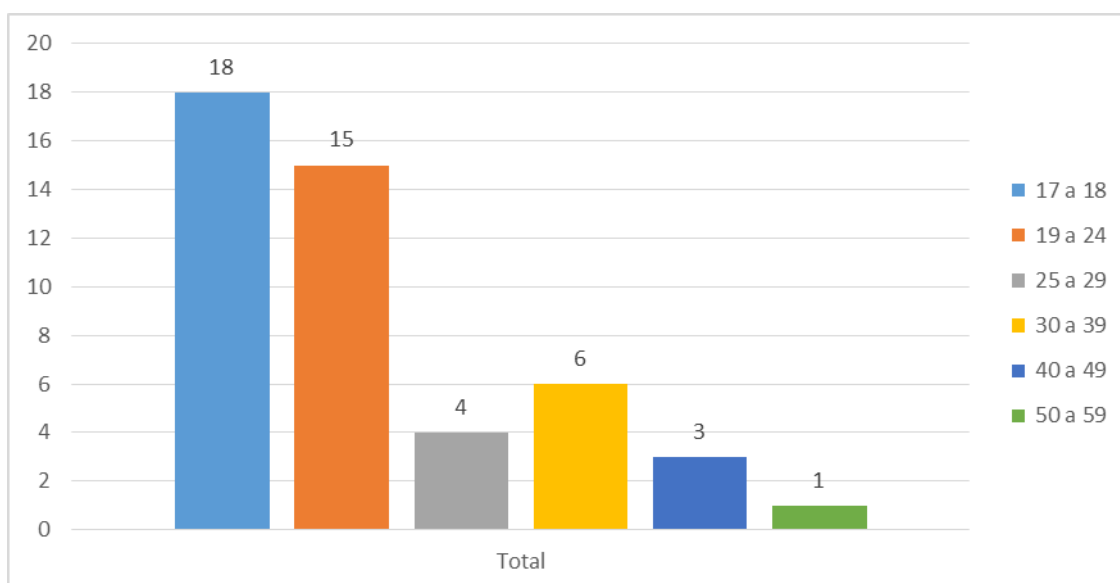


Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISTEC

O que pode ser observado tanto no gráfico dois como no gráfico três é a predominância do sexo masculino no curso. Isso demonstra que nos anos de 2012 e 2013 o curso ainda era pouco procurado pelas mulheres. O gráfico 4 representa um público com faixa etária bem variada. Isso pode ser verificado pelo fato de, além dos

demandantes parceiros, a Secretaria Estadual de Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foram feitas também matrículas dos alunos que se cadastraram no sistema de cadastro reserva, podendo atender qualquer pessoa da comunidade.

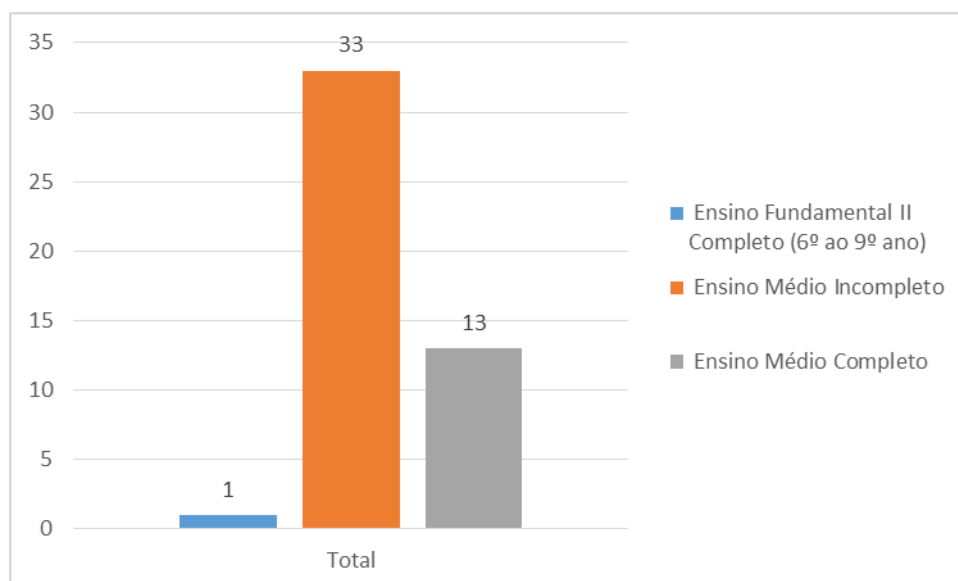
Gráfico 4 - Gráfico 4 - Faixa Etária –Turmas 2012 e 2013 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo



Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISTEC

No gráfico 4, pode ser observado que, dos 47 alunos matriculados nos anos de 2012 e 2013, 10 alunos possuem idade igual ou superior a 30 anos. Para Neri (2012) em sua pesquisa sobre Educação Profissional, a taxa de frequência em cursos profissionalizantes é menor para estudantes maiores de 30 anos. Isso ocorre em virtude dessa faixa etária apresentar maior estabilidade profissional e ter mais demandas familiares, o que faz com que eles deem maior atenção ao trabalho do que ao estudo, mesmo que sejam cursos profissionalizantes. Desse modo, esse é um fator que deve ser considerado para análise, pois pode ter contribuído para o abandono escolar destes alunos. Já o gráfico 5 mostra o grau de escolaridade dos estudantes nos anos de 2012 e 2013:

Gráfico 5 - Grau de Escolaridade – Turmas 2012 e 2013 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo



Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISTEC

Pelo gráfico 5, percebe-se que nos anos de 2012 e 2013, das 47 matrículas efetivadas, 33 alunos estavam cursando o Ensino Médio. Esse dado é reflexo de ser função do PRONATEC atender prioritariamente aos estudantes do Ensino Médio da Rede Pública, inclusive da educação de jovens e adultos.

No caso da turma de 2014, ela foi formada exclusivamente por mulheres, todas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Segundo o Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007, o CadÚnico é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e é o instrumento que identifica e caracteriza famílias brasileiras de baixa renda, ou seja, renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. O CadÚnico é obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2007).

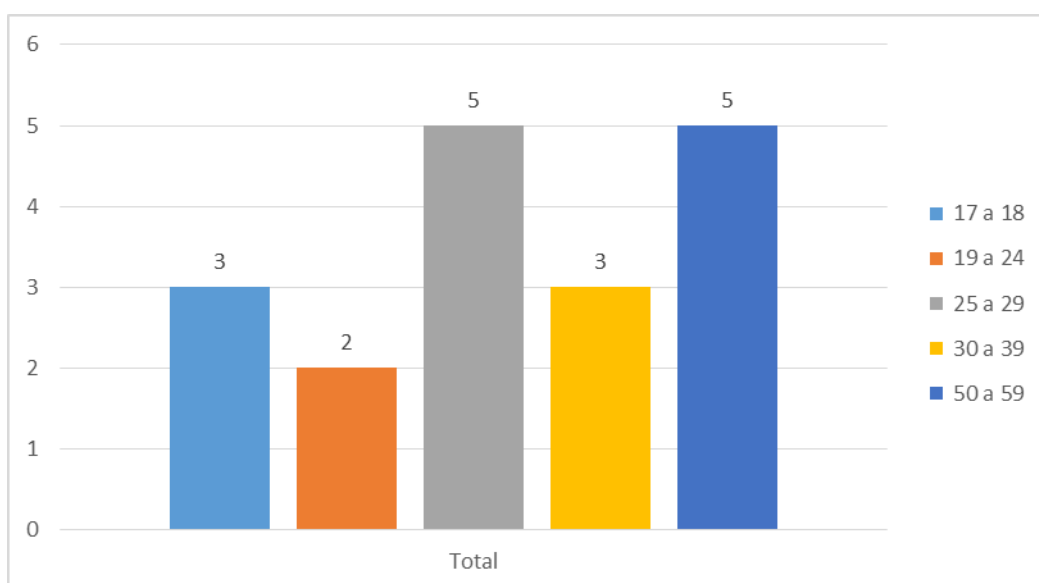
Segundo Neri (2012), ao analisar grupos de jovens de 15 a 29 anos e grupos com 30 anos ou mais verificou-se que, tanto para um grupo como para o outro, a frequência em cursos profissionalizantes é menor em classes econômicas mais baixas, como é o caso destas mulheres, todas pertencentes às classes D e E. Ainda, segundo o autor, os estudantes pertencentes às classes D e E não têm interesse em

frequentar um curso profissionalizante. Esse é um fator importante que pode ter contribuído para o abandono escolar nesta turma.

A turma apresenta peculiaridades que devem ser consideradas. Das 18 mulheres matriculadas, 11 são beneficiárias do Bolsa Família, o que representa 61,11%. Esse fato se deve à função do PRONATEC em atender mulheres beneficiárias de programas federais de transferência de renda. Os dados apresentados a seguir mostram que, realmente, trata-se de uma turma que requer um “olhar especial” quando analisada pelo viés dos fatores que contribuem para o abandono escolar.

No gráfico 6, pode ser observado que a turma foi composta de alunas com faixa etária bastante variada. Sendo 10 com faixa etária de 17 e 29 anos, e 8 com idades entre 30 e 59 anos.

Gráfico 6 - Faixa Etária – Turma 2014 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo

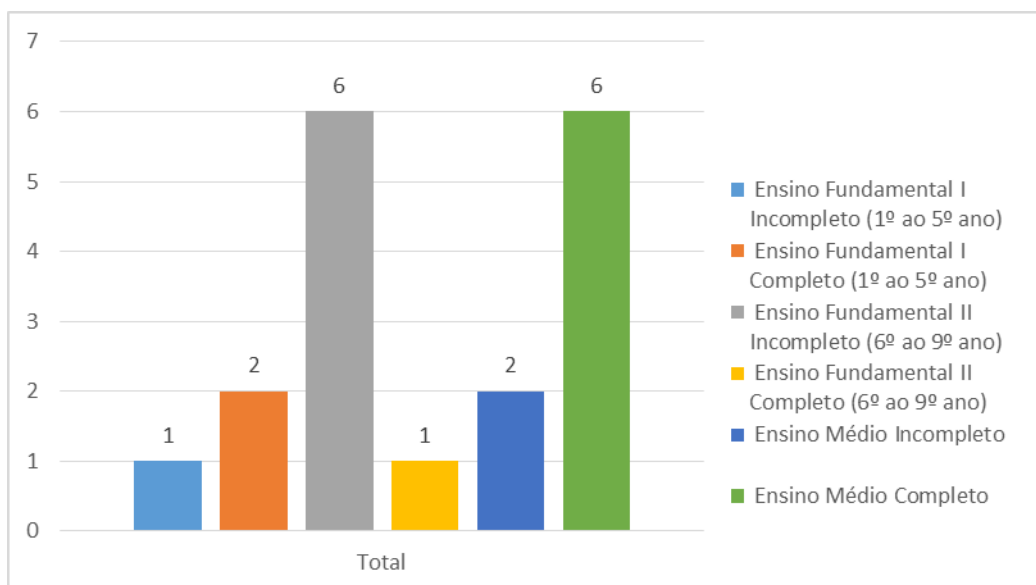


Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISTEC

O grupo de mulheres, com idades variadas, apresentado no gráfico 6, vem cumprir um dos objetivos do Programa Mulheres Mil, que é o acesso democrático e inclusivo, promovendo a sustentabilidade e a equidade, independentemente da faixa etária (ROSA; MORESCHI 2011).

No gráfico 7, a seguir, observa-se que a turma era composta por mulheres com diferentes níveis de escolaridade que apresentavam desde o Ensino Fundamental I Incompleto até o Ensino Médio Completo.

Gráfico 7 - Grau de Escolaridade – Turma 2014 do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado no campus Campo Largo



Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISTEC

Observa-se, no gráfico 7, que 9 alunas, 50% da turma, possuíam o Ensino Fundamental ainda incompleto. Esse é um fator que deve ser considerado para análise do abandono escolar, pois como foi dito pelo relato dos professores e gestores do PRONATEC, é um curso em que os alunos apresentam muitas dificuldades, principalmente nas disciplinas técnicas. Para um gestor e o professor do programa, a baixa escolaridade pode ter contribuído para o abandono escolar das mulheres da turma de 2014, como destacado nos fragmentos a seguir:

Eu acho que um dos fatores que contribuíram para o abandono escolar das mulheres foi a incapacidade de acompanhar o conteúdo, delas não conseguirem acompanhar aquele conteúdo [...] (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

[...] às vezes a baixa escolaridade também ajudou muito. Acho que foi uma das principais dificuldades (PPATE, entrevista concedida em 14/04/2015).

A partir dos dados apresentados é possível ter um panorama geral das turmas para compreender alguns aspectos relacionados ao perfil dos sujeitos participantes da pesquisa, que talvez não se consiga apreender do questionário aplicado a eles.

A seguir, o foco da análise será nos sujeitos participantes da pesquisa, cuja identidade será preservada para que se tenha uma maior liberdade de expressão. Em seguida, serão apresentados alguns dados sobre estes sujeitos, os quais foram denominados grupo 1, quando se referir ao aluno, grupo 2, quando se referir aos gestores e professores do PRONATEC e grupo 3 quando se referir aos gestores do *campus*, todos citados anteriormente.

O grupo 1 é composto por alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, seja por reprovação ou por abandono escolar, nos anos de 2012, 2013 e 2014. Dos 32 alunos que não concluíram o curso, foi aplicado o questionário a 17 alunos. O contato dos alunos foi conseguido por meio do SISTEC. No primeiro momento, dos 32 alunos em situação de abandono, conseguiu-se contato telefônico com 20. A eles, foi explicado o objetivo da pesquisa e solicitou-se a colaboração em responder ao questionário sobre o abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Destes, 15 concordaram em participar e o questionário foi enviado por meio do correio eletrônico. Os outros 5 preferiram responder pessoalmente, sendo marcado um encontro no *campus*, o local para a aplicação dos questionários, respeitando o melhor dia e horário de cada um.

Ao final de uma semana, somente um aluno tinha respondido ao questionário por meio eletrônico, então partiu-se novamente para o contato telefônico. Dessa forma, dos 15 alunos para os quais o questionário foi enviado por e-mail, 7 responderam. Portanto, a fim de conseguir mais pessoas para dizerem os reais motivos do abandono escolar no curso, novamente, partiu-se para o telefonema em que se conseguiu mais 5 alunos que se dispuseram a responder por telefone às perguntas. Assim, responderam ao questionário 17 alunos, sendo que 5 responderam pessoalmente, 5 responderam por telefone e 7 responderam por meio da ferramenta eletrônica *Google Drive*. Segundo Lakatos e Marconi (2010), quando se trata de questionários impressos, a devolução deles pelos participantes da pesquisa alcança uma média de devolução de 25%.

No caso desta pesquisa, o retorno dos questionários impressos foi de 100%, isso aconteceu pelo fato da pesquisadora estar à disposição dos participantes em relação ao dia e aos horários estipulados por eles. Em relação aos questionários enviados via correio eletrônico a taxa de retorno foi de 46,6%, ou seja, uma taxa bem elevada em relação à média apontada por Lakatos e Marconi (2010). O que pode ter contribuído para essa média na devolução foi o fato, já relatado anteriormente, de a própria pesquisadora ter falado com cada participante por telefone, destacando a importância do estudo e solicitando sua colaboração.

A fim de conhecer melhor esses alunos participantes da pesquisa, o questionário foi dividido em dois blocos. O bloco I é referente ao perfil do aluno e o bloco II é referente ao curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo PRONATEC. No que se refere ao perfil dos alunos, foram cinco alunos do sexo feminino, todas pertencentes à turma de 2014 do Mulheres Mil e 12 do sexo masculino, pertencentes às turmas de 2012 e 2013. Todos os alunos são residentes na zona urbana do Município de Campo Largo, com idades entre 17 e 59 anos, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 4 - Idade e Sexo dos alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão nos anos de 2012, 2013 e 2014, no *campus* Campo Largo

	Feminino	Masculino
17 a 22	2	11
24 a 34	2	-
35 a 39	-	1
40 a 59	1	-
Total	5	12

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos questionários aplicados

Na tabela 5, serão apresentadas as atividades realizadas pelos alunos. Percebe-se que, dos 17 alunos que responderam ao questionário, nove alunos apenas trabalham enquanto os outros estão divididos entre estudo e trabalho, só estudo ou não trabalham nem estudam.

Tabela 5 - Atividade dos alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão nos anos de 2012, 2013 e 2014 no *campus* Campo Largo

Atividade	Quantidade
Só estudam	2
Só trabalham	9
Trabalham e Estudam	3
Não trabalham nem estudam	3

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos questionários aplicados

Dos 17 alunos que responderam ao questionário, três alunos tinham feito outro curso do PRONATEC, sendo ele Desenhista de Móveis e quatorze não tinham feito nenhum outro curso. Sobre as percepções dos alunos referentes ao Curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão serão abordadas mais adiante na análise e interpretação dos dados.

Quanto ao grupo dois, foram chamados para a entrevista os participantes do PRONATEC nos anos de 2012, 2013 e 2014 que são responsáveis pela gestão dos cursos na escola. Os selecionados foram aqueles que atuaram ou ainda estão atuando no programa. Já no caso do grupo três, foram chamados os gestores do *campus*. Assim, foram selecionados sete gestores do Programa e dois gestores do *campus*.

No caso dos professores, os selecionados foram aqueles que lecionaram no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão em pelo menos uma turma, sendo dois representantes da área técnica (um interno e outro externo à instituição) e dois representantes da área de temas transversais (um interno e outro externo à instituição). Todos os profissionais participantes do PRONATEC são contratados via edital público e podem ser tanto servidores do quadro interno do IFPR, como servidores externos à instituição, como já explicado anteriormente.

Objetivou-se, através desses critérios, obter participantes tanto internos como externos à instituição que, pressupõe-se, por apresentarem formações acadêmicas diferentes, apresentem também visões diferentes sobre o abandono escolar ocorrido nas turmas. Assim, a fim de preservar ao máximo a identidade dos participantes, optou-se por informações básicas sobre eles. No quadro 8, é apresentado um

resumo dos segmentos aos quais fazem parte os participantes do PRONATEC, o grupo dois e a caracterização do perfil de cada participante:

Quadro 8 - Caracterização do Grupo 2 - Gestores e Professores do PRONATEC no Campus Campo Largo

Participantes do Grupo 2	Perfil dos Participantes
Coordenador-Adjunto	Licenciatura em Matemática, Mestrado em Engenharia Mecânica e Doutorado em Engenharia Mecânica. Atuou nesta função por um ano. É servidor da Instituição há 6 anos como docente e tem 15 anos de experiência no magistério.
Coordenador-Adjunto	Licenciatura em Biologia com Especialização em Gestão Pública/Políticas Públicas. Atua no Programa desde a sua implementação em 2012 e está na função há 2 anos. Está na Instituição, há 3 anos e 9 meses, no cargo de Assistente em Administração e tem 9 anos de experiência na área de Educação.
Orientador	Graduação em Pedagogia e Geografia, possui Especialização em Psicopedagogia e Inclusão Escolar. É servidora externa à Instituição. É servidora do Estado. Atuou no programa por um ano e tem 15 anos de experiência no magistério.
Supervisor do curso	Graduação, Mestrado e Doutorado em Engenharia Mecânica, está na Instituição há 3 anos ministrando aulas e atuou no programa por dois anos. Tem 11 anos de experiência no Magistério.
Apoio Administrativo e Acadêmico	Bacharel em Comércio Exterior. Com Especialização em Gestão Pública/Logística. Atua no Programa há 3 anos e está na Instituição há 3 anos e 3 meses, no cargo de Assistente em Administração.
Apoio Administrativo e Acadêmico	Cursando graduação em Gestão Pública. Atuou no Programa por dois anos, e está na Instituição há 3 anos e 9 meses, no cargo de Assistente em Administração.
Apoio Administrativo e Acadêmico	Bacharel em Direito, com Especialização em Gestão Pública/Políticas Públicas. Atua no Programa há 3 anos e está na Instituição há 3 anos e 9 meses, no cargo de Assistente em Administração.
Professor da Área Técnica	Graduação em Engenharia Elétrica com Mestrado em Educação. Lecionou para duas turmas do Curso e está na Instituição há 3 anos e meio, atuando como professor. Tem

	20 anos de experiência no Magistério.
Professor da Área Técnica	Graduação em Gestão Comercial Elétrica. Atuou no programa por um ano, ministrando aulas na sua área. Professor externo à Instituição, com experiência de 5 anos no magistério.
Professor Temas Transversais	Graduação em Administração de Empresas. Atua no Programa há dois anos como professor, mesmo tempo que está na Instituição, como Assistente de alunos. Tem 9 anos de experiência na área de Educação.
Professor Temas Transversais	Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, Especialização em Gestão Estratégica nas Instituições de Saúde. Mestranda em enfermagem e experiência em Saúde da Mulher. Atuou no programa por um ano ministrando aulas na sua área. Professor externo à Instituição

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa

Com o objetivo de identificar os relatos dos gestores e professores do PRONATEC, registrados no quadro 8, optou-se pelo uso de siglas. No quadro 9 a seguir, encontram-se descritas as siglas que irão nomeá-los.

Quadro 9 - Gestores e Professores do PRONATEC

Participantes do PRONATEC no Campus Campo Largo	SIGLAS
Coordenador-Adjunto 1	GP 1
Coordenador-Adjunto 2	GP 2
Apoio Acadêmico Administrativo 1	GPA 1
Apoio Acadêmico Administrativo 2	GPA 2
Apoio Acadêmico Administrativo 3	GPA 3
Supervisor de Curso	GPS
Orientador	GPO
Professor da Área Técnica Interno	PPATI
Professor da Área Técnica Externo	PPATE
Professor Temas Transversais Interno	PPTTI
Professor Temas Transversais Externo	PPTTE

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro 10 é apresentado um resumo dos segmentos aos quais fazem parte os gestores do *Campus* Campo Largo e a caracterização do perfil de cada participante, preservando ao máximo a identidade de cada um.

Quadro 10 - Caracterização do Grupo 3 - Gestores do *campus* Campo Largo

Diretor de Ensino	Graduação em Engenharia Elétrica com Mestrado em Educação tecnológica e Engenharia Elétrica. Lecionou numa turma do curso. Está na Instituição há 3 anos e meio atuando como professor e nesta função há 2 anos e meio. Tem 20 anos de experiência no magistério.
Diretor Geral	Graduação em Medicina Veterinária, com Especialização em Educação. É professor da Instituição e está nesta função desde que entrou, há 5 anos. Tem 25 anos de experiência no Magistério em Educação Profissional.

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pelos participantes da pesquisa

Da mesma forma, a fim de identificar os relatos dos gestores do *campus* Campo Largo, registrados no quadro 10, optou-se pelo uso de siglas. No quadro 11, encontram-se descritas as siglas que irão nomeá-los.

Quadro 11 - Gestores do *campus* Campo Largo

Participantes do <i>campus</i> Campo Largo	SIGLAS
Diretor de Ensino	GCL 1
Diretor Geral	GCL 2

Fonte: Elaborado pela autora

Na tabela 6 está detalhado o quantitativo dos sujeitos participantes da pesquisa, referente a cada segmento. No grupo 1 estão os alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa tensão, nos anos de 2012, 2013 e 2014. Já o grupo 2 é formado por sete gestores e quatro professores do PRONATEC e o grupo 3, formado pelos gestores do *campus* Campo Largo.

Tabela 6 - Sujeitos da Pesquisa

Grupos	Sujeitos da Pesquisa	Quantidade de Participantes
Grupo 1	Alunos que não concluíram o curso	17
Grupo 2	Gestores e Professores do PRONATEC	11
Grupo 3	Gestores do <i>campus</i> Campo Largo	2
Total		30

Fonte: Elaborado pela autora

A contribuição de todos os participantes da pesquisa, com suas diferentes visões, experiências e percepções sobre o abandono escolar, foram muito importantes para a compreensão dos diversos fatores associados ao abandono escolar nos cursos do PRONATEC.

2.2.3. Instrumentos e coleta de dados

Para tentar compreender o fenômeno do abandono escolar é necessário conhecer tanto os atores envolvidos no processo, como também o que eles pensam sobre o assunto. Dessa forma, utiliza-se aqui a coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas e questionários. Essa metodologia escolhida permite que, no decorrer da coleta de dados e da análise dos mesmos, se reflita sobre o abandono escolar, o assunto abordado nesta pesquisa (MARCHESAN; RAMOS, 2012).

Para Barcelos (2001, *apud* Marchesan; Ramos, 2012), uma das vantagens desse tipo de análise é o reconhecimento das crenças dos autores envolvidos como parte do processo. Assim, os questionários e entrevistas serviram para mapear crenças de professores e alunos para um maior aprofundamento na análise da realidade investigada sobre o abandono escolar.

A seguir, serão mostrados os instrumentos de pesquisa adotados para a realização do presente trabalho e os motivos para a sua escolha. Além disso, serão

analisados os depoimentos dos sujeitos da pesquisa à luz do referencial teórico estudado.

2.2.3.1 Questionários

O questionário é um instrumento de pesquisa formado por uma série de perguntas, que devem ser respondidas, a fim de medir características importantes de indivíduos e coletar dados que não estão disponíveis ou que não podem ser obtidos pela observação. Esse tipo de instrumento deve ser respondido sem a presença do pesquisador e, por isso, é necessário que o respondente tenha conhecimento e motivação para respondê-lo sozinho. Para que os respondentes realmente preencham e devolvam o questionário, o conteúdo e o formato dele devem ser suficientemente atraentes (HAIR JR *et. al.*, 2005, apud MARCHESAN; RAMOS, 2012). Para Converse e Presser (1986 *apud* Ribeiro, 2015), é muito importante que o questionário use uma linguagem simples. Isso implica em formular questões curtas sempre que possível, com linguagem direta e objetiva sem palavras complicadas que possam confundir o respondente.

O questionário é um instrumento sem custos elevados, que apresenta mais facilidade na hora da aplicação. Pode ser enviado pelo correio ou entregue em mão, pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo e exerce menor pressão sobre o respondente. Cada questão do questionário precisa estar relacionada aos objetivos do estudo (GOLDENBERG, 2004).

Entretanto, Goldemberg (2004) aponta também algumas desvantagens dos questionários, de modo que eles podem apresentar um baixo índice de resposta, se a estrutura for rígida, pois ela impede a expressão de sentimentos dos respondentes. Além disso, exige habilidade de ler e escrever e ainda disponibilidade para responder. Quando se trata de questionário impresso, enviado aos pesquisados, segundo Lakatos e Marconi (2010, *apud* Souza, 2013), a devolução deles alcança uma média de 25%.

A elaboração de um questionário requer cuidado com a adequação das questões às características dos respondentes a fim de garantir que os dados sejam confiáveis e válidos. Conforme Marchesan e Ramos (2012), o processo de elaboração deve obedecer a um processo sistemático: deve-se ter cuidado com a

adequação das questões às características dos respondentes, observando se os sujeitos responderão com exatidão às questões. Assim, deve-se tomar o cuidado de não criar perguntas muito extensas ou muito difíceis; deve-se esclarecer o conceito envolvido na pesquisa, pois é ele que vai orientar a definição do método de análise das respostas e também vai determinar os tipos de questões a serem elaboradas.

Além disto, é importante considerar se as questões são abertas ou fechadas, devendo sempre partir das mais gerais para as mais específicas (MARCHESAN; RAMOS, 2012). Segundo Nunan (2003, *apud* Marchesan; Ramos 2012), as perguntas fechadas são aquelas em que a quantidade de respostas possíveis é determinada pelo pesquisador e as questões abertas são aquelas em que o sujeito da pesquisa é livre para responder, ou seja, pode usar suas próprias palavras.

Para Hair Jr. et al (2005, *apud* Marchesan; Ramos 2012), as questões abertas são utilizadas quando o pesquisador acredita que as alternativas podem influenciar as respostas dos respondentes. Elas são relativamente fáceis de elaborar, porém, exigem mais tempo e esforço para entender as respostas. Já as questões fechadas devem apresentar várias opções de respostas.

Nesta pesquisa, optou-se pelos dois tipos de questões: abertas e fechadas. Nas perguntas fechadas o respondente poderá optar por mais de uma resposta para cada pergunta, tornando mais fácil a análise e a compilação dos dados. Já nas questões abertas, mesmo exigindo mais tempo na análise e compilação dos dados, será permitido ao entrevistado responder livremente, emitindo sua opinião a respeito das questões sobre o fenômeno estudado.

2.2.3.2 Entrevista Semiestruturada

As entrevistas são fundamentais quando o objetivo é mapear crenças, valores e investigação social específica. Elas permitem ao pesquisador fazer um mergulho profundo coletando indícios dos modos como cada um dos sujeitos percebe e significa sua realidade. São capazes de levantar informações consistentes, mais precisas do que utilizando outros instrumentos de coleta de dados como, por exemplo, o questionário (DUARTE, 2004).

Para Duarte (2004), realizar entrevistas de forma adequada e rigorosa não é tarefa simples, talvez elas tomem menos tempo na fase preparatória do que a

elaboração de questionários, por exemplo, mas para serem realizadas de maneira “que forneçam material empírico rico e denso o suficiente para ser tomado como fonte de investigação, demandam preparo teórico e competência técnica por parte do pesquisador” (DUARTE, 2004, p.216). Assim, realizar entrevistas, principalmente se forem semiestruturadas, abertas, pode ser uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista. Elas exigem que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa, que ele conheça o contexto em que pretende realizar sua investigação, que conheça bem o roteiro no momento da realização das entrevistas e que tenha segurança e autoconfiança (DUARTE, 2004).

Neste estudo, optou-se pela pesquisa semiestruturada que, mesmo tendo um roteiro previamente determinado, permite uma maior liberdade na condução da conversa sem que siga uma ordem rígida das questões. A razão de um roteiro para cada entrevistado deu-se pelo fato de se tratar de diferentes atores envolvidos no programa e na escola como um todo. Para Goldenberg (2004), a entrevista apresenta algumas vantagens como:

1. Pode coletar informações de pessoas que não sabem escrever;
2. as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever;
3. Maior flexibilidade para garantir a resposta desejada;
4. Pode-se observar o que diz o entrevistado e como diz, verificando as possíveis contradições;
5. Instrumento mais adequado para a revelação de informação sobre assuntos complexos, como as emoções;
6. Permite uma maior profundidade;
7. Estabelece uma relação de confiança e amizade entre pesquisador-pesquisado, o que propicia o surgimento de outros dados (GOLDENBERG, 2004, p. 88).

Contudo, Goldenberg (2004), também apresenta algumas desvantagens da entrevista. Para a autora, o entrevistador pode afetar o entrevistado, tornando-se seu amigo e com isso perder a objetividade da entrevista. Como a entrevista é feita com uma pessoa de cada vez, ela exige mais tempo, atenção e disponibilidade do pesquisador e, assim, o pesquisador fica na dependência se o pesquisado quer ou não falar, quando pode falar, que tipo de informação deseja dar e o que quer ocultar. E por fim, em uma entrevista, é mais difícil comparar as respostas.

Desse modo, para que a entrevista seja bem-sucedida, é fundamental uma relação amistosa e de confiança entre o pesquisador e o entrevistado. O pesquisador deve manter-se neutro diante das respostas dos entrevistados, sem que

suas atitudes e opiniões apareçam em primeiro plano. O pesquisador precisa também respeitar as limitações do entrevistado quanto ao local e ao tempo da entrevista (GOLDENBERG, 2004).

Neste estudo, de acordo com as características da entrevista semiestruturada, em especial pela flexibilidade da técnica, foi possível uma conversa com maior flexibilidade entre pesquisador e entrevistado.

A seguir, passaremos para a próxima seção, na qual serão feitas a análise e a interpretação dos dados baseadas na fundamentação teórica utilizada.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nessa seção serão demonstradas a análise e a interpretação dos dados referentes às entrevistas feitas aos gestores e professores do PRONATEC, representantes do grupo dois e aos gestores do *campus* Campo Largo, representantes do grupo três. Também serão analisadas as respostas dos questionários aplicados ao grupo um, que é representado pelos alunos que não concluíram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão nos anos de 2012, 2013 e 2014, seja por reprovação ou por abandono escolar.

No que se refere ao perfil dos discentes, foram cinco alunos do sexo feminino e 12 do sexo masculino, todos residentes na zona urbana do Município de Campo Largo, com idades entre 17 e 59 anos. Desses, nove só trabalham, três trabalham e estudam, três não trabalham e nem estudam e dois somente estudam.

2.3.1. Fatores associados ao abandono escolar nos cursos de Qualificação Profissional ofertados pelo PRONATEC, em especial Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

Esta seção tem como objetivo analisar os dados obtidos por meio dos instrumentos já citados, em busca de compreender quais fatores que estão associados ao abandono escolar nos cursos de qualificação profissional ofertados pelo PRONATEC, em especial Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado no *campus* Campo Largo nos anos de 2012, 2013 e 2014. Dessa forma, primeiramente, as discussões desses dados serão pontuadas de acordo com os

aspectos investigados, referentes à execução do PRONATEC, junto aos sujeitos da pesquisa.

Foi investigada a maneira como é realizada a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*, a divulgação e a receptividade da comunidade em relação aos cursos escolhidos, as dificuldades enfrentadas na execução do programa e as estratégias pensadas e efetivadas para enfrentar esses desafios. Logo após, foram investigados aspectos referentes aos fatores associados ao abandono escolar nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Para tanto, coletou-se informações sobre a percepção dos diferentes atores em relação às taxas de abandono nos cursos, as estratégias utilizadas pelos segmentos do programa para lidarem com o abandono no curso e os resultados obtidos na tentativa de diminuí-lo. Assim, o fenômeno investigado trata-se de um estudo de caso escolhido pela pesquisadora, no IFPR *campus* Campo Largo, onde atuou por dois anos. Os dados que serão analisados foram coletados com o objetivo de investigar os fatores que estão associados ao abandono escolar.

2.3.1.1 A escolha, a divulgação e a receptividade da comunidade em relação aos cursos do PRONATEC

Com a intenção de compreender melhor como é feita a escolha, a divulgação e a receptividade dos cursos a serem ofertados pelo PRONATEC, no *campus* Campo Largo, buscou-se respostas junto aos gestores e professores do programa e gestores do *campus* sobre tais pontos. Com isso, pôde-se compreender se o abandono escolar dos alunos está relacionado com a insatisfação pelo curso escolhido.

No que se refere à escolha dos cursos a serem ofertados, os entrevistados afirmaram que seguem o que está descrito anteriormente, ou seja, a escolha dos cursos é feita em conjunto com os demandantes, a direção geral e a direção de ensino do *campus*, de modo a respeitar o interesse dos demandantes e da comunidade e contemplar as possibilidades do *campus* com relação à estrutura. Sobre isso, GCL2 afirma:

bom, essa escolha é feita em parceria, entre o *campus* e os chamados demandantes [...] onde eles trazem uma primeira expectativa de cursos que seriam de interesse deles, e nós adequamos então, este interesse com as possibilidades do *campus*. Que possibilidades são essas: cursos que têm uma certa relação com os cursos ofertados no *campus*, que nós temos uma estrutura compatível, para que possamos ofertar. Então, essa junção do interesse dos demandantes e da possibilidade e do pouco do nosso *Know How*, digamos assim, resume então na definição dos cursos que serão formalmente pactuados com o Ministério da Educação (GCL2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Quanto à escolha dos cursos, GCL2 cita a adequação dos cursos ofertados à estrutura do *campus* e o interesse dos demandantes. Porém, as capacidades, as necessidades e as possibilidades da comunidade em relação às oportunidades de emprego também são mencionadas pela GPS:

aqui em Campo Largo, provavelmente como é dedicado a um público que necessita de formação, acredito que esta escolha tenha sido feita em função das capacidades, das possibilidades e das necessidades desse público, principalmente com relação às indústrias que estão estabelecidas aqui e a formação simples para que se possa obter um emprego facilmente (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

Para a SETEC a participação de parceiros demandantes é muito importante na execução do PRONATEC, uma vez que são eles que apresentam suas demandas específicas por formação profissional e fazem a mobilização, a seleção e as pré-matrículas dos possíveis alunos nos cursos de qualificação (BRASIL, 2014).

Com relação à divulgação dos cursos, todos os gestores do *campus* e do programa, bem como os professores, foram unânimes em apresentar que ela é feita pela equipe do PRONATEC no *campus* Campo Largo, com ampla divulgação em locais públicos, como escolas, terminais urbanos, igrejas, centros comunitários e feiras do município. Também, foi usada a rádio local, que é um canal de divulgação com grande abrangência; cartazes e *folders*; além do próprio site da Instituição, com o objetivo de receber as inscrições dos estudantes cadastrados.

Nos casos de vagas remanescentes, elas podem ser ocupadas diretamente pelo estudante interessado, por meio de inscrição direta nos cursos, via internet e por meio de inscrição on line (BRASIL, 2014). Essa ampla divulgação foi relatada aqui por um gestor do programa:

nós temos diversas formas de divulgação desses cursos. Temos o site do próprio *campus* onde nós listamos e explicamos do que trata aquele curso específico. [...]. No caso do site, nós temos um link de cadastro e quando abre a inscrição, nós entramos em contato via telefone ou via e-mail para comunicar que a inscrição está aberta. Nós fazemos a divulgação interna para os alunos com folders e cartazes e também fazemos a divulgação externa com essa distribuição de folders e cartazes em alguns lugares públicos como igrejas, ônibus, alguns locais de referência, centro de comunidades, prefeitura e centros médicos. Também fazemos a divulgação via rádio. E a divulgação também é feita quando vem alguma pessoa no *campus* pedindo informação, nós também aproveitamos e entregamos o folder e fazemos a divulgação (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

No caso da turma do Mulheres Mil, o curso foi divulgado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social do Município (CRAS), por se tratar de uma demanda exclusiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e por atender a mulheres pertencentes a comunidades socialmente vulneráveis, como relata um professor do programa:

[...] mais especificamente neste Curso de Eletricista Instalador de Baixa Tensão do Mulheres Mil, pelo que eu me lembro, a divulgação foi feita no Centro de apoio à Mulher que tem aqui na cidade de Campo Largo, mais precisamente se não me engano é o CRAS. [...] foi feito um apanhado das mulheres que estavam mais em vulnerabilidade social e que tinham vontade também de fazer este curso (PPTTI, entrevista concedida em 14/04/2015).

A divulgação dos cursos é fundamental, pois contribui para o sucesso do programa, por isso a importância da utilização de diversas fontes, conforme relatos anteriores. Dessa maneira, é possível ampliar a divulgação, alcançando um maior número de alunos para os cursos, fazendo com que eles conheçam o programa e criem uma relação de confiança com a Instituição. Como visto anteriormente, nos três anos de oferta do curso, para as 67 vagas disponíveis houve 76 alunos pré-matriculados.

Sobre a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados, foi relatado por alguns gestores do programa que, no início da implementação do PRONATEC, houve uma certa desconfiança por parte da comunidade em relação à oferta de cursos gratuitos e o recebimento de uma bolsa-auxílio, como destaca o GPA1 ao afirmar que:

no começo, eles viam com bastante desconfiança, principalmente porque têm alguns cursos que dizem que não vai precisar pagar e depois você tem que pagar a mensalidade [...] Mas, depois de um tempo, a comunidade viu que o curso era gratuito mesmo e tinha o interesse deles também pela bolsa auxílio [...] (GPA1, entrevista concedida em 14/04/2015).

A bolsa-auxílio é paga em forma pecuniária, para custear as despesas de transporte e alimentação (lanche leve) com depósito em conta corrente do aluno, no valor de R\$2,50 a hora-aula assistida (RESOLUÇÃO 6/2013/FNDE/MEC). Para o recebimento dessa bolsa o aluno tem que apresentar 75% de frequência nos cursos. Para GPA2, esse auxílio era bem visto pelos participantes:

então, no começo eles vêm aqui para saber mais sobre os cursos e eles vêm com receio, porque eles acham que eles vão ter que pagar esses cursos. E na realidade, quando eles ficam sabendo que eles vão receber uma bolsa pra participarem, eles ficam bastante animados (GPA2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Contudo, mesmo animados com o recebimento de uma bolsa-auxílio em forma de dinheiro, conforme relatado pelo gestor do programa, de acordo com os questionários respondidos, nenhum aluno mencionou esse fator como relevante para a escolha do curso ou motivo que o levou ao seu abandono. Dessa forma, esse resultado invalidou uma das hipóteses apresentadas neste trabalho que relacionava-se à possibilidade de que alguns estudantes iniciam os cursos apenas interessados no valor do auxílio a ser recebido. Dos 17 alunos que responderam ao questionário, nenhum mencionou a bolsa-auxílio em suas respostas.

Passada esta fase de implantação do PRONATEC e o *campus* mais estruturado, todos os gestores do programa e do *campus*, bem como os professores, relataram que a comunidade tem recebido muito bem os cursos ofertados. Inclusive alguns alunos já tiveram a oportunidade de fazer outros cursos oferecidos pelo PRONATEC, conforme relatado por um professor do programa:

É, em relação à comunidade de Campo Largo, que é uma comunidade, vamos dizer assim, carente, em termos de oferta de cursos gratuitos, eles têm tido uma receptividade muito boa, muito grande [...]. Alunos que vêm com muito interesse, inclusive nós temos casos aí de alunos que já fizeram outros cursos do PRONATEC em várias áreas (PPAT, entrevista concedida em 14/04/2015).

Nesse caso, a fala do professor corrobora a resposta dos alunos quando perguntados se já tinham feito outro curso ofertado pelo PRONATEC além do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, uma vez que três alunos responderam que tinham realizado o curso de Desenhista de Móveis, também ofertado pelo programa.

Para os gestores do *campus* e do programa, a definição e a escolha conjunta dos cursos com os demandantes foram um diferencial para a receptividade da comunidade, conforme relatado por um gestor do programa:

então, de forma geral, os cursos, eles são bem aceitos aqui em Campo Largo, talvez porque nós fazemos essa triagem antes com os próprios demandantes pra verificar qual curso eles têm interesse. Então, de todos os cursos até agora, teve uma aceitação muito grande, grande número de inscritos. [...] no caso de receptividade de inscrição e matrícula nós sempre tivemos um número muito alto (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Em relação à escolha, à divulgação e à receptividade da comunidade aos cursos ofertados pelo PRONATEC no *campus* Campo Largo, verificou-se, de acordo com as falas dos gestores do programa e do *campus*, bem como as respostas dos professores, que a escolha dos cursos é feita em conjunto com o *campus* e os demandantes locais, com a finalidade de atender às necessidades e às possibilidades da comunidade em relação ao mercado de trabalho, bem como à capacidade e à estrutura que o *campus* oferece. A divulgação é feita principalmente em locais públicos através de cartazes, *folders*, rádio e a página eletrônica da instituição, de forma a abranger o maior público possível, o que possibilita ao aluno várias fontes de acesso.

Sobre a receptividade da comunidade em relação aos cursos percebeu-se, através dos relatos dos entrevistados, que a desconfiança apresentada no início da implantação do PRONATEC no *campus* já foi superada e a comunidade tem procurado bastante os cursos ofertados. Isso tem possibilitado ao aluno fazer mais de um curso oferecido pelo programa. Pôde-se perceber esse fato pois, dos 17 questionários aplicados, três alunos responderam que já haviam feito outro curso do PRONATEC e apenas um respondeu que não se identificou com o curso e por isso o abandonou. Nesse caso, pode-se inferir que os alunos, ao se inscreverem no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa tensão, tinham conhecimento do curso.

2.3.1.2 Dificuldades enfrentadas para a execução do Programa

Para os gestores do *campus* e do programa e os professores, as dificuldades enfrentadas no *campus* são advindas da estrutura do programa em âmbito nacional e não estão ao alcance da instituição local resolvê-las. Conforme citado por um gestor do programa:

as dificuldades que nós enfrentamos até agora nesse três anos, basicamente, são as dificuldades com relação à burocracia do programa. Então, a demora de algumas questões como por exemplo a compra de materiais, pagamento das bolsas, até mesmo a liberação dos cursos, acaba prejudicando um pouco. [...] (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

A dificuldade na compra de materiais para a oferta dos cursos foi relatada por um gestor do programa em relação à turma de 2014 do Mulheres Mil. Para esse gestor, a falta de material acabou prorrogando o início das aulas práticas o que, para ele, acabou desestimulando as mulheres, podendo ser um fator para o abandono escolar:

os recursos para a aquisição do material para o PRONATEC, chegam depois que o curso começa. Assim, as aulas práticas acabam demorando para acontecer. Nesse curso do Mulheres Mil o professor, em particular usou material dele próprio para que as aulas práticas acontecessem, ou a gente usou material da própria Instituição. Então, aquela parte do curso que prenderia o público, era a mais deficiente. Nas aulas práticas elas se desenvolveram muito bem e aí não teve mais abandono. Elas se sentiam impressionadas pelo avanço que elas apresentavam. Essa falta de material é um limitador terrível (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

Além das dificuldades de compra de materiais, atraso no pagamento das bolsas dos alunos e dos profissionais externos já relatados, a liberação para contratação dos profissionais e abertura de matrículas para a comunidade também foram dificuldades enfrentadas na execução do Programa e que fugiam à capacidade da instituição, como relata o PPTTI:

[...] numa visão mais geral do programa em si, tem uma certa dificuldade com relação à liberação pra contratação dos profissionais que vão atuar nas áreas do PRONATEC e também para a abertura de matrículas para a comunidade em geral. Então não é uma questão do *campus*, aqui do Instituto Federal, mas eu vislumbro

numa visão bem conjuntural mesmo, do Programa em si (PPTTI, entrevista concedida em 14/04/2015).

Outras dificuldades apresentadas são mudanças de datas, pactuação e confirmação dos cursos, mas que também são estruturais do programa como relatado pelo GCL2:

algumas dificuldades são estruturais do próprio programa. A demora de algumas definições que, às vezes, são inclusive do Ministério da Educação, ocorre eventualmente mudanças de datas, da confirmação do curso, da pactuação, da abertura das matrículas. [...] então, essa é uma dificuldade estrutural acima da gente [...] (GCL2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Essas dificuldades de pactuação e confirmação do curso atrapalham o bom andamento do programa, pois não garantem a oferta dos cursos pactuados entre ofertantes e demandantes. Isso acontece porque as vagas são convertidas em horas-aula e não em número de vagas na assinatura do contrato, conforme Relatório de Auditoria Anual de Contas feito pela Controladoria Geral da União (CGU) e Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) junto à SETEC.

A auditoria solicita da SETEC uma reavaliação do processo de homologação, convertendo horas-aula em número de vagas para cada curso. Também recomenda que a Secretaria deve estabelecer critérios, priorizando os cursos pactuados, uma vez que ela tem a função de cooperar com o parceiro demandante no atendimento de suas necessidades (GGU, 2014).

Para o gestor do programa, a demora na liberação dos cursos pode fazer com que alguns alunos desistam de cursá-lo, ou até mesmo o abandonem após começar, porque o tempo de espera pode fazer com ele se comprometa com outras atividades, como o surgimento de oportunidade de emprego, conforme relata GP2:

é, as dificuldades que nós enfrentamos nesses três anos, são em relação à burocracia do programa,[...] até mesmo a liberação dos cursos, acaba prejudicando um pouco. Porque, às vezes, a pessoa fica esperando tanto tempo pelo curso, quando sai, ela já está envolvida fazendo alguma outra atividade, ou quando começa o curso é chamada em um emprego que estava esperando e acaba tendo que abandoná-lo (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Quando perguntado aos alunos por que escolheram o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, 12 responderam que se identificaram com o curso e 13 responderam que foi por causa da oportunidade de emprego. Verifica-se,

então, que os alunos que se matricularam percebiam no curso a perspectiva de um emprego melhor, de novas oportunidades.

Entretanto, as dificuldades de pactuação e a demora para a confirmação do curso, conforme relatado anteriormente, podem ter contribuído para o abandono dos alunos, uma vez que, por esperarem muito, ao iniciarem os cursos, oportunidades de empregos podem ter surgido, comprometendo assim sua conclusão. Isso foi percebido pela resposta deles quanto às dificuldades enfrentadas para a realização do curso e os principais motivos que os levaram ao abandono do curso. Dos 17 alunos que responderam ao questionário, oito disseram que não conseguiram conciliar o horário de trabalho ao horário do curso que era ofertado à tarde. Ou seja, o que pode ser observado é que muitos alunos que começaram o curso tiveram oportunidade de emprego tendo, assim, que desistir por não conseguirem conciliar o horário do curso ao trabalho.

No que tange às dificuldades enfrentadas no *campus*, o principal fator relatado pelos gestores do *campus* e do programa foi a falta de estrutura física do *campus*, o que fez com que alguns dos cursos ofertados não contassem com estrutura totalmente adequada para sua realização. Essa ausência de estrutura esteve mais presente na turma de 2012, conforme relato do gestor do programa:

esse curso ofertado em 2012, foi um dos primeiros cursos aqui do Instituto. O primeiro problema foi a estrutura física, eles trabalhavam numa sala que era sala-laboratório. A estrutura física era pequena, então estes estudantes tiveram pouca aula prática por não terem esse espaço adequado (GPA1, entrevista concedida em 14/04/2015).

Dos 17 alunos que responderam ao questionário sobre as principais dificuldades que enfrentaram para a realização do curso, nenhum respondeu que era a infraestrutura do *campus*, mas três responderam que foi a falta de aula prática. Através dessa informação, pode-se inferir, portanto que os alunos da turma de 2012 não contaram com a infraestrutura adequada para as aulas.

A falta de estrutura dos *campi* dos Institutos Federais também é apontada pelo Relatório de Auditoria do TCU (2012), no qual foram identificadas, ainda, carências estruturais quanto à disponibilidade de bibliotecas, computadores, salas de aula e laboratórios, com maior predominância nos *campi* que estão em fase de consolidação, como é o caso do *campus* Campo Largo. Atualmente, o *campus* já

conta com salas de aula e laboratórios adequados, mas ainda não é suficiente, limitando, assim, a quantidade de turmas ofertadas. Por isso, a oferta dos cursos aconteceu somente no período da tarde, único horário com salas disponíveis, e isso impossibilitou o aluno que conseguiu emprego dar continuidade aos estudos.

Como o *campus* está em fase de expansão, está prevista para 2016, a construção de novas salas de aulas e laboratórios, bem como a compra de novos equipamentos que vão contribuir para a melhoria do PRONATEC no *campus*, além de permitir a abertura de novos cursos e turmas, conforme relatado pelo gestor do *campus*:

[...] outra questão tem a ver com o desenvolvimento geral do *campus*. Estamos trabalhando intensivamente no sentido de melhorar a cada semestre, a cada ano, a estrutura física do *campus*. Então, com a ampliação dos espaços, com a compra de mais equipamentos, com a estruturação do *campus* como um todo, isso visa a melhoria das condições para a oferta, seja do ensino regular, ou dos cursos de qualificação do PRONATEC (GCL2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Em relação ao segundo aspecto da investigação, as dificuldades enfrentadas para a execução do PRONATEC, a percepção dos professores e gestores do programa e do *campus* aproximam-se. Os principais fatores destacados por eles foram em relação à execução do programa em âmbito nacional, como compra de materiais, atraso no pagamento das bolsas, repasse dos recursos financeiros, liberação e homologação de vagas, pactuação dos cursos e contratação de profissionais. Já no âmbito da instituição, foi citada a falta de estrutura física, uma vez que o *campus* está em fase de consolidação.

Percebe-se também que a espera pela homologação e pactuação dos cursos podem interferir na conclusão do curso pelo aluno, pois podem aparecer outras oportunidades para ele, como por exemplo, emprego. No caso da demora na compra dos materiais, também pode influenciar a permanência do aluno no curso devido ao atraso no início das aulas práticas, o que acaba por desestimulá-lo. Para os professores e gestores do programa e do *campus*, uma vez solucionadas essas dificuldades, haverá um bom andamento do programa. Quanto à estrutura física do *campus*, com a construção de mais salas de aulas e laboratórios, novas turmas poderão ser abertas, principalmente no horário noturno, de modo a atender aos alunos-trabalhadores.

Mesmo com as dificuldades apresentadas pelos professores e gestores do programa e do *campus*, dos 17 questionários respondidos pelos alunos, oito demonstraram-se satisfeitos com o curso e 14 gostariam de fazer outro curso ofertado pelo PRONATEC no IFPR.

.3.1.3 Estratégias Pensadas e Efetivadas frente aos desafios do PRONATEC

Sobre as estratégias para o enfrentamento das dificuldades na execução do PRONATEC no *campus* Campo Largo, conforme relatado pelos gestores do *campus* e do Programa, foi adotado, pela Coordenação Geral do IFPR, o procedimento de videoconferências para repassar orientações sobre a execução do programa. Essa foi uma estratégia usada a fim de melhorar o fluxo dos processos, tais como pagamento das bolsas aos estudantes e aos profissionais, compra de materiais, preenchimento dos dados dos alunos no SISTEC, e escolha e pactuação dos cursos.

Alguns gestores relataram também a necessidade de capacitação da equipe do programa para lidar com esse público tão diversificado. Além disso, foi encaminhado um relatório final à coordenação geral no IFPR que, por sua vez encaminhou à coordenação geral do programa. No relatório foram listadas dificuldades e sugestões de aprimoramento do programa. Além disso, foi realizada avaliação com os alunos e bolsistas do programa, conforme relatado a seguir por um gestor do programa:

Todo final [de ano] a gente tem que enviar um relatório final à coordenação geral no caso da Instituição aqui do IFPR e esta, organiza um relatório que é enviado à SETEC e FNDE no início do ano seguinte. Então, nesse relatório, nós já temos esse cuidado de listar todas as dificuldades, todos os problemas que nós tivemos e nós também temos a oportunidade de fazer algumas solicitações e também colocar estratégias previstas de interesse que temos pra que o programa tenha uma melhor execução no ano corrente [...] (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Com relação às estratégias pensadas e efetivadas no *campus*, são feitas reuniões com a equipe do programa com o objetivo de prepará-los para lidar com esse público tão diversificado, além de avaliações com os bolsistas e alunos dos cursos buscando o aprimoramento do Programa, conforme relatado pelo gestor:

[...] com relação ao *campus*, então nós sempre tomamos o cuidado de ter reuniões com todos os bolsistas envolvidos, nós temos a aplicação da avaliação que é feita com todos os alunos, com os bolsistas, com a equipe do *campus*. Essa avaliação já é uma forma da gente avaliar o que está acontecendo, se está positivo, se está negativo, o que nós temos que alterar, então isso eu acredito que é uma estratégia principal que nós temos pra verificar o que precisa ser alterado e melhorado no nosso *campus* (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Em relação à execução do PRONATEC, a estratégia pensada e que já é efetivada é buscar o diálogo entre os demandantes para que a divulgação e a escolha dos cursos realmente atendam ao interesse e à necessidade da comunidade, conforme relatado por um gestor do *campus*:

Uma delas é procurar essa sintonia entre o que os demandantes trazem, o interesse e a necessidade da comunidade e o que nós realmente temos condições de atender da melhor maneira pra que a gente não crie expectativas que não possam ser atingidas na comunidade. Tanto dos demandantes quanto do público alvo mesmo, das pessoas que vêm fazer o curso. Então, uma dessas estratégias é ir nos profissionalizando, melhorar cada dia mais e ofertar aquilo que a gente sabe fazer melhor pra não dar um passo maior que as pernas [...] (GCL2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Esse fator é importante porque, ao ofertar cursos com qualidade e que sejam realmente de interesse da comunidade, a possibilidade de abandono tende a diminuir, conforme apresentado no PSAE, utilizado aqui, como referencial teórico. As taxas de abandono tendem a ser menores quando há a percepção de melhores oportunidades no mercado de trabalho, bem como, quando a opção pela escola ocorre por qualidade/afinidade (SOARES, 2010).

No que tange às estratégias pensadas e as que estão sendo efetivadas no *campus*, para o enfrentamento dos desafios quanto à execução do PRONATEC, há consonância entre a visão dos gestores do programa e do *campus* quando citam que uma delas é oferecer cursos que sejam de interesse da comunidade e que o *campus* tenha estrutura para ofertá-los. Outra estratégia usada são as avaliações aplicadas aos bolsistas e aos alunos, bem como o relatório final enviado à coordenação geral do IFPR, instrumentos que poderão ser usados para o aprimoramento do programa, junto à coordenação geral do programa.

2.3.2 A percepção dos diferentes atores em relação aos fatores que têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC

O abandono escolar está presente nos cursos profissionalizantes em suas diversas modalidades, e no caso dos cursos do PRONATEC, Cassiolato e Garcia (2014) chamam a atenção para que, na fase de implementação do Programa, atribua-se maior atenção às altas taxas de abandono escolar presentes nos cursos de qualificação profissional – FIC.

Em relação à percepção dos gestores do programa e do *campus* e dos professores sobre as taxas de abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo PRONATEC, a opinião aproxima-se da afirmação de Cassiolato e Garcia (2014). Todos foram unânimes em dizer que as taxas de abandono escolar são altas, preocupantes e requerem atenção e trabalho em conjunto quanto às estratégias para minimizá-las, conforme relatado por um gestor do programa:

Então, desde o início do programa nós verificamos que, de forma geral, os cursos do PRONATEC, eles têm um índice muito alto de abandono, escolar. Aqui no nosso *campus*, em 2012 e 2013 tivemos um índice preocupante, muito grande, próximo a 50% de abandono e em 2014 nós conseguimos baixar este índice. A diminuição dessa taxa, nós justificamos porque nós realmente fizemos um trabalho específico com relação à frequência, em conjunto com a orientadora do curso e com os professores. Nós fizemos análises praticamente semanais de todos os alunos, ligações para a família pra verificar porque estavam faltando [...]. Então, acredito que esse trabalho em conjunto, foi o que fez com que o nosso índice diminuísse (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Os gestores do programa e do *campus* e os professores também relataram que a taxa de abandono escolar nos cursos do PRONATEC, em especial no curso em questão, está relacionada tanto a problemas pessoais como à oportunidade de emprego, principalmente porque os cursos foram ofertados no período da tarde:

[...] além de problemas pessoais, outra dificuldade, outro fator que influencia no abandono dos alunos é a questão do emprego e do horário do curso. Como os cursos do PRONATEC eles são ofertados no período da tarde, então, muitos alunos que se inscrevem eles acabam tendo a oportunidade de um emprego, ou até outras atividades pessoais, familiares, então isso acaba desestimulando

também os alunos e muitas vezes levando-os ao abandono [...] (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Esses relatos dos professores e gestores do *campus* e do programa, convergem para o que Pereira (2013) também destacou, que a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar emprego e estudos são apontadas como as principais causas de abandono da modalidade de cursos profissionalizantes.

Quanto à percepção dos gestores do programa e do *campus* e dos professores sobre o abandono escolar no referido curso, todos concordam que a taxa de abandono escolar é alta e preocupante, mas estão atentos em tentar minimizar essa situação ao entrarem em contato com o aluno ou a família, para saberem os reais motivos. Porém, quando o abandono está relacionado à oportunidade de emprego e aos problemas pessoais, como os aqui relatados, essa intervenção pode tornar-se mais difícil.

Em relação ao que tem contribuído para o alto índice de abandono escolar no curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC, os gestores do programa e do *campus* e os professores destacam a oportunidade de emprego e a dificuldade de conciliá-lo ao horário do curso como o principal fator:

Com relação ao PRONATEC, o trabalho foi o principal fator para que os alunos abandonassem o curso. O horário que o curso foi ofertado que era no período da tarde, acho que dificultou bastante também. Porque muitos alunos, vamos dizer assim, por serem os provedores da família, integral ou parcialmente, eles acabavam abandonando o curso por causa do trabalho (GP1, entrevista concedida em 05/05/2015).

Além desse fator, outros aspectos são pontuados por gestores do programa e do *campus* e professores, convergindo com a concepção dos diferentes autores utilizados como aporte teórico neste trabalho, quando afirmam que o abandono escolar do aluno acontece por múltiplos fatores. Os gestores do Programa e do *campus* e professores consideram que existem uma série de fatores que contribuíram para o abandono escolar no curso que, resumidamente, estão relacionados com a oportunidade de emprego, gerando assim dificuldade de conciliar trabalho e estudo, pois os cursos eram ofertados no período da tarde.

Além disso, a dificuldade de acompanhamento dos conteúdos pelos alunos, a prática do professor e a metodologia usada, que não era adequada ao perfil dos

discentes, também contribuíram para o aumento do abandono do curso pelos alunos. Dore e Lüscher (2011) apontam os processos e as práticas pedagógicas aplicadas como fatores que podem contribuir para o abandono escolar. Esta situação foi relatada pelos gestores do PRONATEC.

Alguns alunos tinham diferentes níveis de escolaridade. Era muito distinto, um sabia muito, outro não sabia praticamente nada. Também teve um alto nível das aulas, os professores davam as aulas como se fosse pro nível técnico, o que era incompatível com aqueles alunos (GPA1, entrevista concedida em 14/04/2015).

A gente já teve surpresas com professores que tiveram uma pontuação muito alta no processo de escolha pelo Edital e, em sala de aula, um desenvolvimento muito ruim. Porque não entendiam exatamente como trabalhar com um público tão específico. Era autoritário demais e isso foi uma dificuldade. Com relação aos alunos, era baixíssima a formação deles e muitas vezes era necessário passar um conteúdo básico para que eles acompanhassem e muitas vezes os professores não estavam preparados para esta realidade (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

Sobre a metodologia usada pelo professor, é importante que ele compreenda que o processo ensino aprendizagem é feito com a troca de conhecimentos e, para que isso ocorra, é fundamental que conheça o perfil dos seus alunos. Desse modo, sobre a questão da prática docente, Paulo Freire (1996, *apud* Souza, 2014) ressalta que é dever do professor respeitar os saberes dos alunos, aproveitando a bagagem cultural trazida por eles para a escola e utilizá-la como forma de melhorar suas aulas, tornando os conteúdos mais atraentes e significativos para sua vivência.

Sobre o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado para o Mulheres Mil, os gestores e professores do programa elencaram os problemas sociais e familiares como os principais motivos que fizeram com que as mulheres abandonassem o curso. Por exemplo: não tinham com quem deixar os filhos; apresentavam filhos com dependência química e largavam o curso pra cuidar da família; problemas de saúde; gravidez; problemas conjugais, o marido não gostava e proibia a aluna de ir para a escola; a dificuldade de aprendizagem; problemas com o banco. Alguns desses problemas elencados podem ser percebidos na fala de um gestor do programa:

[...] E outro fator que nós verificamos também muito específico às alunas do Mulheres Mil é a questão das dificuldades pessoais que elas enfrentam no dia a dia, as barreiras sociais. Como é um curso específico para inclusão social dessas mulheres que se encontram

em vulnerabilidade social, muitas delas têm problemas em casa como, por exemplo, o marido às vezes não deixa, o marido é contra o estudo, com filhos portadores de deficiência, dificuldades pessoais. Tivemos vários casos de familiares envolvidos com drogas onde a aluna teve que se afastar por um tempo “x” pra dar essa assistência pessoal em casa, então essas dificuldades pessoais e sociais também levaram ao abandono (GP2, entrevista concedida em 16/04/2015).

Portanto, são muitas as situações que estão relacionadas ao abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Como vimos no aporte teórico utilizado, especialmente nos estudos de Rumberger (2004 *apud* DORE e LÜSCHER 2011), o abandono escolar é consequência de um conjunto de fatores que podem estar relacionados tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive. Os relatos dos gestores do Programa e do *campus* e dos professores está em consonância com as respostas dos alunos sobre as principais dificuldades que enfrentaram para a realização do curso, como pode ser verificado na tabela sete a seguir:

Tabela 7 - Principais dificuldades enfrentadas para a realização do curso

Dificuldades para a realização do curso	Quantidade de Respondentes
Horário ofertado	8
Não tinha com quem deixar filho pequeno	4
Problemas Pessoais	4
Dificuldade de aprendizagem em alguma disciplina do curso	3
Falta de aula Prática	3
Marido não deixou	2
Problemas de saúde	2
Outros	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do questionário aplicado aos alunos

Como se pode observar na tabela sete, a principal dificuldade enfrentada pelos alunos está no horário do curso. Conforme dito anteriormente, pelo fato do *campus* não disponibilizar salas para o horário noturno, os cursos foram ofertados no horário da tarde. Mas, foram apontados também como dificuldades enfrentadas por

eles para a realização do curso, problemas pessoais e familiares, que também podem ser cenários de estudo do abandono escolar na perspectiva institucional (RUMBERGER 2004; DORE; LÜCHER, 2011).

Na tabela oito estão elencados os principais motivos para o abandono escolar relatado pelos alunos, que confirmam as respostas dos gestores do programa e do *campus* e dos professores, validando também uma das hipóteses levantadas neste trabalho, a de que os estudantes que iniciam os cursos e conseguem emprego, acabam por abandoná-lo, por não conseguirem conciliar o horário de trabalho aos estudos.

Tabela 8 - Principais motivos para o abandono escolar

Motivos para o abandono escolar	Quantidade de Respondentes
Não consegui conciliar meu emprego com ao horário do curso	8
Problemas pessoais	4
Não tinha com quem deixar filho pequeno	4
Marido não deixou	2
Não gostou da metodologia aplicada nas aulas	2
Problemas de saúde	2
Gravidez	2
Não se identificou com o curso	1
Outros	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do questionário aplicado aos alunos

Pode-se perceber que, como consequência das dificuldades enfrentadas para a realização do curso, está o abandono escolar. O principal motivo para o abandono escolar relatado pelos alunos é a dificuldade de conciliar o emprego aos estudos, conforme sugerido pelo aporte teórico utilizado nesta pesquisa: Soares (2010), Dore e Lüscher (2011) e Pereira (2013). Para esses autores, na formação profissional, muitos são os fatores para o abandono escolar, mas a existência de oportunidades

na área profissional tem contribuído para esse acontecimento, uma vez que os alunos não conseguem conciliar estudo e trabalho.

2.3.3 Estratégias utilizadas pelos segmentos do programa para lidarem com o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

Como destacado anteriormente, o abandono escolar é um fenômeno considerado multicausal e complexo, portanto, para compreendê-lo, é necessário analisá-lo pela perspectiva de diferentes grupos e atores sociais a fim buscar a identificação precoce e a prevenção do problema (LÜCHER e DORE, 2011; KIPNIS, 2000). No caso do *campus* Campo Largo, pode-se perceber que tanto os setores do *campus* quanto a equipe do PRONATEC têm procurado fazer o trabalho em conjunto na busca de soluções para o enfrentamento do abandono escolar.

Os gestores do *campus*, do programa e os professores foram unânimes em dizer que toda a equipe do programa trabalha em conjunto, de forma a buscar estratégias para tentar minimizar as altas taxas de abandono escolar nos cursos do PRONATEC, em especial no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Eles afirmam que têm recebido total apoio de todos os setores do *campus*, seja o setor de compras, o setor de ensino, a secretaria acadêmica ou o setor pedagógico, todos trabalhando em conjunto com o objetivo de minimizar as taxas de abandono escolar presentes nos cursos.

Dentre as estratégias pensadas para os próximos cursos, o gestor do *campus* relata que será realizada junto aos professores dos cursos uma proposta de otimização das aulas e um trabalho de reforço escolar ao longo dos cursos, a fim de sanar algumas dificuldades apresentadas pelos alunos e tentar minimizar o abandono escolar:

Existe todo um planejamento de crescimento do *campus* para 2016, assim, a gente vai poder incentivar os alunos ao longo do processo, mostrando a importância do curso, tentando fazer com que eles estejam mais tempo no laboratório, na escola e que as aulas sejam muito mais atraentes. Então eu acredito que a partir daí, com o trabalho que a gente tem que fazer ao longo do curso, como por exemplo o reforço escolar, sejam sanadas algumas deficiências e então a gente possa atuar em cima deste abandono específico (GCL1, entrevista concedida em 14/04/2015).

Dentre as estratégias utilizadas, foram citados os seguintes fatores: a discussão entre a coordenação adjunta do programa e os demandantes, buscando a real necessidade da comunidade e a identificação do público-alvo; o incentivo aos alunos feito pelos professores, orientador e supervisor dos cursos; palestras; visitas técnicas feitas com os alunos e a utilização de telefonemas e conversas com os alunos, pais e responsáveis, para identificação dos reais motivos do abandono escolar e, assim, tentar evitá-lo. Isso está presente na fala do gestor do programa ao dizer que:

[...] a gente procura saber o motivo do desligamento do aluno, principalmente através da nossa coordenadora adjunta e a equipe pedagógica. A gente liga pro estudante, pergunta o que está acontecendo, vê a possibilidade dele voltar pro curso. A gente tenta ver todas as possibilidades para que o aluno volte a estudar conosco. Então a gente é bem insistente nesta parte para evitar o abandono escolar deles (GPA1, entrevista concedida em 14/04/2015).

Além das ações conjuntas da equipe do PRONATEC no sentido de identificar os alunos faltosos e tentarem, através das ações já citadas, identificar os reais motivos que levam esses alunos ao abandono dos cursos e tentar minimizá-lo, pode-se perceber, também relatado por todos, que as dificuldades enfrentadas na implantação do PRONATEC no *campus* já foram superadas com a entrada de novos servidores. Assim, o *campus* conta agora com três pedagogas e uma assistente social que, mesmo não fazendo parte do Programa, têm trabalhado junto à coordenação do PRONATEC, facilitado o diálogo entre os setores do *campus* e a equipe do programa. Desse modo, busca-se estratégias para o enfrentamento do abandono escolar nos cursos, como é relatado por um gestor do programa:

Bem, olhando o começo do PRONATEC, os dois primeiros anos eram bem complicados, que era apenas a equipe do PRONATEC. Então a gente fazia um esforço grande pra tentar diminuir ao máximo esse abandono. Mas, hoje, a gente já tem novos servidores, tem uma equipe pedagógica, assistente social, então, a gente tem um diálogo com essas outras seções pra poder dar uma estrutura melhor pra esses alunos, um apoio melhor. Assim, tendo eles uma visão mais ampla sobre esta questão, a gente consegue então diminuir muito o abandono desses alunos (GPA1, entrevista concedida em 14/04/2015).

Em especial, na turma de 2014, no curso do Mulheres Mil, foram necessários ajustes no plano de ensino, nas disciplinas e atividades extraclasse na busca de

mantê-las envolvidas no curso e evitar, assim, o abandono escolar. Isso está presente na afirmação de um gestor do programa:

[...] pela incapacidade de acompanhar o conteúdo, foram feitos ajustes no plano do curso, das disciplinas, no nível de dificuldade que elas tinham que enfrentar. Isso tudo tinha que ser balizado o tempo todo. Muitas vezes foram necessárias mudanças para que elas conseguissem acompanhar [...]. A coordenação adjunta também, ano passado, ela planejou muitas atividades, ela estava o tempo todo envolvida com o restante da equipe na busca de sanar os problemas que apareciam [...] ela promoveu feiras, algumas palestras, ela fez atividades externas de integração de relacionamento (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

O esforço no ensino aprendizagem deve ser um movimento compartilhado entre o professor e o aluno. Assim, professores e alunos poderão atingir seus objetivos, ou seja, o ensino por parte do professor e o aprendizado por parte do aluno. Além dos ajustes feitos no curso do Mulheres Mil, para adequação àquela turma, pode ser observado também que outros ajustes foram necessários em outras turmas para evitar o abandono escolar. Esse fato é percebido no trecho de uma entrevista concedida por um professor do programa:

[...] inclusive no ano passado teve um caso também, específico no curso de auxiliar de Recursos Humanos que não vou citar o nome do aluno, mas, ele saiu do curso por ter arrumado emprego. E à noite, que era o tempo disponível dele, eu fazia a reposição da carga-horária pra ele com o conteúdo ministrado normalmente em sala de aula para os demais alunos. Tanto que ele obteve o certificado do curso e obteve a média também esperada para a aprovação dentro do programa (PPTTI, entrevista concedida em 14/04/2015).

Nesse caso, o professor, por ser ele o principal mediador do ensino aprendizagem, teve papel fundamental no percurso desse jovem, evitando o abandono escolar. O comprometimento do docente corrobora o referencial teórico utilizado neste trabalho, (NEWMANN, WEHLAGE e LAMBORN, 1992, p.34 *apud* PAIXÃO; DORE; MARGIOTTA, 2012) uma vez que os autores enfatizam que o engajamento dos jovens e o tipo de apoio escolar destinado a eles dependem da importância do *background* dos professores e sua competência e a interação professor-aluno, dentro e fora da classe.

Nesse sentido, pode-se perceber que tanto o *campus* Campo Largo como toda a equipe do PRONATEC estão preocupados com as altas taxas de abandono escolar presentes nos cursos e, assim, realizam ações na intenção de minimizá-las. Somente em 2014 é que o *campus* pôde contar com novos servidores da área pedagógica que puderam auxiliar a equipe do PRONATEC, no que tange ao abandono escolar. Mas, é percebido também que são ações pontuais e que precisam estar instituídas, para o sucesso do programa. Dessa forma, o apoio dos demais setores do *campus* ao programa no combate ao elevado índice de abandono escolar presente nos cursos é fundamental para o bom andamento dos cursos e o alcance do objetivo de diminuir as taxas de abandono escolar.

Uma das ações feitas pela equipe do programa para tentar minimizar o abandono escolar nos cursos do PRONATEC pode ser verificada na resposta dos alunos quando perguntados sobre que ações a equipe do PRONATEC fez para que o aluno não desistisse do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Dos 17 alunos que responderam ao questionário, nove disseram que receberam ligação de um dos membros da equipe perguntando o motivo e se havia possibilidade de retorno ao curso, seis alunos disseram que nada foi feito e dois alunos responderam que a equipe era de qualidade.

Além disso, de acordo com a resposta dos alunos em relação ao que deveria melhorar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, oito alunos responderam que não precisaria melhorar nada, pois estavam satisfeitos com o curso, cinco alunos gostariam que fossem disponibilizados horários à noite e quatro discentes responderam que precisaria ter mais aula prática, trabalhos com fios, cabos e instalação de interruptores.

2.3.4 Resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

O fenômeno do abandono escolar foi percebido de diversas maneiras pelos participantes desta pesquisa. Portanto, ao apresentar os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono escolar nos cursos do PRONATEC, em especial, no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ainda não são percebidos pelos gestores do programa resultados satisfatórios, conforme é mencionado nessa entrevista:

acho que não conseguimos ver ainda resultados. Acho que a gente tem o mesmo panorama desde o início. Já havia abandono antes e continua havendo. [...] eu acho que ainda não foi possível visualizar melhoria ainda nesta questão do abandono. Talvez a gente tenha que tentar outras formas diferentes (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

Para os gestores do programa a permanência da mesma equipe e a chegada de novos servidores que também atuam e conhecem o PRONATEC favoreceram o aperfeiçoamento das práticas e o uso de novas metodologias ao longo dos cursos, na prevenção ao abandono escolar:

[...] o que existe é, acho que a equipe, que muitas vezes se repete, ela melhora nisso, de tentar metodologias novas para que o abandono não ocorra. Inclusive, porque o *campus* tem recebido um número maior de servidores que se interessam pelo PRONATEC, ou que já conheciam o programa. Acho que nas primeiras vezes foi mais complicado (GPS, entrevista concedida em 29/04/2015).

Como já relatado anteriormente, o abandono escolar é um fenômeno social e está relacionado a vários fatores, sendo alguns, difíceis de ser evitados. Mas percebe-se que, algumas ações pontuais feitas no decorrer dos cursos ajudaram a minimizar e até mesmo a evitar o abandono escolar, conforme afirma o gestor do programa:

Às vezes, o abandono escolar foge da nossa alçada. Mas eu me lembro que teve uma aluna mesmo, que não tinha com quem deixar a filha e levava para o *campus*. Nesse caso, nós do PRONATEC, conseguimos que a menina não ficasse em sala de aula com a mãe e ficasse na Biblioteca fazendo atividades enquanto a mãe estudava. Nesse caso, a gente conseguiu que a mãe concluísse o curso (GP1, entrevista concedida em 05/05/2015).

Para os professores e gestores do programa, os resultados são percebidos quando os alunos sentem-se importantes ao concluírem um curso, quando têm êxito no processo. No caso do Mulheres Mil, o trabalho de resgate e de entender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres foi fundamental, conforme relatado pelo professor do programa:

Houve resultado sim. Teve uma busca do setor administrativo, da parte dos professores também em entender o universo delas, quais eram os problemas para tentar diminuir as dificuldades, para que elas continuassem a cursar. [...] Das mulheres que ficaram até o final, a gente via a satisfação delas em aprender, em querer mostrar

aquilo, seja pra família, para o marido e fazer a instalação acontecer, fazer o serviço, ou procurar emprego, divulgar o seu trabalho, as que conseguiram perseverar foram até o final (PPATE, entrevista concedida em 14/04/2015).

Para os gestores do programa, existem resultados positivos na tentativa de minimizar o abandono escolar nos cursos do PRONATEC, em especial, Eletricista Instalador Predial de Baixa de Tensão. Eles ressaltam que o incentivo aos alunos e a persistência para que eles continuem nos cursos é fundamental:

Resultado eu vi, porque aquelas que eu insisti e consegui que continuassem no curso, que não abandonassem, elas estão na luta aí, elas me diziam sempre que com este curso ia ajudar elas a tentarem alguma coisa no mercado de trabalho. E nesse ponto eu acho um incentivo bom, eu vi resultado positivo. Até eu encontro elas por aí, elas falaram que vão continuar em outros cursos, porque gostaram (GPO, entrevista concedida em 29/04/2015).

Para os gestores e professores do programa, no decorrer dos cursos, foram feitas algumas ações pontuais como telefonemas, adequação do horário e do plano de curso, da metodologia, palavras de incentivo ao aluno e a procura por entender o seu universo, que contribuíram para diminuir o abandono escolar. Mas, são necessárias novas estratégias para minimizar o fenômeno que ainda é presente nos cursos do PRONATEC.

Diante de todas essas questões pontuadas e da opinião dos grupos participantes da pesquisa, o trabalho em conjunto, organizado e comprometido de todos os envolvidos no processo educacional, seja do *campus* ou do PRONATEC, é fundamental para o aperfeiçoamento do programa, passando pela escolha e pela divulgação dos cursos até a construção de estratégias de combate ao abandono escolar nos cursos que, como mostrado, apresentam altas taxas. Assim, o coordenador adjunto, nesse caso, tem um papel importante por ser ele o principal mediador no desenvolvimento, na avaliação, na adequação e no ajuste da metodologia de ensino adotada, assim como o responsável por conduzir análises e estudos sobre os cursos ministrados. Além disso, tem a função de coordenar e acompanhar as atividades administrativas e as atividades dos professores e demais profissionais envolvidos nos cursos.

Pode-se ressaltar que todos os aspectos que contribuíram para o abandono escolar dos alunos, evidenciados pelos participantes da pesquisa estão relacionados com aspectos tanto internos quanto externos à instituição, o que confirma os estudos de Rumberger (2004, *apud* DORE; LÜSCHER, 2011), quando afirma que o abandono escolar é causado por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive.

Como visto, são vários os fatores evidenciados nesta pesquisa, desde a existência de oportunidades na área profissional, bem como processos e práticas pedagógicas aplicadas, dificuldade de aprendizagem, horário em que o curso era ofertado, problemas sociais, pessoais e de saúde, a estrutura da família e o *background* familiar (DORE; LÜSCHER, 2011). Todos esses fatores foram citados tanto pelos entrevistados como pelos alunos em suas respostas ao questionário aplicado.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos alunos para permanência nos cursos do PRONATEC, eles demonstram interesse pelo programa e confiam na equipe e na instituição, pois estão dispostos a fazer outros cursos. Isso pode ser percebido nas respostas dos alunos quando perguntados se têm interesse em fazer outros cursos ofertados pelo PRONATEC. Sobre isso, quatro responderam que gostariam de fazer o curso de Soldador no Processo Eletrodo Revestido, Aço Carbono e Aço Baixa liga, quatro, Ajustador Mecânico, três, Auxiliar Administrativo, um, Artesão de Cerâmica e dois gostariam de voltar e fazer o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão que não conseguiram concluir. Apenas três alunos optaram por nenhum curso do PRONATEC, mas se interessam em fazer os cursos Técnico em Eletromecânica e Mecânica, ofertados pelo IFPR.

Em razão dos motivos elencados para o abandono escolar e a vontade dos alunos em fazer outros cursos ofertados pelo programa, esse trabalho tem o objetivo de, no próximo capítulo, propor estratégias que possam colaborar para a diminuição do abandono escolar nos cursos do PRONATEC, em especial, no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão que é um curso que permanece na agenda de oferta para 2015. É importante ressaltar que estas estratégias serão pensadas de acordo com a realidade do *campus* e as especificidades dos cursos do PRONATEC, levando em conta a participação de toda a equipe do *campus* e do programa buscando o engajamento dos alunos nos cursos ofertados.

3 PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA MINIMIZAR E PREVENIR AS TAXAS DE ABANDONO ESCOLAR NOS CURSOS DO PRONATEC

Este capítulo apresenta a proposta de um Plano de Ação Educacional (PAE) ao enfrentamento do fenômeno em estudo, o abandono escolar presente nos cursos do PRONATEC. Após a análise dos múltiplos fatores associados ao abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, demonstrada no capítulo dois, faz-se necessário agora apresentar ações para o enfrentamento dos motivos levantados pelos sujeitos da pesquisa, razões que poderão guiar ações para a construção e a implementação desse Plano de Ação Educacional. Para tanto, o capítulo três será estruturado com as seguintes seções: o plano de ação propriamente dito e as considerações finais a respeito deste trabalho de pesquisa.

3.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

Após descrever e analisar o fenômeno de abandono escolar presente nos cursos do PRONATEC, em especial no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, pôde-se observar que as principais dificuldades para o enfrentamento do problema estão relacionadas ao estudante, à sua família, à comunidade em que vive e à instituição, caracterizando-as como problemas internos e externos à instituição. Também, foi possível perceber a inconsistência dos dados disponíveis no Sistema de Informações do PRONATEC. Por isso, percebeu-se a necessidade de duas propostas: uma, referente à construção e implementação de um Plano de Ação Educacional (doravante PAE) e outra extremamente importante para a primeira, a construção e implementação de um sistema computacional (software) para o desenvolvimento de um banco de dados na instituição.

A partir das análises dos resultados desta pesquisa, o PAE a ser desenvolvido visa atender ao *campus* Campo Largo do IFPR, durante a oferta dos cursos pelo PRONATEC, com participação da equipe gestora e pedagógica do *campus*, bem como a toda a equipe do PRONATEC. Porém, as ações a serem apresentadas no PAE estão sendo direcionadas também para a coordenação geral do programa no IFPR, pois acredita-se que, se o *campus*, a coordenação adjunta e a coordenação geral do PRONATEC no IFPR trabalharem de forma conjunta, os resultados poderão ser replicados para outros *campi* a fim de contribuir também para

o entendimento do abandono escolar presentes em outras unidades da instituição. O objetivo deste PAE é, então, permitir que o programa atenda com mais qualidade aos estudantes.

Assim, para que as ações sejam realizadas de maneira adequada, não basta simplesmente identificar o problema do abandono escolar, representado pelo número de alunos que não deram continuidade aos estudos ao longo curso. É necessário perceber o trabalho desenvolvido nas suas diversas dimensões, tais como: trabalho em conjunto com a equipe gestora e pedagógica do *campus* e a equipe do PRONATEC, adequação do currículo às especificidades dos alunos, investimento na formação dos profissionais envolvidos no programa, dentre outros.

Percebeu-se, por meio da pesquisa, que algumas ações já estão sendo realizadas para o enfrentamento do abandono escolar nos cursos do PRONATEC, porém de forma pontual. Contudo, essas ações precisam ser bem planejadas e integradas/articuladas para o alcance de maiores resultados. Assim, é fundamental que esse planejamento seja realizado de forma integrada por todos os responsáveis pelo sucesso escolar do discente, tanto a equipe gestora e pedagógica do *campus* quanto a equipe do PRONATEC.

Outro fato constatado na pesquisa foi a fragilidade do sistema de informações atualmente utilizado para o armazenamento de dados referentes ao PRONATEC. Por isso, faz-se necessário implementar um sistema informatizado que servirá como banco de dados institucional para monitoramento, avaliação e implementação de políticas educacionais. A instituição não dispõe de um sistema, um software exclusivo do PRONATEC que disponibiliza dados do aluno como, por exemplo, seu perfil socioeconômico e/ou mobilidade escolar. Então, a criação desse software, poderá facilitar a análise de dados tanto pela secretaria acadêmica, como para outros setores da instituição.

Desse modo, torna-se importante a criação desse sistema de dados de forma a concentrar uma série de informações importantes sobre o percurso escolar do aluno, ou até mesmo sobre sua mobilidade acadêmica, inclusive suas causas, bem como a vida do aluno e o perfil socioeconômico. Dessa forma, esses dados poderão servir de constantes análises que poderão sinalizar demandas e ações e/ou políticas voltadas para o atendimento das reais necessidades educacionais da instituição.

O sistema utilizado atualmente é o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) que disponibilizou um espaço para as informações do PRONATEC, mas é importante lembrar que, como relatado pela auditoria feita pela CGU (2014), o sistema possui inconsistências e não deixa registrados os dados inseridos. Nesse caso, a pesquisadora enfrentou dificuldades de obtenção e compreensão dos dados para a análise dos indicadores educacionais e, assim teve que buscar mais informações junto à secretaria acadêmica do *campus*.

Devido a esses fatores, acredita-se ser apropriada a construção e implementação de um software ou de uma interface com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) que já existe na instituição, no qual se acrescentaria um módulo exclusivo do PRONATEC. Desse modo, haveria a possibilidade de fornecer maiores informações sobre o aluno, de forma a funcionar como um importante banco de dados para que a instituição pudesse consultar para suas tomadas de decisões e implementação de ações e políticas educacionais

3.2 AÇÕES PROPOSTAS NO PAE

A partir da interpretação e análise dos dados da pesquisa, alguns fatores ficaram evidentes para o abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo PRONATEC no *campus* Campo Largo. Assim, propõe-se algumas ações que poderão ser executadas ao longo do período de vigência do PRONATEC com o propósito de minimizar as taxas de abandono escolar presentes nos cursos ofertados pelo programa. Dessa forma, serão propostas ações para serem implementadas no decorrer dos cursos ofertados por essa política pública.

3.2.1 Realização de formação para a equipe gestora do PRONATEC no *campus*

Para que os profissionais que atuam no PRONATEC tenham condições de realizar um trabalho que realmente contribua para o aprimoramento do programa no *campus* é fundamental que esses estejam bem capacitados. Para isso, é proposta a realização de formação continuada para os profissionais do PRONATEC, ministrada

pela coordenação geral do programa no IFPR e pela coordenação adjunta do *campus*.

Atualmente, são realizadas reuniões semanais por videoconferência entre a coordenação geral no IFPR e os coordenadores adjuntos dos *campi*. Contudo, é necessário que toda a equipe gestora do programa nos *campi* também participem, quais sejam, orientadores, supervisores de cursos e equipe de apoio administrativo e acadêmico.

A coordenação geral no IFPR conta com profissionais capacitados para realizarem as formações junto aos profissionais de cada *campus*, para que esses tenham condições de conhecer o programa, a metodologia, os fluxos para pagamentos e para registro acadêmico e outros trâmites que possam viabilizar a implementação do programa nos *campi*. Para essa formação serão necessários dois dias com oito horas diárias que deverão acontecer antes do início das atividades do PRONATEC no *campus*.

3.2.2 Formação dos professores e discussão e revisão da ementa do curso adequando-a à realidade do público-alvo

A prática e a metodologia usada, que demonstravam-se não adequadas, e a falta de preparo dos professores para lidarem com um público-alvo tão específico foram relatadas na pesquisa como fator para o abandono escolar presente no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Tanto os gestores do programa como do *campus*, bem como os alunos, mencionaram essas barreiras enfrentadas no decorrer do curso.

O público-alvo do PRONATEC apresenta características bastante relevantes a serem observadas na condução das atividades do programa, tais como as características familiares, pessoais, a escolaridade e a busca por remuneração (TROGIANI, 2012). Sendo assim, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse público tão diferente dos estudantes que regularmente são recebidos nos cursos técnicos oferecidos pela instituição. Por isso, uma boa formação desses professores com as metodologias próprias, bem como a discussão conjunta e revisão da ementa do curso, adequando-a à realidade do aluno podem ser fundamentais para que esses alunos sejam acolhidos na escola, evitando o abandono escolar.

Sabe-se que o professor é o principal mediador do processo ensino-aprendizagem e, por isso, sua prática docente faz toda a diferença na relação de confiança que deve existir entre o aluno e ele. O professor precisa ter consciência do seu importante papel transformador na vida do aluno e fazer com que ele tenha motivação para aprender. Para tanto, deve buscar novas práticas de ensino que possam contribuir para que o aluno não abandone o curso que escolheu. Assim, as atividades em sala de aula e a própria ementa do curso também devem ser discutidas e revistas a fim de adequarem-se às características, à trajetória de vida e ao conhecimento trazido pelos estudantes.

Para Oliveira e Silva (2012), é importante a melhoria da qualidade de ensino oferecida e por isso a importância da formação de profissionais que possam atuar e transformar os meios em que estão inseridos. Nesse caso, é preciso que os docentes renovem suas práticas, atentos às necessidades do público ao qual estão ensinando.

Reconhece-se que os profissionais selecionados em edital para atuarem no PRONATEC são todos qualificados, entretanto não estão preparados para atuarem com um público tão diversificado como é o caso dos alunos do programa. Reconhece-se além disso que, por se tratar de um público tão diversificado com escolaridades tão diferentes, é preciso também a discussão e até mesmo a revisão da ementa do curso, para adequação à realidade do aluno. Por isso, cria-se a necessidade de formação dos professores e a discussão conjunta, além da revisão da ementa do curso.

Desse modo, justifica-se a ação de formação continuada não só para os docentes do PRONATEC, mas para os docentes do *campus*, lócus dessa pesquisa também, para que aprimorem suas práticas profissionais que poderão contribuir com a formação pessoal e profissional dos alunos, entendendo que o processo ensino aprendizagem é fundamental para a permanência escolar.

Assim, a formação e discussão conjunta e a revisão da ementa do curso será feita no próprio *campus*, com a coordenação adjunta do PRONATEC e a equipe pedagógica do *campus*, ou seja, as pedagogas e a assistente social. O *campus* já faz reuniões pedagógicas com os professores e a equipe pedagógica uma vez por semana com duração de três horas. Nesse caso, os professores do PRONATEC,

poderão aproveitar esse mesmo dia para realizarem a formação conjunta, antes e durante a oferta dos cursos.

3.2.3 Articular a viabilização de espaços para cuidado com as crianças das mulheres com filhos

Tendo em vista que agora o Programa Mulheres Mil faz parte do PRONATEC, e que uma das dificuldades familiares relatada pelos sujeitos da pesquisa refere-se às mães que abandonaram o curso por não terem com quem e onde deixar seus filhos pequenos, a proposta desta 3ª ação é a articulação de espaços e de equipe apropriada para essa finalidade.

Em curto e médio prazos vê-se a possibilidade de adaptação de espaços físicos dentro do próprio *campus*, como por exemplo o aproveitamento da biblioteca, e o *hall* existentes, criando um espaço para várias atividades com as crianças. Também, é necessária a contratação por edital de um profissional, que pode ser um Apoio Acadêmico e Administrativo com formação em Cuidador (a) Infantil e/ou Contador (a) de Histórias, cursos ofertados pelo programa, para que possam atuar no enfrentamento dessa dificuldade apresentada na pesquisa.

Essas ações tornam-se ainda mais relevantes quando considerado o impacto positivo que a formação das mães causa na vida de seus filhos, o que sugere grande efeito propagador nessa ação (RIANI e RIOS, 2008, *apud* TROGIANI, 2012).

3.2.4 Acompanhamento do percurso formativo do estudante

A maneira como o estudante relaciona-se com o engajamento escolar pode interferir na decisão de abandonar ou permanecer na escola. Esse engajamento pode ser acadêmico ou de aprendizagem e social ou de convivência com os colegas, com os professores e com os demais integrantes da comunidade escolar (RUMBERGER, 1987 *apud* DORE E LÜSCHER, 2011).

As entrevistas realizadas com os gestores do *campus* e do programa e com os professores demonstraram que o abandono escolar dos alunos do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, ofertado pelo PRONATEC no *campus* Campo Largo, estava relacionado a vários fatores, tanto ligados à escola como à vida pessoal dos discentes. Esses fatores foram confirmados através dos resultados

obtidos por meio do questionário aplicado aos alunos quando elencaram como as principais dificuldades enfrentadas para a realização do curso, o horário ofertado, a dificuldade de aprendizagem em alguma disciplina do curso, problemas pessoais, de saúde e familiares.

Entende-se, portanto, que cabe não somente à equipe gestora do PRONATEC, mas também ao *campus*, o desafio de buscar o engajamento escolar do aluno por meio de estratégias para o enfrentamento do abandono escolar presente no curso. Nesse caso, são propostas ações de acompanhamento do percurso formativo do aluno de modo a evitar que ele desista do curso.

Assim, a primeira ação é reavaliar o turno de oferta do curso. Hoje o curso é ofertado no período da tarde e como a maioria dos alunos já trabalham, esse foi o principal motivo para o abandono, ou seja, não conseguirem conciliar trabalho e estudo. Essa é uma estratégia que o *campus* poderia pensar a médio prazo, uma vez que, a partir de 2016, estará com novas instalações concluídas, conforme relato do gestor.

As outras ações são de curto prazo e estão diretamente ligadas ao acompanhamento dos alunos, que deverá ser feito pela equipe gestora do PRONATEC, os orientadores e os supervisores do curso. Esse acompanhamento deverá visar à percepção e à compreensão das dificuldades dos alunos trazidas para a escola, com o intuito de ajudá-los e motivá-los a não abandonarem os cursos.

Os gestores do programa deverão acompanhar a situação de infrequências e desempenho dos alunos junto aos professores a fim de identificar os que precisam de atendimento individual e priorizar o acompanhamento dos que estão em situação de risco de abandono, ouvir os seus anseios e fazer os devidos encaminhamentos. Desse modo, o acompanhamento deverá acontecer em visitas semanais às turmas, momento em que se pode fortalecer a relação professor-aluno, diminuindo assim essa distância. Nesse momento também, o docente poderá detectar, através de conversas com os alunos, se a metodologia aplicada está adequada, se o aluno está conseguindo acompanhar a turma, se está motivado e poderá ouvir suas reivindicações.

Enfim, essas ações propostas e as que já são executadas pela equipe do PRONATEC como, por exemplo, telefonema aos pais e/ou responsáveis e

conversas com o aluno contribuirão para evitar o abandono escolar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

A fim de verificar a eficácia e o cumprimento das ações referentes ao acompanhamento do percurso formativo do aluno, vê-se a necessidade de monitoramento e de avaliação das ações dos gestores do programa, que será a próxima ação proposta.

3.2.5 Monitoramento e avaliação das ações

A necessidade do monitoramento das ações dos profissionais que estão ligados ao PRONATEC é fundamental para a efetividade do programa. Para Condé (2012), monitorar é uma ação necessária para acompanhar, analisar e avaliar uma política pública para verificar o cumprimento e corrigir possíveis erros. Assim, participarão dessa ação todos os profissionais ligados ao programa, quais sejam, a coordenação adjunta, o orientador e o supervisor de curso, a equipe de apoio administrativo e acadêmico e os professores, que se reunirão para fazer uma avaliação das ações que estão sendo desenvolvidas para o enfrentamento ao abandono escolar atualmente tão presente nos cursos ofertados pelo programa.

Essa é uma ação a ser realizada em curto prazo e esse momento acontecerá a cada quinze dias, de forma que se busquem identificar quais procedimentos da equipe estão adequados e quais serão os ajustes necessários para sanarem possíveis dificuldades enfrentadas.

Em uma política pública, como é caso do PRONATEC, o monitoramento faz-se importante por poder avaliar e repensar as ações mal planejadas ou mal executadas, possibilitando o acompanhamento e o aperfeiçoamento durante toda sua vigência.

O quadro 12, a seguir, faz uma síntese das ações a serem desenvolvidas, cada ação a ser colocada em prática, o objetivo de cada uma, o responsável por elas, o prazo de execução, o local onde serão desenvolvidas e a carga horária.

Quadro 12 - Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional (PAE)

Ação	Objetivo	Quem	Quando	Onde	Carga horária
Realização de formação para a equipe gestora do PRONATEC no <i>campus</i> ;	Conhecer o Programa, sua metodologia, os procedimentos para pagamentos, para registro acadêmico e outros trâmites que possam viabilizar a implementação do Programa nos <i>campi</i> ;	Coordenação Geral do Programa no IFPR e a Coordenação Adjunta do <i>campus</i> ;	Antes do início das atividades do Programa no <i>campus</i> ;	No <i>campus</i>	16 horas (2 dias de 8 horas)
Formação dos professores e discussão e revisão da ementa do curso adequando-a à realidade do público-alvo;	Capacitação dos Professores e revisão da ementa do curso para desenvolverem atividades adequadas e que motivem os alunos a permanecerem nos cursos;	Coordenação Adjunta do PRONATEC e equipe pedagógica do <i>campus</i> (Pedagogas e Assistente Social);	Antes do início dos cursos e durante sua realização;	No <i>campus</i> ;	No dia dedicado à formação dos professores do <i>campus</i> (3 horas);
Articular a viabilização de espaços e profissionais para cuidado com as crianças das mulheres com filhos;	Promover a permanência das mulheres nos cursos;	Coordenação Geral do Programa no IFPR, Coordenação Adjunta do <i>campus</i> e Gestor do <i>campus</i> ;	Durante a realização dos cursos;	No <i>campus</i> ;	Dias e horários dos cursos;

Acompanhamento do percurso formativo do estudante;	Conhecer os alunos, saber os reais motivos para o abandono escolar e possível impedimento;	Professores, e Equipe Gestora do PRONATEC	Sempre que necessário;	No <i>campus</i> ;	Dias e horários dos cursos;
Monitoramento e avaliação das Ações.	Aperfeiçoamento das ações dos profissionais do Programa no combate ao abandono escolar.	Coordenador Adjunto do PRONATEC.	Durante os cursos	No <i>campus</i> .	Reunião quinzenal.

Fonte: Elaborado pela autora

Para o sucesso dessas ações, é necessário o trabalho em conjunto com toda a equipe do PRONATEC, seja ela do *campus* ou da coordenação geral no IFPR, a equipe pedagógica e gestora do *campus*, bem como de todos os professores e os alunos. Somente com trabalho em conjunto será possível diagnosticar os motivos que levam o aluno ao abandono escolar e será possível agir de forma antecipada evitando que esse cenário aconteça.

Como já foi sugerido anteriormente, além dessas ações, entende-se a importância da construção e do desenvolvimento de um software para oferecer mais suporte ao trabalho da equipe do PRONATEC, de modo a fornecer informações relevantes do aluno que possam favorecer o trabalho tanto da Secretaria Acadêmica como do Serviço Social e do Setor Pedagógico do *campus*, com a finalidade de evitar ou minimizar o abandono escolar.

A seguir, será feita uma proposta para a construção e implementação desse software no *campus* Campo Largo.

3.3 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES/BANCO DE DADOS

Diante da fragilidade e da inconsistência dos dados referentes aos alunos disponibilizados pelo SISTEC, sistema atualmente utilizado, e a necessidade de se obter dados referentes aos alunos matriculados no PRONATEC, é proposta a construção e a implementação de um software ou da interface com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) que já existe na Instituição, ao acrescentar um módulo exclusivo do PRONATEC. O objetivo é obter dados do desempenho acadêmico, o perfil socioeconômico e a mobilidade acadêmica dos alunos, que sirvam como uma interface de gestão pedagógica para auxiliar a Secretaria Acadêmica na obtenção de indicadores educacionais, bem como à equipe pedagógica no auxílio com a seleção dos alunos para recebimento de assistência social.

O *campus* Campo Largo, juntamente com a coordenação adjunta do PRONATEC, poderão analisar a possibilidade de elaboração interna do programa, considerando que tanto um como o outro possuem profissionais qualificados na área de tecnologia. A escolha por um sistema informatizado justifica-se pela necessidade de consolidação dos dados dos alunos do programa, dotando o processo de agilidade, uniformidade e eficiência, podendo ser aperfeiçoado sempre que necessário. Além disso, o software deverá propiciar a utilização de informações coletadas ao longo do tempo, favorecendo o acompanhamento dos alunos em toda a sua trajetória no *campus* Campo Largo.

Inicialmente, o *campus* juntamente com a coordenação adjunta do PRONATEC deverão estudar a viabilidade do projeto, no que se refere ao levantamento dos investimentos necessários e à fonte de recursos para a implementação e manutenção do software, bem como para o treinamento dos profissionais envolvidos. Tanto o *campus* como o programa já possuem profissionais qualificados na área de Tecnologia de Informação, bem como infraestrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento do software, portanto, acredita-se que não exigiria grande mobilização financeira e de pessoal para viabilização do sistema.

Desse modo, a etapa seguinte seria a consulta aos gestores do PRONATEC, do *campus* e aos profissionais do setor pedagógico e da assistência social para o

levantamento dos aspectos considerados relevantes que deverão constar no software. A adesão dos profissionais envolvidos favorecerá o trabalho de forma conjunta e colaborativa na utilização do programa.

Como dito anteriormente, a possibilidade de organização do software poderia ser uma interface com o sistema SIGAA já existente na instituição, sendo necessário apenas a construção de um módulo que atendesse às necessidades do PRONATEC. A ideia da construção desse sistema é que ele seja um programa de fácil manuseio, sem muita sofisticação tecnológica, pois o que se percebeu na pesquisa é que o sistema acadêmico do *campus* não contempla os alunos do PRONATEC e o sistema que contempla o programa não fornece determinadas informações dos alunos, ocasionando dificuldades no desenvolvimento de ações de acompanhamento e monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes pela equipe do PRONATEC.

Espera-se, assim, que o sistema subsidie as ações de acompanhamento do desempenho acadêmico dos alunos, tornando possível a elaboração de relatórios periódicos, bem como a utilização de informações já inseridas no programa que possam contribuir para a avaliação de suas ações.

Após o software ser implementado no *campus* Campo Largo e verificada sua funcionalidade, a adequação e a adaptação dos profissionais, o programa poderá ser disponibilizado para os outros *campi* do IFPR que também ofertam o PRONATEC. É importante ressaltar a importância de treinamento especializado a todos os profissionais que terão acesso ao programa.

A seguir, será apresentado, no quadro 13, o resumo das etapas e ações propostas para a implementação do software:

Quadro 13 - Etapas e Ações de Implementação do Software

Etapas	Ações
Parecer institucional sobre a execução do projeto	Decidir sobre a construção do software para acompanhamento da trajetória acadêmica do aluno do PRONATEC.
Estudo de viabilidade	Definir custos e investimentos; estabelecer cronograma de execução e implementação do software; disponibilizar responsáveis.
Consulta aos profissionais	Definir indicadores educacionais, características do programa e interface com o sistema acadêmico existente.
Construção do software	Elaborar o software e planejar a manutenção técnica do sistema.
Projeto Piloto	Testar, de forma experimental, somente com o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão durante sua oferta.
Aperfeiçoamento Inicial	Aprimorar o programa caso necessário, a partir da experiência piloto.
Treinamento dos profissionais	Promover curso de capacitação aos profissionais envolvidos para utilização e potencialidades do software.
Implementação do software	Implementar o programa de forma gradual nos outros cursos ofertados pelo PRONATEC e posteriormente em outros <i>campi</i> .
Avaliação do programa	Avaliar a efetividade do programa para possíveis ajustes e aperfeiçoamentos.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Ramalho (2013).

A implementação do software é parte integrante do Plano de Ação Educacional proposto nesta dissertação, e tem a função de alcançar objetivos do planejamento estratégico do IFPR e do *campus* Campo Largo conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional, que é o desenvolvimento institucional com a utilização do aprimoramento de indicadores, a disponibilização de conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento e atualização dos dados dos alunos. Assim será possível fazer o monitoramento do rendimento escolar e da frequência dos estudantes dos cursos, bem como identificar possíveis causas do abandono escolar. Também será possível conhecer as necessidades dos alunos, articulando-as com a realidade do *Campus* e fazer planejamento e estudos para ampliação da oferta de cursos (IFPR, 2014).

O software deve fornecer análises quantitativas e qualitativas aos profissionais envolvidos, para o acompanhamento da trajetória estudantil como, mudança de curso, opção por outro curso, mudança de eixo tecnológico, bem como

dados gerais e específicos de cada turma e dos cursos, dos processos em andamento ou finalizados de frequência, cancelamento, conclusão e abandono escolar, sempre que necessário.

Além disso, deve conter campos para preenchimento de dados pessoais e do perfil socioeconômico do aluno. Com isso, objetiva diagnosticar os motivos que levam o aluno a permanecer ou a abandonar o curso e, antecipadamente, agir junto aos que estão em situação de risco de abandono, podendo, dessa forma, implementar estratégias e ações que os auxiliem na sua permanência nos cursos.

A alimentação e a atualização do programa poderão ser realizadas pelos profissionais do PRONATEC, com cuidado e responsabilidade na utilização dessas informações referentes às questões éticas, de maneira que sejam resguardadas com sigilo, evitando a exposição do aluno a situações de constrangimento.

A seguir serão apresentados os custos referentes às ações propostas para a execução deste PAE, cujo objetivo é o enfrentamento dos motivos levantados pelos sujeitos da pesquisa para o abandono escolar, buscando o aperfeiçoamento do programa e, conseqüentemente, atendimento aos estudantes com mais qualidade.

3.4 CUSTOS DAS AÇÕES

A implementação deste Plano de Ação Educacional não desencadeará praticamente nenhum impacto financeiro ao *campus* Campo Largo/IFPR, uma vez que para a implementação das ações o próprio programa já dispõe de recursos para contratação de pessoal.

No caso das ações da coordenação geral do IFPR nos *campi*, uma vez que a coordenação geral é formada por servidores do IFPR, a instituição dispõe de diárias e passagens aos servidores para trabalho fora da sua unidade de lotação. No caso do *campus* Campo Largo, como é localizado na região metropolitana de Curitiba, a instituição dispõe de carro oficial para o transporte dos seus servidores. Nesse caso, não precisará utilizar nem diárias nem passagens para a formação da equipe gestora do PRONATEC.

No que tange à viabilização de espaços e profissionais para o cuidado com as crianças das mulheres com filhos, será usada a biblioteca do *campus*, o *hall* e um espaço de convivência que o *campus* já possui. E no caso da contratação de

profissionais para fazerem esse trabalho, o PRONATEC disponibiliza recursos financeiros para a contratação de profissionais mediante o número de alunos matriculados em cada curso.

Quanto à construção do software de acompanhamento acadêmico dos alunos, acredita-se que não sejam necessários recursos a mais, uma vez que o *campus* conta com profissionais na área da Tecnologia e o próprio PRONATEC dispõe de recursos para contratação de pessoal. Assim, caso o gestor do *campus* e a coordenação adjunta do PRONATEC decidam por utilizar o próprio SIGAA, no qual seria acrescentado um módulo exclusivo para o programa, tanto o instituto como a coordenação geral do PRONATEC no IFPR já contariam com profissionais de Tecnologia da Informação (T.I.), que são responsáveis em viabilizar esse tipo de demanda. Sendo assim, eles poderão trabalhar de forma conjunta na construção do sistema computacional sem gerar ônus para a instituição.

Como pode-se perceber, as ações propostas são de fácil implementação no tocante aos recursos financeiros. Portanto, o comprometimento de cada gestor, seja do *campus* ou do PRONATEC, bem como de todos os profissionais envolvidos, fará a diferença nos trabalhos que serão realizados para atender esses alunos.

O PRONATEC também já conta com apoio acadêmico e administrativo que pode auxiliar no desempenho das funções burocráticas do setor e na utilização compartilhada do sistema. Cada um tem seu papel importante no combate ao abandono escolar e, assim, acredita-se que, trabalhando de forma conjunta, com a vontade de colocar em prática essas ações, pode-se alcançar resultados até então não alcançados.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar e compreender os principais motivos que levam os alunos ao abandono escolar dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ofertados pelo IFPR, no *campus* Campo Largo. Sabe-se que é um fenômeno ainda muito presente na educação brasileira e que também não é diferente na Educação Técnica profissional, apesar de existirem muitas políticas voltadas para o enfrentamento desse problema educacional.

Uma vez que os cursos do PRONATEC são de curta duração (entre 160 e 400 horas), não é permitido o trancamento da matrícula, o que acaba levando os alunos ao abandono do curso. O elevado índice de abandono escolar, girando em torno de 50%, foi um fator preocupante apresentado no programa. Por isso, a necessidade de analisar o fenômeno e investigar suas causas.

Assim, neste trabalho foram discutidos os fatores que favoreceram o abandono escolar nos cursos profissionalizantes, apontando os principais motivos para o fenômeno e os procedimentos metodológicos da pesquisa, com destaque para os sujeitos participantes e os instrumentos utilizados. Foi realizada também, a análise e interpretação dos dados à luz do referencial teórico utilizado, procurando entender as causas da principal inquietação: quais eram os reais motivos que levavam ao abandono escolar do aluno no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão do *campus* Campo Largo.

Portanto, como resultado da pesquisa, foi constatado que os principais motivos para o abandono escolar dos cursos do PRONATEC estão relacionados a aspectos tanto internos como externos à instituição, como vimos na literatura utilizada: Dore e Lüscher (2011); Soares (2010); Steimbach (2012); Pelissari (2012) e os estudos de Rumberger (2004 *apud* Dore e Lüscher 2011). Os fatores mais evidenciados nesta pesquisa, pelos diferentes atores investigados, foram questões relacionadas a oportunidades na área profissional, processos e práticas pedagógicas aplicadas, dificuldade de aprendizagem, horário em que o curso foi ofertado, problemas sociais, pessoais e de saúde e também a estrutura da família. Todos esses relacionados ao abandono escolar do aluno.

É importante destacar que a equipe do PRONATEC e o *campus* já trabalham de forma conjunta em algumas estratégias para evitarem o abandono escolar do aluno, mas são ações pontuais e que não têm sido suficientes para conter esses altos índices de abandono presentes nos cursos, em especial, no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Desse modo, para o sucesso do programa, essas e outras ações precisam estar instituídas.

A partir das análises dos resultados da pesquisa aqui realizada, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) a ser desenvolvido no *campus* Campo Largo do IFPR, durante a oferta dos cursos pelo PRONATEC, com participação da equipe gestora e pedagógica do *campus*, bem como a toda a equipe do programa. Foram

propostas ações para o enfrentamento dos motivos para o abandono escolar, levantados pelos sujeitos da pesquisa. Além disso, também foi proposta a construção e implementação de um sistema computacional (software) para o desenvolvimento de um banco de dados na instituição, referente aos alunos do PRONATEC. Contudo, as ações aqui propostas no PAE, bem como a criação de um software/banco de dados têm o caráter de recomendação, podendo ou não ser implementadas pela comunidade escolar e pelos gestores do programa.

Um dos facilitadores deste trabalho realizado foi a escolha do *campus* Campo Largo como lócus da pesquisa, uma vez que o *campus* é o local em que a pesquisadora trabalhou por dois anos e, assim, tanto a direção do *campus* como a coordenação adjunta do programa facilitaram o seu acesso ao universo da análise. Outro aspecto favorável foi a delimitação temporal, os anos de 2012, 2013 e 2014 e a seleção de um único curso, o de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

Por fim, a opção pela metodologia de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e questionário possibilitaram uma análise dos fatos e dos atores envolvidos. Acredita-se que a entrevista e o questionário, contribuíram muito para o esclarecimento de vários fatores relevantes sobre o abandono escolar. Esses aspectos relacionados foram muito importantes para a realização da pesquisa e o alcance dos resultados.

Algumas dificuldades foram enfrentadas para a realização desta pesquisa, como a obtenção de alguns indicadores, por meio do sistema disponibilizado para o PRONATEC. Além da inconsistência dos dados, o sistema não armazena dados dos cursos já concluídos.

Outra dificuldade foi contatar alguns alunos para aplicação de questionários, por apresentarem telefone ou endereço eletrônico desativados. Além disso, alguns referenciais teóricos utilizados referiam-se à educação básica e superior, pois o tema abandono escolar ainda é pouco explorado pela literatura referente à educação técnica profissional, principalmente relacionado ao PRONATEC, que trata-se de uma política pública relativamente nova. Sendo assim, não se esgotam por aqui os estudos sobre o fenômeno e muitas pesquisas na área poderão ser realizadas.

Portanto, a proposição tanto do Plano de Ação Educacional como a criação do sistema computacional para a construção de um banco de dados sobre o curso, não têm a pretensão de solucionar definitivamente o problema do abandono escolar,

mas, são ações importantes para evitar e/ou minimizar os altos índices do abandono escolar presentes nos cursos do PRONATEC, em especial no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão do *campus* Campo Largo/ IFPR. O objetivo é que as ações possam ser replicadas para outros *campi* a fim de contribuírem também para o entendimento do abandono escolar presentes em outras unidades da Instituição. A finalidade deste PAE é permitir que o programa atenda com mais qualidade aos estudantes.

REFERÊNCIAS

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ANZOLIN, Ricardo Máximo; KRELING, Wagner Luiz. Análise das causas de evasão escolar nos cursos de aprendizagem industrial de uma unidade de educação profissional do SENAI/SC no ano de 2012. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838**, p. 73-90, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. Brasília, Centro Gráfico, 1961.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto Nº 6.135 de 26 de Junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Decreto Nº 8.268, de 18 de Junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm> Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Lei nº 9.394 de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 set. 2014.

_____. Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, p.1, 30/12/2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso: em 22 jun. 2014.

_____. Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica – concepção e diretrizes**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 1015 de 21 de julho de 2011. Dispõe sobre a Instituição do Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução Nº 4 de 16 de março de 2012. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/etiquetas/item/3514-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-4-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2012>> Acesso em: 24 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução Nº 6 de 12 de março de 2013. Altera a Resolução CD/FNDE nº 04, de 16 de março de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4153resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-6,-de-12-de-mar%C3%A7o-de-2013>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria Nº 160 de 05 de março de 2013. Dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, e dá outras providências. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria1_160_050313.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria Nº 168 de 07 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria1_160_050313.pdf> Acesso em: 20 ago. 2014

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Nota Informativa Nº 8 de 31 de maio de 2013 – Trata da Modalidade de demanda Bolsa-Formação. Disponível em :<map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Notas_Informativas>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ofício Circular nº 51 de 10 de julho de 2013. Dispõe sobre orientações para o processo de transição da execução do Programa Nacional Mulheres Mil por meio da Bolsa-Formação Trabalhador do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Documentos_Diversos>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Nota Informativa Nº 474 de 10 de dezembro de 2014 – Trata da Alteração das Situações de Matrícula no SISTEC. Disponível em: <map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Notas_Informativas>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Nota Informativa Nº 66 de 13 de abril de 2015 – Trata da Alteração das Situações de Matrícula no SISTEC. Disponível em: <map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Notas_Informativas>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Brasília, 2014

_____. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. **As desigualdades na escolarização no Brasil**: Relatório de observação nº 5. Brasília- DF, 2014.

CANALI, H. B. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. **V Simpósio Sobre Trabalho e Educação**, 2009. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014.

CASSIOLATO, Maria Martha; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. 2014.** Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2406>>. Acesso em: 30 out. 2014.

COELHO, A. J. Dal Pizzol. **Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul.** 2014. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/1030>> Acesso em: 14 mar. 2015.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa: elementos para melhor compreender a análise de políticas públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação – Programa de Pós-Graduação Profissional/Gestão e Avaliação de Gestão Pública/UFJF.** Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78-100, jul/dez 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de Auditoria Anual de Contas, na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, exercício 2013.** Brasília – DF, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14945&Itemid=1064> . Acesso em: 23 abr. 2015.

DORE, Rosemary Soares. **Ensino Técnico no Brasil: 90 anos de Escolas Técnicas Federais.** Universidade e sociedade (ANDES), Brasília, v.18, 1999.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/73/87>>. Acesso em: 30 out 2014.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar em Revista, núm. 24, 2004, pp. 213-225 Universidade Federal do Paraná, Brasil

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional e a lógica das competências.** Vozes, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Educação e Deslocamento: resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

IFPR. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014 - 2018. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/informacoes-gerenciais-e-estatisticas-educacionais/pdi/>> Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Portal de Informações 2012. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/pro-reitorias/Inauguradas> 35 novas unidades da Rede Federal. Disponível em: <<http://www.conif.org.br/portal/ultimas-noticias/457-inauguradas-35-novas-unidades-da-rede-federal>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. Portal de Informações 2014. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/unidades-ifpr/campo-largo>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Eletrotécnica na forma Subsequente, na modalidade Presencial, 2013. Disponível em: <<http://campolargo.ifpr.edu.br/cursos-tecnicos-presenciais/eletrotecnica/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. Resolução nº 54 de 2011. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/74445-2>>. Acesso em: 25 maio 2015.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília DF, 2014.

KIPNIS, Bernardo. **A pesquisa institucional e a educação superior brasileira**: um estudo de caso longitudinal da evasão. **Linhas críticas**, v. 6, n. 11, p. 109, 2000.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147 - 176, 2011.

MAP- Monitoramento e Avaliação de Programas da SETEC/MEC Disponível em: <<https://map.mec.gov.br/>>. Acesso em 20 abril 2015.

MARCHESAN M.T. N.; RAMOS A. G. **Check list para a elaboração e análise de questionários em pesquisas de crenças**. Revista Eletrônica de Linguística (<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>) Volume 6, nº 1 – 1º Semestre 2012

NERI, Marcelo. **As razões da Educação Profissional: olhar da demanda**. Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2012. Disponível em: <<http://cps.fgv.br/desenvolvimento-humano/educacao>>. Acesso em: 21 mar.2015.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 2, 1996. Disponível em: <http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

OLIVEIRA, V. S.; SILVA, R. F. **Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior**. HOLOS, v. 2, p. 193-205, 2012.

PAIXÃO, Edmilson Leite; DORE, Rosemary; MARGIOTTA, Umberto. **Permanência e abandono na educação profissional médio no Brasil: uma pesquisa de doutorado ítalo-brasileira e os padrões educacionais internacionais**. III Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Trabalho apresentado no GT3 – Trabalho e Educação Profissional e Tecnológica. CEFETMG. 2012. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-03/GT03-009.pdf. Acesso em 25 de mar. 2015.

PELLISSARI Lucas Barbosa. **O Fetiche da Tecnologia e o Abandono Escolar na Visão de Jovens que Procuram a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/27670/R%20%20D%20%20PELLISSARI%2c%20LUCAS%20BARBOSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 31 mar. 2015.

PEREIRA, Patrícia. Ensino Técnico e Profissional: Combate à Evasão. **Revista Escola Pública**, n.41, abr. 2014. Seção Diversidade. Disponível em: <<http://revistaescolapublica.com.br/textos/34/combate-a-evasao-293865-1.asp>> Acesso em: 15 nov. 2014.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/RankingIDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 28 out. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO. Portal de Informações. Disponível em:<<http://www.campolargo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PRONATEC. **Documentos Diversos**: Detalhamento das situações de matrícula disponíveis no SISTEC/Pronatec

Disponível em: <map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Documentos_Diversos>. Acesso em: 14 mar. 2015.

RAMALHO, L.E.G. **Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma instituição de Ensino Profissional**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação Profissional Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2011-ludmila-eleonora-gomes-ramalho.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2015.

RIBEIRO, L. V. F. **Resumo do Livro**: “Survey Questions: Handcrafting The Standardized Questionnaire” de Jean Converse e Stanley Presser. Material produzido para a disciplina de Construção e Questionários. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública – Caed 2015.

ROSA, Stela Márcia Moreira; MORESCHI, Márcia (Org.) **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**: Mulheres Mil. Brasília, 2011. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman%26task=doc_download%26gid=3D11834%26Itemid=3D+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 16 mar. 2015.

SEED – Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Formação em Ação. 2012. Disponível em:

<<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/CIENCIAS/IndicedeDesenvolvimentoEducaoBasicalDEB.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

SILVA, L. R. C. da et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE–III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Paraná. 2009. p. 4554-4566. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf> Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, W. A.; DORE, R. **O Programa de Educação Profissional de Minas Gerais e a evasão escolar**: um estudo preliminar (2008-2010). Educação em foco, v. 14, n. 18, p. 75-95, 2012.

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br>> e <http://bisistec.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 jan. 2015.

SOARES, T. M. (Coord.). **Determinantes do abandono escolar do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais**. Relatório da Pesquisa sobre Evasão Escolar (PSAE): Fase quantitativa. Coordenação de pesquisa: Linha de investigação 2. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Financiamento: Instituto Unibanco, 2010. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/DETERMINANTES->

DO-ABANDONO-DO-ENSINO-M%C3%89DIO-PELOS-JOVENS-DO-ESTADO-DE-MINAS-GERAIS.doc>. Acesso em: 28 mar. 2015.

SOUZA, J.A.da S. **Permanência e Evasão Escolar: um estudo de caso em uma instituição de Ensino Profissional**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação Profissional Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/permanencia-e-evasao-escolar-um-estudo-de-caso-em-uma-instituicao-de-ensino-profissional>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

STEIMBACH, Allan Andrei. **Juventude, Escola e Trabalho: Razões da Permanência e Do Abandono no Curso Técnico em Agropecuária Integrado**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, Cultura e Tecnologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório da Auditoria Operacional da Rede Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica 2012**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20de%20Auditoria%20%20Educacao%20Profissional.pdf>. Acesso em: 22 mar 2015.

TROGIANI, Caio de Resende et al. **Desafios para a implementação do Programa PRONATEC/OSASCO sem miséria: proposta de Plano de Ação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento: trabalho e inclusão, 2012**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) Escola de Administração Pública de São Paulo Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10034>>. Acesso em: 20 out. 2014.

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

A - Entrevista à Coordenação Adjunta do PRONATEC no *campus* Campo Largo

1 - Dados do entrevistado:

- 1.1 Cargo/Função na Instituição _____
- 1.2 Sexo: () masculino () feminino
- 1.3 Tempo de experiência na Instituição: _____
- 1.4 Tempo de experiência no programa: _____
- 1.5 Grau de Escolaridade: _____

2 – Sobre o Programa

- 2.1 Como é feita a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*?
- 2.2 Como é feita a divulgação destes cursos para a comunidade?
- 2.3 Como é a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados pelo Programa?
- 2.4 Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas na execução do PRONATEC no *campus*?
- 2.5 Quais estratégias têm sido pensadas e efetivadas para enfrentar os desafios à execução do Programa?

3 - Opinião do entrevistado sobre algumas questões do abandono escolar:

- 3.1 Qual sua opinião com relação às taxas de abandono nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.2 Na sua opinião, quais fatores têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC?
- 3.3 Como o *campus* Campo Largo – mais especificamente a Coordenação Adjunta tem lidado com a questão do abandono nos cursos do PRONATEC? E no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.4 A Coordenação Adjunta tem recebido apoio de outros setores da Instituição na execução de propostas para combater o alto índice de abandono nos cursos do PRONATEC? Poderia, por favor, citar exemplos?
- 3.5 E quais têm sido os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

B - Entrevista ao Orientador do PRONATEC

1 - Dados do entrevistado:

- 1.1 Cargo/Função na Instituição _____
- 1.2 Sexo: () masculino () feminino
- 1.3 Tempo de experiência na Instituição: _____
- 1.4 Tempo de experiência no Programa: _____
- 1.5 Grau de Escolaridade: _____

2 – Sobre o Programa

- 2.1 Como é feita a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*?
- 2.2 Como é feita a divulgação destes cursos para a comunidade?
- 2.3 Como é a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados pelo Programa?
- 2.4 Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas na execução do PRONATEC no *campus*?
- 2.5 Quais estratégias têm sido pensadas e efetivadas para enfrentar os desafios à execução do Programa?

3 - Opinião do entrevistado sobre algumas questões do abandono escolar:

- 3.1 Qual sua opinião com relação às taxas de abandono nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.2 Na sua opinião, quais fatores têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC?
- 3.3 Como o *campus* Campo Largo – mais especificamente a Orientação tem lidado com a questão do abandono nos cursos do PRONATEC? E no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.4 A Orientação tem recebido apoio de outros setores da Instituição na execução de propostas para combater o alto índice de abandono nos cursos do PRONATEC? Poderia, por favor, citar exemplos?
- 3.5 E quais têm sido os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

C - Entrevista ao Supervisor de Curso do PRONATEC

1 - Dados do entrevistado:

- 1.1 Cargo/Função na Instituição _____
- 1.2 Sexo: () masculino () feminino
- 1.3 Tempo de experiência na Instituição: _____
- 1.4 Tempo de experiência no Programa: _____
- 1.5 Grau de Escolaridade: _____

2 – Sobre o Programa

- 2.1 Como é feita a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*?
- 2.2 Como é feita a divulgação destes cursos para a comunidade?
- 2.3 Como é a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados pelo Programa?
- 2.4 Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas na execução do PRONATEC no *campus*?
- 2.5 Quais estratégias têm sido pensadas e efetivadas para enfrentar os desafios à execução do Programa?

3 - Opinião do entrevistado sobre algumas questões do abandono escolar:

- 3.1 Qual sua opinião com relação às taxas de abandono nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.2 Na sua opinião, quais fatores têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC?
- 3.3 Como o *campus* Campo Largo – mais especificamente a Supervisão de Cursos tem lidado com a questão do abandono nos cursos do PRONATEC? E no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.4 A Supervisão de Curso tem recebido apoio de outros setores da Instituição na execução de propostas para combater o alto índice de abandono nos cursos do PRONATEC? Poderia, por favor, citar exemplos?
- 3.5 E quais têm sido os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

D - Entrevista aos Professores do PRONATEC

1 - Dados do entrevistado:

- 1.1 Cargo/Função na Instituição _____
- 1.2 Sexo: () masculino () feminino
- 1.3 Tempo de experiência na Instituição: _____
- 1.4 Tempo de experiência no programa: _____
- 1.5 Grau de Escolaridade: _____

2 – Sobre o Programa

- 2.1 Como é feita a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*?
- 2.2 Como é feita a divulgação destes cursos para a comunidade?
- 2.3 Como é a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados pelo Programa?
- 2.4 Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas na execução do PRONATEC no *campus*?
- 2.5 Quais estratégias têm sido pensadas e efetivadas para enfrentar os desafios à execução do Programa?

3 - Opinião do entrevistado sobre algumas questões do abandono escolar:

- 3.1 Qual sua opinião com relação às taxas de abandono nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.2 Na sua opinião, quais fatores têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC?
- 3.3 Como o *campus* Campo Largo – mais especificamente os Professores têm lidado com a questão do abandono nos cursos do PRONATEC? E no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.4 Os Professores têm recebido apoio de outros setores da Instituição na execução de propostas para combater o alto índice de abandono nos cursos do PRONATEC? Poderia, por favor, citar exemplos?
- 3.5 E quais têm sido os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

E- Entrevista à equipe de Apoio às Atividades Acadêmicas e Administrativas

1 - Dados do entrevistado:

- 1.1 Cargo/Função na Instituição _____
- 1.2 Sexo: () masculino () feminino
- 1.3 Tempo de experiência na Instituição: _____
- 1.4 Tempo de experiência no programa: _____
- 1.5 Grau de Escolaridade: _____

2 – Sobre o Programa

- 2.1 Como é feita a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*?
- 2.2 Como é feita a divulgação destes cursos para a comunidade?
- 2.3 Como é a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados pelo Programa?
- 2.4 Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas na execução do PRONATEC no *campus*?
- 2.5 Quais estratégias têm sido pensadas e efetivadas para enfrentar os desafios à execução do Programa?

3 - Opinião do entrevistado sobre algumas questões do abandono escolar:

- 3.1 Qual sua opinião com relação às taxas de abandono nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.2 Na sua opinião, quais fatores têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC?
- 3.3 Como o *campus* Campo Largo – mais especificamente a Equipe de Apoio às atividades Acadêmicas e Administrativas tem lidado com a questão do abandono nos cursos do PRONATEC? E no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.4 A Equipe de Apoio às atividades Acadêmicas e Administrativas tem recebido apoio de outros setores da Instituição na execução de propostas para combater o alto índice de abandono nos cursos do PRONATEC? Poderia, por favor, citar exemplos?
- 3.5 E quais têm sido os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

F - Entrevista ao Diretor Geral do *Campus* Campo Largo

1 - Dados do entrevistado:

- 1.1 Cargo/Função na Instituição _____
- 1.2 Sexo: () masculino () feminino
- 1.3 Tempo de experiência na Instituição: _____
- 1.4 Tempo de experiência no programa: _____
- 1.5 Grau de Escolaridade: _____

2 – Sobre o Programa

- 2.1 Como é feita a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*?
- 2.2 Como é feita a divulgação destes cursos para a comunidade?
- 2.3 Como é a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados pelo Programa?
- 2.4 Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas na execução do PRONATEC no *campus*?
- 2.5 Quais estratégias têm sido pensadas e efetivadas para enfrentar os desafios à execução do Programa?

3 - Opinião do entrevistado sobre algumas questões do abandono escolar:

- 3.1 Qual sua opinião com relação às taxas de abandono nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.2 Na sua opinião, quais fatores têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC?
- 3.3 Como o *campus* Campo Largo – mais especificamente a Direção Geral tem lidado com a questão do abandono nos cursos do PRONATEC? E no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.4 A Direção Geral tem recebido apoio de outros setores da Instituição na execução de propostas para combater o alto índice de abandono nos cursos do PRONATEC? Poderia, por favor, citar exemplos?
- 3.5 E quais têm sido os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

G - Entrevista ao Diretor de Ensino do *Campus* Campo Largo

1 - Dados do entrevistado:

- 1.1 Cargo/Função na Instituição _____
- 1.2 Sexo: () masculino () feminino
- 1.3 Tempo de experiência na Instituição: _____
- 1.4 Tempo de experiência no programa: _____
- 1.5 Grau de Escolaridade: _____

2 – Sobre o Programa

- 2.1 Como é feita a escolha dos cursos do PRONATEC para serem executados no *campus*?
- 2.2 Como é feita a divulgação destes cursos para a comunidade?
- 2.3 Como é a receptividade da comunidade em relação aos cursos ofertados pelo Programa?
- 2.4 Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas na execução do PRONATEC no *campus*?
- 2.5 Quais estratégias têm sido pensadas e efetivadas para enfrentar os desafios à execução do Programa?

3 - Opinião do entrevistado sobre algumas questões do abandono escolar:

- 3.1 Qual sua opinião com relação às taxas de abandono nos cursos do PRONATEC e, mais especificamente, o abandono no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.2 Na sua opinião, quais fatores têm contribuído para o alto índice de abandono escolar no Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC?
- 3.3 Como o *campus* Campo Largo – mais especificamente a Direção de Ensino tem lidado com a questão do abandono nos cursos do PRONATEC? E no curso FIC de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?
- 3.4 A Direção de Ensino tem recebido apoio de outros setores da Instituição na execução de propostas para combater o alto índice de abandono nos cursos do PRONATEC? Poderia, por favor, citar exemplos?
- 3.5 E quais têm sido os resultados obtidos na tentativa de diminuir o abandono nos cursos do PRONATEC e no de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

APÊNDICE B**ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO**

Questionário aplicado ao aluno que não concluiu o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

Bloco I – Perfil do aluno

1. Qual a sua idade? _____

2. Sexo: () Feminino
() Masculino

3. Você mora na:

() Zona Urbana
() Zona Rural

4 . Quais atividades você faz?

() só estuda.
() trabalha e estuda.
() Outra atividade? _____

5 – Você fez outro curso ofertado pelo PRONATEC, além do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

() não
() sim. Qual? _____

Bloco II - Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC

6. Por que você escolheu o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertado pelo PRONATEC? (Pode marcar mais de uma alternativa)

A () Identifiquei-me com o curso
B () Oportunidade de emprego
C () Por causa do auxílio transporte e alimentação pagos em dinheiro
D () Meus pais obrigaram-me
E () Outros _____

7. Quais as principais dificuldades que você enfrentou para a realização do curso?
(Pode marcar mais de uma alternativa)

- A () Horário ofertado
- B () Falta de infraestrutura da Instituição
- C () Dificuldade de aprendizagem em alguma disciplina do curso
- D () Dificuldade de relacionamento com o professor
- E () Outros _____

8. Quais os principais motivos que levaram você a desistir do curso?
(Pode marcar mais de uma alternativa)

- A () Não me identifiquei com o curso
- B () Não gostei da metodologia aplicada
- C () Não consegui conciliar meu emprego com ao horário do curso
- D () Atraso no pagamento do auxílio transporte e alimentação
- E () Outros _____

9. Na sua opinião, o que deveria melhorar no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

10. Que ações a equipe do PRONATEC fez para que você não desistisse do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão?

11. Que outro curso ofertado pelo PRONATEC você gostaria de fazer no Instituto Federal?
